

PUC

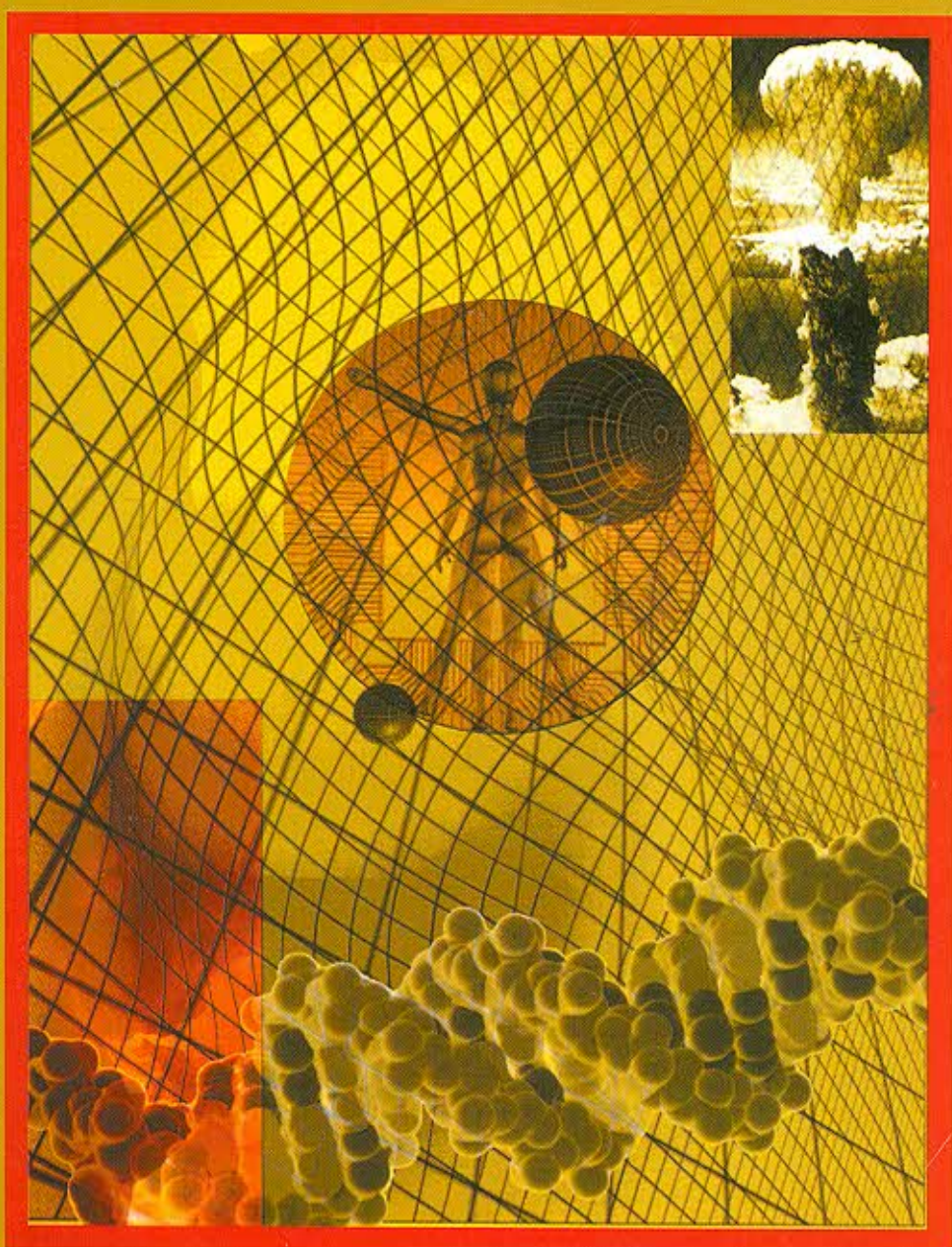
WWW.APROPUCSP.ORG.BR
PUBLICAÇÃO ACADÊMICA E INFORMATIVA
TRIMESTRAL DOS PROFESSORES DA PUC-SP

Revista

ANO 7 - Nº 27 - JULHO A SETEMBRO DE 2006

REVISTA

ISSN 1806-3667



Ética em pesquisa

A edição de número 27 da Revista PUCVIVA dedica-se integralmente à questão da Ética em Pesquisa, visando a abrir o debate de tão relevante tema na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e no contexto da universidade brasileira.

O presente exemplar foi construído por meio da parceria entre a APROPUC e o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP.

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP

Felipe Toledo Magane

Secretário do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP

Em 10 de outubro de 1996, o Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, em sua 59ª reunião ordinária, aprovou diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, concretizadas na Resolução nº 196/96, a qual teve por base os mais importantes documentos internacionais sobre pesquisa com seres humanos.

A Resolução nº 196/96 contempla, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, quatro princípios referenciais básicos: Autonomia, não Maleficência, Beneficência e Justiça, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, à sociedade, aos projetos de pesquisa e ao estudo.

A Resolução nº 196/96 foi complementada em normas posteriores, tais como: Resolução nº 240/97, nº 251/97, nº 292/99, nº 301/00, nº 303/00, nº 304/00, nº 340/04, nº 346/05, nº 347/05.

Em 20 de novembro de 1997, a Reitoria da PUC-SP resolveu constituir o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, instituído pela Resolução nº 06/97, integrado por dezoito membros representantes das unidades universitárias e da comunidade, com mandato de três anos. Dentre as atribuições pertinentes ao CEP, foi determinada a construção de um regimento próprio.

Em 2 de julho de 2001 a Reitoria da PUC-SP prorrogou por mais um ano o mandato da composição da época, formada por dezesseis membros. Ainda no ano de 2001, foi concluído o texto do regimento do CEP, o qual foi encaminhado à apreciação da CONEP.

No mês de agosto de 2003, foram realizadas eleições para composição do Comitê de Ética em Pesquisa, tendo como resultado a representação de cada centro universitário da PUC-SP com titular e suplente, por três anos. São eles: Centro de Ciências Médicas e Biológicas, Centro de Ciências Humanas, Centro de Educação, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Centro de Ciências Jurídicas Econômicas e Administrativas e Programas de Pós Graduação. O grupo foi ampliado ainda com a indicação de representantes de usuários da comunidade, totalizando quatorze membros.

Em janeiro de 2004, a CONEP manifestou-se sobre o regimento, momento em que a ele se fizeram várias sugestões de adequação. Entre as principais, destaca-se a sugestão de alteração da nomenclatura e competências dos sub-comitês, que passaram a se denominar "comissões científicas" e a ter competências reduzidas, mantendo-se a exclusividade do *mínus publico* ao Comitê. Àqueles, ficou a tarefa de realizar triagem dos projetos de pesquisa, selecionando os que deveriam ser enviados à apreciação do CEP. Outra ponderação feita pela CONEP foi em relação à representação de "usuários" do CEP, que deveriam ter sua nomeação convalidada pelo Fórum de Patologias do município de São Paulo, conforme a Resolução CONEP nº 240/98.

Com tais restrições, a CONEP solicitou ao CEP que viabilizasse tais alterações, cancelando o registro do Comitê em 23 de dezembro de 2005, até que essas questões de ordem formal estivessem sanadas. Diante de tal problemática, a Reitoria da PUC-SP manifestou-se junto à CONEP no sentido de regularizar a situação, processo que perdurou até a data de 30 de maio de 2006, com a regularização do registro do CEP da PUC-SP na CONEP. O texto final do Regimento do CEP, atendendo às solicitações da CONEP, foi aprovado no Conselho Universitário da PUC-SP em 28 de junho de 2006, aguardando publicação para entrar em vigor.

O CEP ganhou espaço físico e funcionário próprio em novembro de 2005, atendendo no andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 – Perdizes – São Paulo – SP – CEP: 05015-001 – Tel: (11) 36708466 – e-mail: cometica@pucsp.br

DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-SP

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP caracteriza-se por ser órgão multidisciplinar, independente no exercício das suas funções e investido de *máximus público*, com finalidade de salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos de pesquisa, bem como de contribuir para uma contínua preocupação e evolução dos padrões éticos na pesquisa

Conforme disposto no Art. 2º do Regimento do CEP:

O CEP tem por funções básicas: a) realizar avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas em qualquer área do conhecimento, que envolvam seres humanos de modo direto ou indireto, abrangendo indivíduos ou coletividades, em sua totalidade ou em partes, inclusive, em questões relacionadas a aspectos culturais, sociais e com o meio ambiente, bem como pelo manejo de informações e materiais; b) cumprir papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência.

Segue no Art. 4º do Regimento do CEP:

Toda ação para o fomento da reflexão e para a formação de uma cultura ética em pesquisa deverá ser direcionada à dimensão dos diferentes espaços pedagógicos, tais como disciplinas, núcleos, cursos, grupos de pesquisa dos diferentes níveis da formação universitária e ser assumida pelos diferentes agentes, professores, pesquisadores, alunos, funcionários e colegiados dos vários níveis da estrutura da Universidade.

DOS PROJETOS DE PESQUISA

Conforme disposto no Art. 3º do Regimento do CEP:

Todos os projetos de pesquisa, de qualquer área do conhecimento, independentemente do nível do estudo ou da investigação, como trabalho de conclusão de curso (TCC), iniciação científica, monografia para conclusão de curso de especialização, dissertação de mestrado, tese de doutorado ou de produção científica, que envolvam seres humanos, os quais, enquanto sujeitos, possam ser expostos na vulnerabilidade da sua dignidade, direitos, segurança e bem estar, terão de ser submetidos à aprovação ética.

Os projetos de pesquisa devem estar instruídos, conforme disposto no Art. 29 do Regimento do CEP:

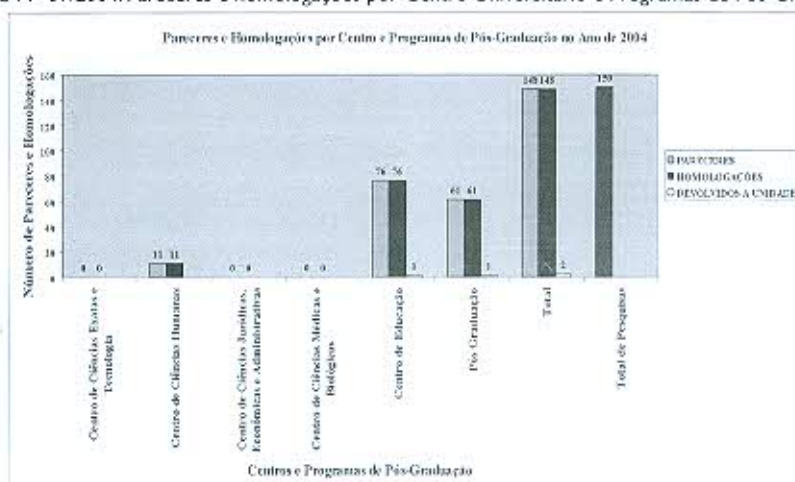
Até que o CEP seja cadastrado no SISNEP (Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos), os projetos deverão ser instruídos com três vias do 'Formulário Folha de Rosto'; modelo de 'Termo do Pesquisador Responsável'; modelo 'Termo de Consentimento Livre e Esclarecido'; cópia do Projeto de Pesquisa em português; Currículo no formato Lattes do pesquisador principal e demais pesquisadores; ofício do orientador submetendo à apreciação dos CEP's; quando cabível, orçamento financeiro detalhado e remuneração do pesquisador.

DOS FLUXOGRAMAS DE TRABALHO (ANO 2004 / 2005 / 2006)

Os trabalhos desenvolvidos na atual gestão do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP podem ser averiguados nos gráficos indicados abaixo:

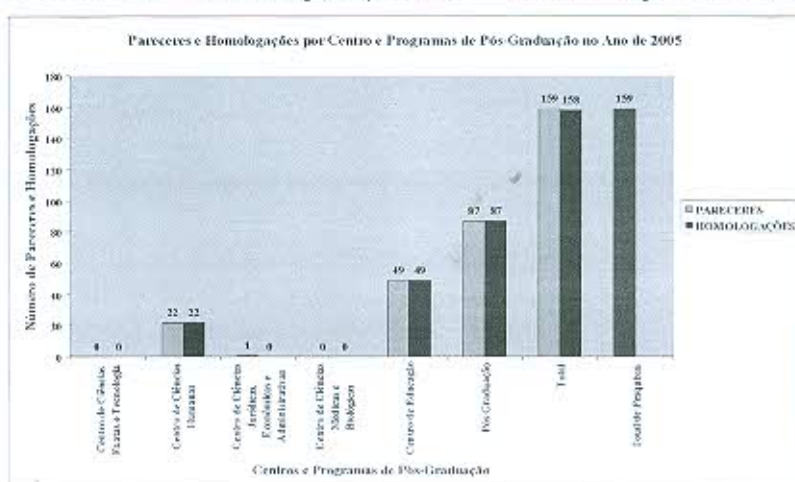
ANO 2004

Gráfico N° 01/2004: Pareceres e homologações por Centro Universitário e Programas de Pós-Graduação.



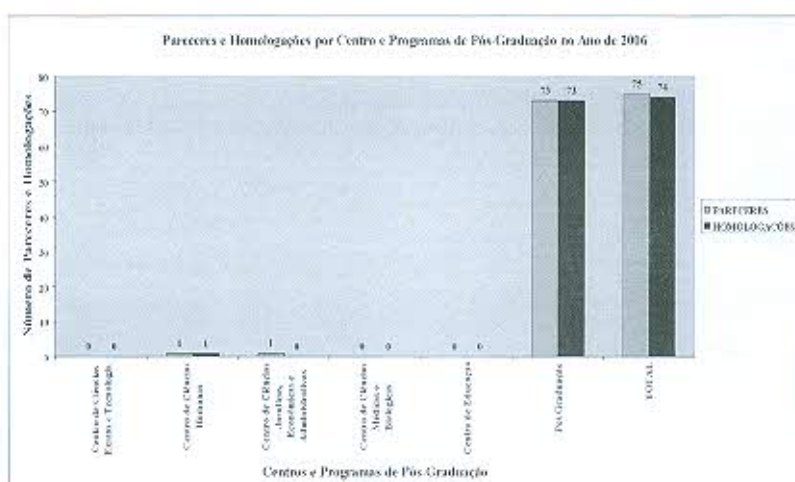
ANO 2005

Gráfico N° 01/2005: Pareceres e homologações por Centro Universitário e Programas de Pós-Graduação.



ANO 2006 (até 04/09/2006)

Gráfico N° 01/2006: Pareceres e homologações por Centro Universitário e Programas de Pós-Graduação.



EXPEDIENTE

A revista PUCviva é uma publicação acadêmica e informativa trimestral dos professores da PUC-SP, editada pela Apropuc, com tiragem de 2 mil exemplares.

DIRETORIA DA APROPUC

PRESIDENTE: Priscilla Cornalbas

VICE-PRESIDENTE: Sandra Gagliardi Sanchez

1º SECRETÁRIO: Erson Martins de Oliveira

2º SECRETÁRIO: Maria Beatriz Costa Abramides

1º TESOUREIRO: Victória Claire Weischtordt

2º TESOUREIRA: Carlos Alberto Shimote Martins

SUPLENTE: Graciela Deri de Codina; Hamilton Octavio de Souza; Ivan Rodrigues Martin

CONSELHO EDITORIAL: Erson Martins de Oliveira; Hamilton Octavio de Souza; Priscilla Cornalbas

EDITOR GERAL

Erson Martins de Oliveira

EQUIPE DA REVISTA

EDITOR: Ricardo Melani (MTPS 26.740)

PREPARAÇÃO E REVISÃO: Gabriel Kolyniak

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: MAURO TELES

CAPA: Ricardo Melani

APROPUC-SP - Rua Bartira, 407 - Perdizes - CEP 05009-000

Fones: 3872-2685, 3865-4914, 3670-8209 apropuc@uol.com.br • www.apropucsp.org.br

Normas de Publicação

A revista PUCviva divulga artigos, resenhas e trabalhos de interesse científico e acadêmico que estejam dentro da linha editorial da revista e na pauta da edição.

O Conselho Editorial se reserva o direito de não publicar as propostas de publicação, caso estejam fora das orientações editoriais desse periódico.

Os textos devem ser inéditos e as colaborações devem ser enviadas com a seguinte formatação:

- a) Artigos – 11 laudas ou 14 mil caracteres;
- b) Resenhas – 5 laudas ou 7 mil caracteres;
- c) Os textos devem ser entregues em cópia em disquete e cópia impressa em papel;
- d) As propostas de publicação devem seguir as normas da ABNT.

ÍNDICE

6

CELEBRAÇÃO DA VIDA EM PESQUISA

PAULO-EDGAR ALMEIDA RESENDE

11

PESQUISA E ÉTICA NA UNIVERSIDADE

ANTONIO MANZATTO

19

PROMETEU DESACORRENTADO E A
SÉTIMA GERAÇÃO

ANTONIO JOSÉ ROMERA VALVERDE

25

DO CARÁTER ÉTICO DO
CONHECIMENTO CIENTÍFICO

CARLOS MATHEUS

32

PESQUISA DA ÉTICA E ÉTICA DA PESQUISA:
FUNDAMENTOS E PROPOSIÇÕES

EDGARD DE ASSIS CARVALHO

36

PINTAR O SETE

ANOTAÇÕES SOBRE O GOVERNO DA CIÊNCIA, CONDUTAS E ÉTICAS

EDSON PASSETTI

40

AVANÇO CIENTÍFICO, ÉTICA
E RELIGIÃO

FERNANDO ALTEMEYER JÚNIOR

47

RISCO E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA NO
CONTEXTO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS INDÍGENAS

ISRAEL FONTES DUTRA

55

CONGRESSO MUNDIAL DE BIOÉTICA NA CHINA
ALGUNS COMENTÁRIOS E REFLEXÕES

LEO PESSINI

62

ÉTICA E UNIVERSIDADE

LUIZ EDUARDO W. WANDERLEY

67

ÉTICA EM PESQUISA: ALGUNS PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS
NO CAMPO DO DIREITO

FERNANDES DE SOUZA

71

ÉTICA, COMPROMISSO E COMPETÊNCIA

MARCOS T. MASETTO

76

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÉTICA NA PESQUISA A PARTIR DO
CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

MARIA LUCIA SILVA BARROCO

84

A ÉTICA E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HOJE

MARIO SERGIO CORTELLA

88

FILOSOFIA, HOJE
DECORRÊNCIAS ÉTICAS

SALMA TANNUS MUCHAIL

94

BIOÉTICA, RISCOS E PROTEÇÃO:
OS SUJEITOS DA PESQUISA

WILLIAM SAAD HOSSNE

CELEBRAÇÃO DA VIDA EM PESQUISA

Paulo-Edgar Almeida Resende

*Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP**

Defrontamo-nos com o crescimento econômico predatório, poluidor, que envenena a água que bebemos, o ar que respiramos, os alimentos que ingerimos, o trabalho que vira emprego; com a deterioração dos fluxos sociais: degradação de solidariedades, dissolução de responsabilidades, cinismo de Estado, sofreguidão de empresas, anulação de subjetividades. A ativação de imperativos éticos supõe a reformulação do que se tem entendido por humanismo, direitos e cidadania, superando o que a tradição liberal nos legou e o socialismo autoritário quis promover.

Ética e Moral

Em cenário de valores socialmente acordados ou impostos, a moral tem a cor e o tom do que se denomina cultura de determinado agrupamento humano. Ao serem informados pela *Ética*, os códigos morais se redefinem como expressão de comprometimento com a *Vida*, na interface do individual e do social. O reconhecimento da legitimidade de códigos morais traspassa o campo de sua legalidade, requalificando-os. A ética lhes fornece o patamar que lhes preserva de relativismos,

ao constituí-los no campo semântico das subjetividades e da cidadania.

É recorrente a afirmação de crise ética. Jurandir Freire Costa¹ se pergunta: que valor a vida passou a ter? A banalização do mal – inspirada no conceito arendtiano de banalidade do mal – se traduz na instrumentalização da vida. Ela é utilizada como meio para alcançar fins de poder político, econômico, social e cultural.

Caímos, então, na vertigem de sentidos pontuais, prescritos pela contingência ad hoc de relativismos. A torrente de vida é reduzida a insulamentos de sentido, determinados, no caso da pesquisa científica, por burocratizados e oficializados paradigmas de cientificidade, em departamentos feudalizados.

O hiper-desenvolvimento da racionalidade instrumental, de especializações em compartimentos, permite-nos falar da ciência em migalhas. Os cientistas perigam enclausurar-se no domínio de competências incomunicáveis, cujo resultado é a diluição de responsabilidades. O pesquisador perde a visão do todo; por esta via, exacerbam-se poderes de manipulação da ciência. A pesquisa

* Professor do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (NACI) – PUC-SP; titular do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional (GACINT) – USP, e do Instituto de Estudos de Economia Internacional.

científica entra num mundo obscuro, com o despiste das luzes, que teriam superado a idade das trevas. Os cientistas não controlam os poderes que emanam de laboratórios. Os redivivos doutores Mabuse, Stangelove e Mengele continuam a praticar, silenciosamente, suas experiências.

A Ciência diante dos eflúvios de Eros e Tântatos

Recorro a Teilhard de Chardin em seu clássico *Fenômeno Humano*: o planeta Terra foi, inicialmente, uma *esfera*. Recobriu-se de uma *biosfera* com a flora e a fauna. Eis que, no processo de territorialização/humanização, essa biosfera se requalifica com a *noosfera*, *noos* - saber, inteligência. Recobrir de inteligência a face do planeta, com sucessivas revoluções tecnológicas, torna-se possível a partir da observação aprimorada da realidade.

Tornamo-nos *ântropo*, com a pretensão de controlar o que existe e de suscitar o que não existe, na formulação do filósofo grego. Tais imensos poderes assumem diferentes direções, não apartadas maniqueisticamente: a *erosfera* e a *tanatosfera*. Eros e Tântatos, eis o grande embate, subjetivo e objetivo.

Parece-nos oportuna a reflexão de Edgar Morin² ao postular a religação complexa entre *auto-ética*, *sócio-ética* e *antropoética*. Correspondem à religação entre indivíduo, sociedade e humanidade no reconhecimento das incertezas do conhecimento e do futuro, de onde vêm as incertezas éticas.

Torna-se necessário o entrecruzamento weberiano da *ética da convicção*, no nível da subjetividade, com a *ética da responsabilidade*, no nível do efetivo exercício da cidadania. As incertezas se colocam como decorrência de não sermos os donos da verdade, nem mesmo capazes de fazermos ciências exatas, como se pensou no século XIX, idéia que repetimos até a presente data, como vício de linguagem. De fato, somos humanos, portanto fazemos ciências humanas, mesmo quando lidamos com números, com natureza. Constantemente, revemos conclusões

anteriores, e como decorrência falamos de história da ciência, que nunca acaba. Leia-se o prêmio Nobel de química Ilya Prigogine³, qualificado por pesquisas sobre a *termodinâmica de não equilíbrio*. Ao proclamar o fim das certezas, que alçaram cientistas a pedestais que não lhes cabiam, e que reverteram o *ântropo* da modernidade em *cibernântropo*, o *filho da máquina*, Prigogine fala de um mundo atravessado por *estruturas dissipativas*, à base de *flutuações-bifurcações*, com imprevisíveis desdobramentos.

Para Michel Foucault, em sua obra *As Palavras e as Coisas*⁴, esse novo Prometeu é o último dos mitos ocidentais. Ele tem a pretensão de recuperar o que antes lançara na transcendência, em movimento de sístole, segundo a metáfora de Feuerbach. A secularização do saber, como fora o fluxo contrário da diástole, desvendaria os mistérios do mundo e o novo homem, qual novo Ícaro, alçaria vôo próprio. O criador da máquina se vê negado pela sua criação e estetizado pelo teatro do absurdo. No cinema, retratou-o Jean-Luc Godard em *Alphaville*, a cidade teleguiada pelo cérebro Alpha.

Vã foi a pretensão, com ares revolucionários, de a ciência produzir *felicité*, *egalité* e *fraternité*. A direita positivista de Augusto Comte, autor do reacionário bordão *ordem e progresso*, e a esquerda positivista do socialismo autoritário, problematizada por Proudhon e Bakunin, foram ambas desmascaradas no século XX. Lado a lado, nazismo e estalinismo configuraram não o prometeico *ântropo*, mas o *cibernântropo*, que chegou até estas plagas, com os pretensiosos tecnocratas que, em suspeitas reuniões, expulsaram das universidades brasileiras cientistas de renome internacional.

O desperdício da cientificidade no universo de carências

EUA e URSS se empenharam no financiamento de pesquisas como garantia ao que postulava Maquiavel. Sem avaliar retrospectivamente seu bordão *conoscere i sitti*, conhecer os lugares em que piso, a metáfora do caçador demanda precaução para ele não cair na armadilha preparada para a caça,

antes dela. No caso que nos interessa, a urgência de garantir presença em suas respectivas áreas de influência fez com que verbas significativas apoiassem projetos em países tidos como estratégicos. Henry Kissinger alertava o governo americano de que a carência de conhecimento da realidade vietnamita redundaria em fracasso da intervenção. Com 10% do que lá fora investido, o Plano Marshall foi decisivo para a reconstrução da Europa Ocidental, território em que se conhecia a realidade onde se investia.

O Brasil era, no período da guerra fria, um país estratégico de ambos os lados, por Moscou e Washington. Neste último caso, surgiram os *brasilianistas*, americanos chamados a pesquisar o Brasil. Institutos de pesquisa brasileiros se beneficiaram de financiamentos da Ford Foundation, Rockefeller Foundation etc. Na União Soviética, havia o mesmo interesse pelos institutos e centros de pesquisa latino-americanos. No Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, nos tempos da ditadura militar, a secretária se mostrou satisfeita por eu, pesquisador brasileiro, estar lá, e apontou a presença de colegas norte-americanos e europeus, sedentos de cópias de documentos para desenvolver seus projetos.

De passagem: ter imensos recursos e não detectá-los *motu próprio*, ao invés de levar ao desenvolvimento autônomo, pode levar-nos ao *remake* neocolonial, conforme alertara Lênin a esse respeito.

Em sociedades democráticas, o princípio da difusão de conhecimentos serve-nos de alerta contra o aprisionamento do saber, no intenso processo de privatização. Admitamos ser sutil a relação da pesquisa científica com interesses em jogo, expectativas, demandas de vários endereços... Falamos então de *ciência útil*, com precaução, contrapondo-a à *ciência inútil*, mas não no sentido de *mercantilização do saber*, compromisso com o capital ou com a *estatização do saber*. A precaução é oportuna, no contexto atual, em que a pesquisa migra das universidades para as corporações econômicas, com visada de mercado, ou

para aparelhos estatais formuladores de projetos expansionistas. Ronda-nos a tentacular transformação de tudo em mercadoria ou em mecanismo de controle social. A alocação de patentes revela tal processo, bem como a pesquisa administrada por órgãos estatais. Emblematicamente, podemos fazer referência ao acesso a procedimentos biológicos, restrito a empresas ou estados, que têm o controle de patentes. O campo científico fica de posse do grupo restrito de proprietários de patentes.

A importação de paradigmas

Em países como o Brasil, é bem real a tentação da cópia, o simulacro de projetos, pela importação de paradigmas e de currículos, formulados em situações distintas, os quais, mesmo em sua origem, caracterizam-se, não poucas vezes, como autênticas formas de pensamento dócil, esquemas de sujeição acadêmica. Em tais casos, o imperativo de conjumar um novo conhecimento com novas solidariedades encontra, nas universidades mercantilizadas, muralhas de resistência.

Admitamos que há brechas de participação na corrida científico-tecnológica de países como o Brasil, visando a adicionar valor, em sentido amplo, e não só como consumidores passivos de ciência, de alta tecnologia, de produtos ou serviços. Postula-se então a conexão entre a Universidade e a perspectiva crítica e inovadora, não se mantendo a serviço de esquemas que a transformam em simples empresa fornecedora de mão-de-obra qualificada, ajustada a padrões tecnológicos gerados pelo capitalismo global.

A indústria contemporânea vende auto-estima. As terapias tornam imprecisa a separação entre o que conquistamos por conta própria e o que conquistamos devido à parafernália de substâncias químicas que ingerimos. Estamos, hoje, desafiados pela biogenética, por behaviorismos e por ciências das comunicações a redefinir as noções de liberdade e dignidade humanas.

No contexto de países menos desenvolvidos, é atual falarmos de desenvolvimen-

to científico excludente. Os benefícios das descobertas são inacessíveis para grande parte da população mundial.

Na formulação de qualquer projeto de pesquisa, parte-se de um determinado problema. Diante do quadro social brasileiro, a responsabilidade do pesquisador é a de aproveitar adequadamente os poucos recursos que lhe forem atribuídos, restringindo desperdícios que poderiam ser configurados como carência ética de sua pesquisa. De outro ângulo, seu projeto pedagógico de articulação de ensino e pesquisa torna-se eticamente legítimo, na proporção em que, nos moldes da maiêutica, o educando é estimulado a desenvolver seu engajamento com a cidadania, entendida como compromisso básico de partilhar a *Vida Digna*.

Nas pegadas do jargão popular, segundo o qual ninguém encontra senão o que de alguma forma busca, constatamos a recorrência de patrocínios de pesquisa, nas sociedades capitalistas, em que a marca do interesse do patrocinador pode determinar o curso de determinadas pesquisas, não poucas vezes segundo moldes eticamente problemáticos. A assim chamada internacionalização do mercado interno, a presença de redes transnacionais em todos os campos da economia brasileira - a esfera produtivo-mercantil na área da saúde, como exemplo delicadíssimo - são fatos que merecem a atenção do pesquisador, para não se ver envolvido por sobredeterminações, contrárias aos interesses da população. Gilberto Dupas⁵, em *O Mito do Progresso, progresso como ideologia*, constrói de modo crítico o campo semântico do progresso. Coloca *mito* no título, forma atenuada de racionalidade - usada neste caso como instrumento de controle social - e *ideologia*, no subtítulo. Aponta para a associação de ideologia a ciência e técnica. É muito oportuna toda contribuição para tornar visível a contradição no emprego do verbete no discurso hegemônico da sociedade industrial.

Comitê de Ética em Pesquisa

É um dado institucionalmente novo e bem-vindo em nossas IES. Opera no coroamento do fluxo de comprometimentos com

a Ética, perpassada pelo Pesquisador, pelo Orientador, pelas Comissões de Pesquisa e pelas Comissões de Ensino. Seria, portanto, um grande equívoco isolar o Comitê de Pesquisa. Ele interviria isolada e tardiamente, caso se verificasse o vazio ético, anterior à sua intervenção. Os comitês de ética, no contexto universitário brasileiro, alarmantemente mercantilizado, perigam ter suas atividades não apenas dificultadas, mas desqualificadas, diria, como indevidas intromissões.

Por último, mas não em último lugar, na busca do consenso pedagógico, há conveniência em os comitês de pesquisa evitarem se situar verticalmente na estrutura de poder de nossas universidades. Numa sociedade de *conformação arbórea*, como a brasileira, com sólidos troncos concentradores de poder econômico e burocrático, demandando frágeis ramos sem vitalidade própria, cremos ser de bom aviso buscarmos a estética do *rizoma*. Em sua horizontalidade, os Comitês de Ética se colocam mais eficazmente como estimuladores de fluxos éticos na pesquisa, participantes do amplo diálogo democrático em torno do compromisso com a Vida, num contexto social ameaçador. Trata-se de tarefa sem exclusividade, compartilhada como exercício da cidadania dentro de nossas instituições de ensino superior. Parece-me que é desta forma que os comitês de ética marcarão presença, visando a contribuir para que nossas instituições universitárias ganhem respeitabilidade no contexto dramático em que vive a população brasileira. Não como tribunal, mas instância de diálogo e formação, à busca de empatia com a causa da Ética. Sem sisudez burocrática, mas, simultaneamente, sem desleixo e desatenção. Vale a relação, inversamente proporcional, do par *autoritas-potestas*. Tanto mais autoridade terão os Comitês de Ética, em determinada instituição de ensino e pesquisa, quanto menos poder detiverem, no sentido de que esta equação revigora a cultura ética em nosso meio como uma tarefa coletiva de cada departamento, de cada faculdade, de cada centro, dos vários colegiados.

A existência de *Comitês de Ética em Pesquisa* nas Universidades Brasileiras é um dado positivo, desafiador, mas pleno de armadilhas. Do lado negativo, o desatrelamento de ensino e pesquisa em número significativo de IES; de positivo, a exigência de multidisciplinaridade para estimar a valia da pesquisa. A expectativa que nutrimos, visando a esta perspectiva holística, é a de que o *Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)*, originariamente alocado, por razões históricas, no Ministério da Saúde, justificável

em um primeiro momento, encontre seu *habitat* no Ministério da Ciência e Tecnologia.

Seria pretensiosa a expectativa de consenso sobre o tema, tratado do modo como o foi. Esperamos, no entanto, ter contribuído para deslocar o debate sobre a orientação ética em pesquisa de qualquer compromisso que não seja com a vida, tão ameaçada por uma determinada concepção de progresso. ■

NOTAS

- 1 COSTA, Jurandir Freire. *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 12/02/06, pág 3.
- 2 MORIN, Edgar. *O Método - 6. Ética*. Porto Alegre, Sulina, 2005.
- 3 PRIGOGINE, Ilya e STENGERS, Isabelle. *A nova aliança*. Brás. UNB, 1991.
- 4 FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Lisboa, Edições 70, 1991.
- 5 DUPAS, Gilberto. *O Mito do Progresso, progresso como ideologia*. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

PESQUISA E ÉTICA NA UNIVERSIDADE

Antonio Manzatto*

Padre da Arquidiocese de São Paulo

À guisa de introdução

Pensar a ética nos tempos atuais é extremamente importante porque não é usual. Outros elementos de referência costumam tomar o seu lugar quando se contempla o comportamento da sociedade em diversos campos, incluindo a política, a propaganda, as artes e as ciências. Falar de ética, em muitos momentos, pode parecer um atentado à livre manifestação do pensamento, da criatividade e da organização democrática. Afinal, em tempos de neoliberalismo, a única referência admitida é a vontade do sujeito, muitas vezes afirmada como liberdade do indivíduo. Em face desse valor supremo, todos os outros se aquietam; diante dele, todos se prostram em humilde reverência. Será que é assim? Ou, dito de outra forma, será que é preciso que seja assim?

Por outro lado, o desenvolvimento técnico-científico de nossos tempos parece também apontar para uma certa desclassificação da ética no ambiente de produção de ciência. Afinal, pensa-se, o conhecimento deve avançar simplesmente porque é humano, porque

se quer ir adiante para experimentar a quê isso pode conduzir. Nesse processo, a vontade de aventura da humanidade fala bem alto, sobretudo em se tratando da liberdade de aventurar-se “por mares nunca dantes navegados” de conhecimentos não ainda catalogados, na experiência do prazer de conhecer o novo, na ânsia de provar “o que não tem limites”. Será que é assim? Ou, será que é preciso que seja assim?

Ainda há outro elemento diante do qual a sociedade de nossos tempos se curva sem pudor e sem hesitação: o prazer! Incluindo nele o prazer de conhecer, de descobrir e de dominar a técnica. A vida é curta, e é preciso aproveitar o sentimento do momento, que talvez não volte nunca mais, dizem muitos, numa releitura atual do famoso “carpe diem” do pensamento antigo; a linguagem bíblica expressa esse pensamento de outra forma: “comamos e bebamos, que depois morreremos”. A referência parece não se fazer a outros valores que não sejam o da experiência do sentimento de prazer. Liberdade, domínio da técnica e do conhecimento, e experiência de bem-estar parecem fundar os comportamentos de

* Doutor em teologia pela Universidade de Lovaina (Bélgica) e, além de suas atividades pastorais nas comunidades da Região Episcopal Brasilândia, é professor titular e atual diretor da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, da mesma Arquidiocese. O presente texto, por ser conferência proferida, quis guardar como sua característica o de ser “linguagem falada”, e assim deve ser compreendido.

nossa sociedade ocidental. Será que é assim? Será que é preciso que seja assim?

Pode-se pensar a pesquisa na universidade num quadro de referência aos elementos apontados e a uma ética que dele decorre. Pesquisa-se livremente, sem nenhum outro tipo de limite que não seja a vontade do pesquisador. A liberdade ampla de pesquisa se fundamenta na ânsia de conhecer e dominar a técnica de produzir elementos que podem proporcionar, segundo uma certa leitura, prazer e bem-estar à humanidade. Juntam-se, aí, os três elementos aludidos anteriormente: a liberdade de produzir bem-estar por meio da técnica ou da tecnologia, mesmo que para isso seja preciso "criar necessidades". Aliás, por falar nisso, como será que nossos pais conseguiram sobreviver sem telefone celular? Ou sem saca-rolhas elétrico?

O desenvolvimento do conhecimento e as pesquisas acadêmicas que se colocam nessa direção se fazem para o bem da humanidade. Nessa proposição, já se apontam princípios éticos: trata-se do bem, não de qualquer outra coisa; e do bem da humanidade, não de alguns privilegiados apenas. As pesquisas não se fazem por gosto ou liberdade. É claro que desconfianças se levantam quando se ameaça uma crítica ao modo de se comportar que não leva em conta o bem comum. "Lá vêm os ventos do conservadorismo", dizem uns; "levantam-se as trevas da ignorância", dizem outros; "estão querendo impor o obscurantismo medieval", bradam terceiros. Será que é assim? Será que é preciso que seja assim? A ética que busca se referir a outros valores e que, depois de Kant, buscou manifestar seu fundamento de racionalidade estará para sempre banida da sociedade contemporânea, substituída pela "ética" da sensação do momento, do pragmatismo utilitarista e do individualismo anônimo? Afinal, que humanidade estamos em vias de construir?

A Universidade Católica

Não falamos simplesmente de ética nestes dias. O que nos ocupa é a ética na pesquisa universitária. Quais referências os estudos e pesquisas desenvolvidos dentro do

quadro da universidade levam em consideração? Quais são as bases éticas possíveis e válidas, hoje, das pesquisas científicas produzidas dentro de nossas "usinas de conhecimento" - as universidades -, e especificamente dentro de nossa universidade católica? Isso pode soar ameaçador a alguns ouvidos, pois é dito por um membro da "hierarquia eclesiástica", catalogada em muitos lugares como "guardiã e férrea defensora do obscurantismo", maneira de continuar exercendo seu poder e influência na sociedade, pois mantém as massas na ignorância. Antes de correr para buscar abrigo em posições estereotipadas desse tipo, ou de seu contrário, que compreende as afirmações da mesma hierarquia eclesiástica como única fonte válida de referências para a elaboração de uma ética contemporânea, creio ser necessário pensar a identidade de nossa Pontifícia Universidade Católica como um caminho para destacar alguns elementos que possam nos ajudar a pensar a relação entre ética e pesquisa científica nos seus quadros.

Em primeiro lugar, sobre nossa Universidade, dizemos que ela é "pontificia". É esse o P da PUC. Ela se refere diretamente à estrutura da igreja, na medida em que afirma relação com o "pastor supremo" dessa mesma igreja, "o papa, sucessor de Pedro". Parece que nessa referência se arma o laço para coibir qualquer tipo "mais avançado de pesquisa científica", pois o caminho está aberto para a afirmação do poder e do valor da obediência. No entanto, essa não precisa ser a maneira de se entender a importância e o significado da qualificação "pontificia". Claro que ela faz referência à igreja e sua estrutura, mas não como afirmação do poder, já que essa não é a característica fundamental da hierarquia eclesiástica. Esta se caracteriza pelo serviço à comunidade, pois é assim que se compreende o dito evangélico que afirma que "quem quer ser o maior, seja o servidor de todos" (Mc 9,35). O título mais significativo do papa, aliás, é o de "servo servorum Dei", o servo dos servos de Deus. Serviço é característica da hierarquia porque é característica da igreja. O Concílio Vaticano II lembrava, inclusive, que a igreja é servidora do mundo, com o qual dialoga. Sim, essa mu-

dança de perspectiva é significativa: não é o mundo que é colocado a serviço da igreja e do exercício de seu poder, mas sim o inverso: é a igreja que se afirma como servidora do mundo para anunciar-lhe uma palavra que pode contribuir para sua plenificação, que num ambiente religioso se afirma como salvação. A preocupação primeira da igreja e de sua hierarquia não é o exercício do poder de mando, mas o serviço. Por se referir a essa estrutura, a PUC se compreende como um serviço de igreja ao mundo. Sim, porque ela é de igreja, já que pontificia; e por isso mesmo, preocupada com o estado do mundo e da sociedade. A PUC presta, por sua atuação, um serviço à sociedade a partir de sua característica de instituição ligada à igreja.

Seu serviço, sendo eclesial, é o de ser Universidade. Seu lugar não é o da sacristia, e sua preocupação não é o culto, e estes, aliás, não são os únicos serviços de igreja. Seu lugar é o do “ensino, pesquisa e extensão”, da produção e socialização do conhecimento. Conhecer é sua função, e as pesquisas acadêmicas visam exatamente a esse aspecto, enfrentando as questões e situações que são as da humanidade de hoje. Pelo conhecimento, não se visa ao exercício do poder de mando ou dominação, mas ao serviço à concretização da liberdade e do existir humanos, decifrando fenômenos, entendendo mecanismos, atribuindo significados, compreendendo o sentido do que significa ser humano no mundo atual. Sua característica de Universidade lhe é essencial; e sendo um serviço ao mundo e à sociedade, firma seu trabalho de conhecimento na autonomia da razão humana, sem o que a dignidade humana seria diminuída.

Finalmente, a PUC é também católica. A marca confessional está indelevelmente firmada em sua identidade, é constitutiva de seu ser, e não é uma vergonha ou algo a ser escondido. Outras instituições universitárias, de grande valor, portam igualmente em sua identidade características de confessionalidade religiosa. Uma universidade não é boa ou má por ser ou deixar de ser confessional, mesmo porque a confessionalidade

não define a qualidade do conhecimento que ali é produzido. A PUC é católica porque se afirma como serviço dessa confissão religiosa ao mundo no qual vive. Mas há algo mais nisso. O adjetivo “católica” no nome da PUC afirma sua ligação com a Igreja Católica Romana, mas não simplesmente em termos de propriedade ou patronato. Claro que há uma afirmação de que a universidade é “patrocinada” pela Igreja Católica, mas mais significativa e mais importante do que isso é a sua ligação com o referencial evangélico. A esse respeito, temos um caminho que nos ligará, possivelmente, a alguns princípios éticos importantes para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa científica dentro da Universidade, com veremos adiante.

Ser católico, mais do que uma simples adjetivação religiosa, é a afirmação de uma maneira de concretizar na história a referência à fé no evangelho de Jesus Cristo, e este é um elemento fundamental. A Igreja Católica Romana é uma historicização do cristianismo, e é a ela que se refere o termo “católica” da PUC, porque precedido do termo “pontificia”, uma vez que o papa só é reconhecido como “pastor supremo” no interior dessa igreja. A “catolicidade” da igreja específica, no entanto, funda-se na característica “católica” de toda a igreja universal, que é católica não por sua extensão geográfica simplesmente, mas por sua “plenitude”, já que nela habita o Cristo, e pela inclusão de todos em seu seio. Não se trata de afirmar a Igreja Católica como a melhor de todas ou mais importante do que outras, já que não é de proselitismo que falamos, mas sim de reconhecer que nela há uma receptividade a diversas experiências religiosas provenientes de origens, povos e culturas variados em sua referência a Jesus. Chegou-se mesmo, por isso, a caracterizar-se o catolicismo como um “grande sincretismo”, no sentido de dizer que nele são vivenciadas múltiplas maneiras de se referir ao evangelho e à pessoa de Jesus Cristo. Historicamente, é estranha ao catolicismo a imposição de uma uniformidade de comportamentos e expressões religiosas. Quando isso ocorreu, foi um desastre para a

igreja católica. Por ser católica, então, nela se afirma a possibilidade de “ser diferente”. Por isso, o termo “católico” não precisa ter conotações negativas, e não precisa ser visto como “temerário” pela universidade que assim se caracteriza: ela presta um serviço, em nome da igreja católica, à multiplicidade de maneiras de ser humano no mundo atual. Não é essa uma maneira de se afirmar a característica democrática da Universidade?

Uma teologia na Universidade

É claro que todos compreenderam que estou fazendo teologia com esse discurso. Sendo confessional e cristã, a Universidade produz conhecimentos, ou seja, trabalha com as ciências, as artes, a técnica e todos os campos do saber humano e suas formas de expressão. É natural que se interesse, também, pelo conhecimento que vem da fé, que é o conhecimento teológico. Além do interesse em estudar e compreender os elementos todos que giram em torno do fenômeno da religiosidade humana, a Universidade se interessa também pelo conhecimento propriamente teológico, ainda mais quando afirma sua raiz cristã e católica.

Muitos podem questionar o lugar do ensino e da pesquisa em teologia na universidade. Uma compreensão antiga apontava a teologia como “catequese proselitista” ou “apologia da fé”. Isso, evidentemente, tem pouco a ver com a característica democrática e pluralista da sociedade atual e da universidade que nela se insere. Qual seria, então, o lugar da teologia no quadro universitário? Embora seja importante, não basta apontar para as raízes históricas da relação entre teologia e Universidade. É conhecido o fato de que as universidades modernas se desenvolveram a partir do ensino e da pesquisa em teologia. A própria PUC-SP, em suas origens, abrigava a faculdade de teologia da qual atualmente sou diretor, e que carrega em seu nome o título de “Pontifícia”, herdado, exatamente, desta universidade. Também não basta afirmar que outras confissões religiosas abrigam em suas universidades uma facul-

dade de teologia, ou que em outros países a união entre ambas é vista como “natural”. Há de se afirmar, pela via da racionalidade, própria do ambiente universitário, como se pode fundamentar ou justificar tal relação.

A teologia é discurso de racionalidade sobre Deus a partir da fé. É definida, inclusive, como um “saber racional”, o que a aproxima do mundo científico, que é, fundamentalmente, de razão. Sua “cientificidade”, afirmada a partir deste ponto, tem outra natureza que aquela das ciências físicas ou naturais. Aliás, também as ciências ditas humanas apresentam outras características de cientificidade que aquelas; por isso, são, às vezes, questionadas sobre sua “natureza científica”. Com a teologia não é diferente. Ela precisa apresentar os fundamentos de sua epistemologia, porque ela tem uma característica fundamental e peculiar: a de ser conhecimento a partir da fé.

Em outros tempos, a fé foi vista como ato de demissão da razão e da humanidade. Via-se a fé como oposta à racionalidade, já que ela demanda uma “renúncia à liberdade de pensamento” e uma “submissão” da vontade e da racionalidade humanas ao divino, que não pode ser comprovado. Se não há comprovação, não há racionalidade científica, diziam alguns. Hoje, porém, o paradigma científico é outro, e a “demonstrabilidade” da teoria não é vista como a única maneira de se afirmar a cientificidade do conhecimento. A fé, por sua natureza, não é uma simples dedução da razão, mas sim a adesão da pessoa humana à pessoa divina. Ela toca a pessoa toda inteira, todas as suas dimensões, e a coloca em relação com outra pessoa, Deus, já que a afirmação fundamental da fé é “eu creio em”, e não “eu creio que”. Afirma-se, pois, a relação de duas pessoas como originante de um conhecimento específico, o da fé. Claro que a fé não é, simplesmente, conhecimento, mas, acima de tudo, *ethos*, um comportamento vivido exatamente como relação entre o ser humano e Deus, o humano que crê e Deus em quem se crê, comportamento traduzido em atitudes do humano com relação

a Deus e aos demais seres humanos. Ela é, assim, uma maneira de se posicionar frente ao mundo e à vida, uma atitude profundamente humana assumida em liberdade e por afirmação do sujeito. Trata-se, pois, de um ato de humanidade e, ainda que fosse submissão da razão, seria ainda uma atitude de racionalidade, pois releva da liberdade de decisão do sujeito humano.

A teologia não é simplesmente afirmação da fé, é sua inteligência, sua compreensão, sua racionalidade. “Intellectus fidei” é como ela é tradicionalmente afirmada desde os tempos medievais de Santo Anselmo. Ela não se submete a um fundamentalismo religioso, e é mesmo “remédio” contra o fideísmo. Sem a crítica racional da teologia, o que sobraria seria simplesmente a afirmação da fé pela fé, a narração de fábulas e histórias extraordinárias que seriam, exatamente como diz a palavra, “incríveis”. A fé precisa ser esclarecida para que não seja um atentado contra a razão e, assim, contra a humanidade. A natureza da teologia é, precisamente, esta: a afirmação da “racionalidade” da fé, resistindo ao fideísmo e à simples apologia da fé ou da religião.

Por se tratar de uma atividade de conhecimento e de reflexão racional, é necessário que a teologia dialogue com as ciências, as artes, a técnica, o mundo do conhecimento. Esse diálogo não é importante porque o científico é quem comanda a civilização da técnica onde vivemos, mas sim para que o teólogo desenvolva seu trabalho com cientificidade. Em certo sentido, as “ferramentas” para seu trabalho são fornecidas pelas ciências, do homem ou da natureza. O enquadramento de sua reflexão teológica é dado pelo desenvolvimento do mundo científico. As informações e as categorias que se encontram na base do pensamento teológico são apresentadas pelas ciências. Isso é verificável, no interior do mundo teológico, no estudo da bíblia, por exemplo, se nos lembrarmos dos novos conhecimentos trazidos pela pesquisa arqueológica e literária; no estudo da história da igreja, se nos lembrarmos do que

a história e a sociologia nos trouxeram como conhecimento; mas também no estudo da dogmática, lembrando a evolução da filosofia; e ainda na moral e na pastoral, levando-se em conta as novas referências trazidas pela psicologia ou pelas ciências da comunicação. A atenção ao avanço das ciências é necessária para que a teologia cumpra sua função, execute seu trabalho.

Por outro lado, a teologia tem também sua palavra a dizer. Palavra endereçada primeiramente aos crentes, evidentemente, mas também às outras pessoas e às ciências. Não se trata de uma palavra de força, mas sim da racionalidade de seu lugar próprio, a fé, que afirma uma maneira de se posicionar frente ao mundo e à sociedade, uma maneira de compreender o que significa ser humano no mundo onde vivemos. Há, pois, ao menos, possibilidade de diálogo entre a teologia e o “mundo do conhecimento”, diálogo que precisa ser estabelecido no quadro universitário, pois é nele que se dá a produção do conhecimento científico para as ciências e, por dedução, para a teologia. O ainda recente fato do reconhecimento civil dos cursos de teologia pelo governo brasileiro confirma esse aspecto e aponta para o direito de cidadania da teologia, na sociedade e na sinfonia dos conhecimentos científicos.

Vale lembrar aqui, por isso, ainda que de passagem, a responsabilidade acadêmica e universitária do teólogo, tanto para o ensino como para a produção de conhecimento baseados nas pesquisas que ele desenvolve. O teólogo é um homem de ciência que precisa levar em consideração elementos de ética para que seu trabalho não seja uma simples apologia ou acusação contra os outros. Creio que, para a afirmação e reconhecimento da racionalidade da teologia, sua presença no quadro universitário seja imprescindível, até mesmo para o reconhecimento de sua multidisciplinaridade. Creio que também para a Universidade isso seria um ganho, na medida em que se aproximará o mundo acadêmico de uma maneira humana de existir no mundo, que precisa ser olhada

não apenas em seu aspecto fenomênico, mas em sua “racionalidade” própria.

Sobre as questões de ética

Parece que nos distanciamos daquela questão inicial sobre a ética na pesquisa científica universitária, que é o assunto deste encontro. Creio, porém, que juntamos elementos importantes para afirmarmos duas coisas que, a meus olhos, são essenciais e podem ajudar a compreender, ao menos, minha presença aqui. A primeira, repito, tem relação com o interno da teologia e aponta para a necessidade do desenvolvimento de estudos teológicos “éticos”, digamos assim, que respeitem a natureza da fé, mas também as exigências de cientificidade, de racionalidade e de atualidade, sem as quais a teologia não seria propriamente teologia. Creio que não é o caso de aprofundar neste texto essa questão, que nos conduziria a um procedimento tipicamente teológico que talvez não interesse, ou que seja por demais maçante para a maioria dos presentes.

O segundo elemento, mais abrangente, me parece fundamental para o debate ora realizado. Todos concordamos que é preciso haver ética na pesquisa científica, como também estamos de acordo que ela deve existir no mundo da política, dos negócios, das relações humanas. A questão é a de saber quais são os referenciais sobre os quais será construída essa ética, quais são os valores que ela vai defender, de que ética estamos falando. Numa sociedade pluralista, vários e múltiplos princípios éticos são possíveis. Há alguns que, por exemplo, derivam do próprio procedimento universitário; outros, das relações estabelecidas entre os pesquisadores, ou ainda de suas necessidades, como a sobrevivência ou a exposição pública. Ainda que sejam, digamos, “aceitáveis” estes princípios, eles serão suficientes para uma universidade que é, identitariamente, católica e pontifícia?

Sim, o princípio cristão precisa ser aqui colocado, mais não fosse pelo fato de que a universidade se quer democrática e, portan-

to, dá direito de palavra a todos, inclusive ao ponto de vista que vem dos cristãos. Muitos temem o discurso religioso cristão, sobretudo o da igreja católica, não apenas por apontá-lo como irracional, crítica à qual tentei responder acima, mas sobretudo por compreendê-lo como discurso de força. O que vem imediatamente à idéia é a convicção da imposição da vontade de alguns pela força, e a conclamação à obediência devida à igreja. Temem-se os “alertas” éticos proclamados por essa mesma igreja porque se os entende como contrários à razão e à liberdade humanas, exatamente porque baseados na força de quem “possui a verdade” e, por isso, exige obediência. Os exemplos, não raro, recaem no medievalismo da Inquisição, mas podem chegar também aos nossos dias e, no mais das vezes, são verdadeiros. De visões como essa vem aquela compreensão apontada no início, da identificação da palavra da igreja ou da religião como “afirmação do obscurantismo”. Essa compreensão afirma a natureza da religião como fundamentalista, compreende o fideísmo como único caminho de expressão do conhecimento da fé.

A teologia, como afirmei, tem características fundamentais de racionalidade. Não é simples afirmação apologética da fé, é a busca de sua compreensão, de sua racionalidade. A teologia, sobretudo a acadêmica, universitária, é serviço à fé, pois a livra do fideísmo, e serviço à sociedade, pois a livra do fundamentalismo religioso. Tenho diante dos olhos, contudo, os dois processos instaurados contra a possibilidade e a credibilidade do discurso teológico: um levado a termo no interior da igreja, que é freqüentemente tentada a apenas fazer valer o interesse eclesial da teologia; e outro que é instaurado pela sociedade que, mesmo reconhecendo um espaço próprio para o conhecimento teológico, quer enquadrá-lo em certa “regionalização hermenêutica”, isto é, fechá-lo nas coisas de igreja que, se aceitas na vida da sociedade, seriam reservadas apenas aos crentes. É interessante notar como um discurso religioso de características conservadoras se liga a um discurso social dito “progressista”.

Há tendências religiosas e eclesiais, como o conservadorismo, o fundamentalismo e o triunfalismo, que se ligam a um certo espírito social que quer guardar a fé no domínio do privado; fazem aparecer os discursos sobre o papel meramente intra-eclesial da teologia, seu caráter confessional e sua tarefa na construção da identidade cristã. Ainda mais, afirmam que, na sociedade, há pessoas que não são cristãs, e a quem não se podem impor as convicções religiosas ou saídas da religião, inclusive no plano ético. Claro que há alguns "curtos-circuitos" nessa argumentação, que desconhece as implicações sociais da fé: a teologia pode dizer uma palavra sobre a atividade social dos cristãos, pois eles não vivem fora do mundo. Há também um desconhecimento da racionalidade do discurso teológico e conveniente esquecimento do "direito humano" e democrático de realizá-lo, pois na sociedade, todos, inclusive as minorias, têm o direito de apresentar seus pontos de vista e suas convicções.

Essas palavras não procuram impor pontos de vista aos outros pela força, como em épocas de cristandade, mas sim exercitar o direito de participação no debate sobre a sociedade. Não se podem tolerar discursos que parecem democráticos, mas excluem da participação setores inteiros da sociedade. Assim, quando se trata de refletir sobre a ética na pesquisa universitária, creio ser natural ouvir o discurso teológico dentro de uma universidade católica. É importante, no entanto, lembrar que o discurso teológico católico não é uma simples afirmação da vontade do magistério eclesiástico, da hierarquia da igreja, e a conseqüente conclamação à obediência dos membros de uma instituição católica como a PUC. Isso seria inadmissível, inclusive por não ser boa teologia.

A fé católica é afirmação da confiança em Jesus Cristo. O magistério eclesiástico é, para a igreja católica, trilha segura que faz ligação, pelos caminhos da história, com os apóstolos, membros do movimento de Jesus de Nazaré, sobre cujo testemunho repousa nossa fé. O referencial primeiro, portanto, é o do evangelho

de Jesus. Dele derivam, e não de outros pontos de vista, os referenciais éticos do cristianismo que serão importantes para a pesquisa científica desenvolvida dentro da universidade católica e para a vida em sociedade.

É importante lembrar que as pesquisas científicas vão além da satisfação das fontes de financiamento, da criação de "necessidades humanas" ou das respostas às emoções de momento ou às manchetes do dia. Não se pode perder de vista a questão do sentido: da técnica, do conhecimento, da sociedade, do humano. O projeto de Jesus, seu evangelho, coloca em evidência, em primeiro lugar, o mundo dos pobres e fracos que a teologia latino-americana traduziu como "opção preferencial pelos pobres". Próprio do cristianismo, que segue Jesus, é a preocupação com as vítimas, os excluídos, os vencidos, os deixados de lado pelo mundo e pela história. Aqui, o cristianismo é profético, e seu discurso parte não de verdades religiosas ou princípios meramente cúlticos, mas da convicção que brota da fé de que a vida e os bens da sociedade são para todos, e por isso devem servir a todos, a partir dos pobres, já que só é para todos aquilo que é a partir dos últimos, que os inclua e que seja a seu favor. O que é pensado a partir de outros horizontes vai excluir os pobres, os últimos da sociedade. Por isso a opção preferencial pelos pobres é uma noção eminentemente teológica. Da confiança na proposta de Jesus brota a preocupação fundamental com o valor da vida, da dignidade humana e da solidariedade. Creio com isso anunciar um caminho de reflexão para vislumbrar princípios éticos que ajudem a desenvolver, para o bem da humanidade, a pesquisa acadêmica.

À guisa de conclusão

O discurso da igreja, ao propor elementos de referência para uma ética no desenvolvimento das pesquisas científicas, é propriamente um discurso teológico. Não afirma apologeticamente a fé, tampouco conclama à obediência cega. Trata-se, mais propriamente, de uma maneira de participar

do debate sobre a sociedade a partir de seu lugar próprio. Há muito tempo a igreja se diz "perita em humanidade", mas ela sabe que há outras instituições que, igualmente, o são. Sabe também que não é a única voz a ser ouvida dentro de uma sociedade plural, mas se afirma como uma voz a ser ouvida, elemento participante do conjunto social.

De um lado, é preciso que a teologia, voz da fé no ambiente universitário, tenha a coragem de propor, de mostrar suas convicções e estabelecer um diálogo com a sociedade, as ciências e a Universidade. Para que isso aconteça, a teologia precisa se abrir para o mundo, para a sociedade, participar de seu debate sobre a construção da verdade, articular de maneira crítica seu próprio estatuto científico e sua referência identitária, não como dona da verdade ou senhora do debate, mas como um de seus participantes. O discurso social do teólogo não é o do proselitismo, da apologia ou da acusação, mas o da abertura ao diálogo participativo sobre o sentido da sociedade que estamos em via de construir. Sem querer impor-se aos outros, esse discurso deve mostrar suas críticas e propor caminhos possíveis para a humanidade. Por outro lado, reconheça-se que é preciso, também, já que se trata de um diálogo, ouvir o que o mundo, as ciências e a universidade têm a lhe dizer,

a sugerir, a fim de que ela possa cumprir seu papel de serviço ao mundo e à humanidade. O diálogo supõe uma capacidade de escuta, assim como a coragem de falar.

O diálogo social é o fundamento da prática democrática, onde os homens e mulheres são convidados a dizer o que pensam e argumentar para defender seus pontos de vista, sobretudo quando se trata da vida dos pobres e fracos. A igreja não pode furtar-se à participação neste diálogo, sob pena de perder sua significatividade para o mundo atual e, assim, destruir sua própria identidade e missão. Por outro lado, ela não pode ser impedida de dele participar, sob alegação de que só pode endereçar-se aos seus membros crentes, já que a democracia contemporânea supõe o direito de participação de todos, a partir de seus lugares específicos e em respeito à diversidade. Esse diálogo social, naquilo que nos interessa neste encontro, pode incluir elementos éticos sem os quais não se pode organizar a pesquisa acadêmica. Creio ter elencado alguns deles, e apontado para a referência fundamental da prática evangélica de Jesus de Nazaré em seu compromisso com os pobres. Sem querer simplesmente que todos aceitem esses elementos sem mais, creio, no entanto, que sua afirmação pode contribuir para o debate que relaciona ética e pesquisa na universidade católica. ■

PROMETEU DESACORRENTADO E A SÉTIMA GERAÇÃO

Antonio José Romera Valverde

Professor do Departamento de Filosofia da PUC-SP

*“Como acima dos deuses o Destino
É calmo e inexorável,
Acima de nós-mesmos construamos
Um fado voluntário
Que quando nos oprima nós sejamos
Esse que nos oprime,
E quando entremos pela noite dentro
Por nosso pé entremos.”*

(Fernando PESSOA. Ficções de Interlúdio - Odes de Ricardo Reis)

Ética e Ciência

A imagem mítica de Prometeu acorrentado, sob castigo pela ousadia de roubar o fogo dos deuses, tomada como alegoria da aquisição do saber por mortais desautorizados, frente ao privilégio daqueles de deterem o conhecimento pleno, cedeu lugar, na Modernidade, à imagem sem grilhões do cientista, que pode conhecer (quase) tudo das leis intrínsecas da natureza, inclusive o homem e o cosmos, desde a construção de modelos ideais da ciência até a sua redução aos padrões de aplicabilidade tecnológica. À sua vez, a redução tecnológica invade e altera todos os campos da vida natural, e traça o contorno do drama humano, no presente: será possível e como será possível andarem de par o desenvolvimento da ciência e o progresso ético da humanidade? Dilema semelhante, mas limitado pelo ho-

rizonte histórico-cultural, foi o proposto pela Academia de Dijon, em 1750, e é conhecida do mundo intelectual a resposta de Rousseau ao problema, pela qual foi premiado.

Inaugural sob muitos aspectos, a utopia científica **Nova Atlântida**, de Francis Bacon, deixada inacabada ao crepúsculo do Renascimento e vazada de citações bíblicas, colocou em relevo as vantagens da perspectiva de uma nova cidade, em cujo centro encontrava-se o laboratório do cientista Salomão, em clara alusão à figura do rei sábio dos hebreus, na Antigüidade, transliterado da habilidade política para a da pesquisa científica. Em parte a ser desenvolvida, Bacon anotou a previsão dos progressos da ciência e a correspondente aplicação técnica, quiçá esboço e roteiro da tecnologia contemporânea:

Prolongar a vida.

Restituir a juventude.

Retardar o envelhecimento.

Curar as doenças consideradas incuráveis.

Diminuir a dor.

Purgantes menos repugnantes.

- Aumentar a força e a atividade.
- Aumentar a capacidade de suportar a tortura ou a dor. (sic)
- Transformar a constituição (metabolismo).
- Transformar a estatura.
- Transformar os traços.
- Aumentar e elevar o cerebral.
- Metamorfose de um corpo em outro.
- Fabricar novas espécies.
- Transplantar uma espécie em outra.
- Instrumentos de destruição, como os de guerra e venenos.
- Tornar os espíritos alegres e colocá-los em boa disposição.
- Poder de imaginação sobre o corpo, ou sobre o corpo de outrem.
- Acelerar o tempo, no que diz respeito às maturações.
- Acelerar o tempo, no que diz respeito às clarificações.
- Acelerar a putrefação.
- Acelerar o cozimento.
- Acelerar a germinação.
- Fabricar, para a terra, adubos ricos.
- Forças da atmosfera e nascimento das tempestades.
- Transformar substâncias ácidas e aquosas em substâncias gordurosas e untuosas.
- Produzir alimentos novos a partir de substâncias que atualmente não são utilizadas.
- Fabricar novos tipos de fios para o vestuário; e novos materiais, além do papel, do vidro etc.
- Predições naturais.
- Ilusões dos sentidos.
- Maiores prazeres para os sentidos.
- Minerais artificiais e cimentos.¹

Todo esse roteiro de desenvolvimento futuro das ciências da natureza, e da consequente aplicabilidade técnica, cumpriu-se ou está por cumprir-se no universo da tecnologia, e tem gerado aporias à Ética e, em particular, à bioética.

Todavia, no “Prefácio” da **Instauratio Magna**, Bacon, num rasgo ético-religioso, alertou: “Que os homens considerem quais são os verdadeiros fins do conhecimento e que não o procurem nem pelo prazer da mente, nem pelo contentamento, pela conquista de superioridade em face de outros, por proveito, fama, poder ou

qualquer outra dessas coisas inferiores mas para benefício e uso da vida e que o aperfeiçoem e dirijam com caridade.”² Porém, Bacon considerava que a “natureza supera em muito, em complexidade, os sentidos e o intelecto”.³ E considerou o novo saber a construir como uma fonte de poder ilimitado para a humanidade, expresso na síntese “saber é poder”, transformado em dístico do Iluminismo e afixado à entrada da escola de Pestalozzi. A propósito, Adorno e Horkheimer comentaram: “O saber é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. (...) A

técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho dos outros, o capital. (...) (Assim) poder e conhecimento são sinônimos. Para Bacon, como para Lutero, o estéril prazer que o conhecimento proporciona não passa de uma espécie de lascívia. O que importa não é aquela satisfação que, para os homens, se chama 'verdade', mas a 'operation', o procedimento eficaz."⁴ A referida lascívia foi desmentida, pois o prazer de especular livremente, como exercício do pensar pelo pensar, no caso das conjecturas, trouxe avanços para a ciência.

A premissa baconiana da nova concepção de ciência calcava-se, entre outras coisas, no ideal de neutralidade científica. Num primeiro momento, seria preciso banir todos "os ídolos e noções falsas que ora ocupam o intelecto humano"⁵, desde as afecções dos sentidos até os vícios e as recorrências da razão, da linguagem e da teatralidade filosófica, a fim de que, livre de pré-juízos e de pré-conceitos e absolutamente encapsulado e neutro, o cientista pudesse operar a observação da natureza, de modo escriturado, por meio de tabulas de presença, de ausência e de comparação dos fenômenos. Atingidos todos os passos do verdadeiro método indutivo, seria possível alcançar a inferência de leis intrínsecas da natureza de caráter universal, de preferência.

Nesse ponto, principia a dificuldade, pois há tempos a pesquisa científica deixou de ser neutra, se é que algum dia o foi efetivamente, e passou a servir aos interesses do capital. Se a pesquisa científica não é neutra, não se pauta pela neutralidade científica aos moldes baconianos e se encontra recolhida como mera expressão mítica, abre-se à interrogação ética pelos fins e meios de duas importantes aquisições da humanidade: o conhecimento científico e a aplicabilidade tecnológica.

Ora, a conjugação entre a indução verdadeira e o mecanicismo cartesiano encontrou, *grosso modo*, sua realização na descrição matemática da natureza, operada por Newton, no

século XVII, ao refazer teoricamente os nexos entre massa, peso e gravidade. É também conhecido o destino de tal descrição.

Desconfiado da insuficiência e do alcance de valores universais na ordem ética, no século XVIII, Kant propôs um recurso à conduta moral, sem perder de vista o princípio *a priori*. Propôs o conceito de imperativo categórico, sintetizado na forma: "age de maneira tal que possas também querer que a máxima de teu agir transforme-se em lei universal da natureza..."⁶ Kant, que pretendia ser o Newton da Filosofia, percebeu que, se não subsistiam de modo claro valores éticos universais, sob a dinâmica do projeto individualista burguês, encolhera a possibilidade de a conduta humana se pautar por eles. Como seria então possível conduzir-se eticamente à meia luz ou à ausência completa de valores éticos universais? O problema ecoou e ainda ecoa em alguns setores filosóficos.

Confrontando a concepção ética de Kant, considerada tradicional, pois fundada em padrão antropológico, por muitas evidências, anacrônico, Hans Jonas refez os termos do imperativo categórico para o nosso tempo. Reescreveu-o, na forma: "age de maneira tal que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de autêntica vida humana sobre a terra; ou, desta forma: age de maneira tal que os efeitos de tua ação não sejam destrutivos da possibilidade de autêntica vida humana futura na terra."⁷ A novidade é a atualização da premissa ética para além da conduta moral excelente, mas que deve tomar em conta a inclusão da preservação da natureza como garantia da vida humana e, por extensão, de todos os seres vivos. É certo que tal altura ética precisa ser aprendida e ensinada com urgência. Afinal, ninguém nasce bom ou mau, mas deve progredir moralmente, como tradução de um consenso oscilante desde a Antiguidade até hoje, em vista do agir humano.

A herança científico-tecnológica é patrimônio da humanidade, e segue a ser quiçá o que de mais pontual e inflexível o

direito dos povos erigiu, juntamente com os direitos humanos, mesmo que estes encontrem ainda, em grande parte, suporte na noção escorregadia de natureza humana. Contudo, resta saber se todos os homens desejam do mesmo modo o acúmulo de aquisições científico-tecnológicas da humanidade e em que medida há interesse político-antropológico na seleção desta herança. Como a cultura é extremamente dinâmica, complexa e diversificada, pode não ser correto assimilar em bloco todo o ativo científico-tecnológico sem adular conteúdos e macular interesses legítimos. Kant propusera três perguntas-chave para o encaminhamento do progresso intelectual e a compreensão humana de um ponto de vista subjetivo: *que posso saber? Que devo fazer? O que me é permitido esperar?* Se atualizadas, em relação às ilimitadas possibilidades de conhecimento do Prometeu desacorrentado, as perguntas kantianas devem ser reformuladas da seguinte forma, segundo Hans Jonas: *que devo ignorar? Que devo me abster de fazer? Do que devo ter medo?* São questões que devem orientar as escolhas no baú da herança científico-tecnológico, a saber o que deve ser selecionado do arcabouço da tecnociência e o que deve ser desprezado. Em verdade, a palavra de Jonas é aterradora, ele propõe uma *euristica della paura*⁸, como desemboque ético em face do desconhecimento do alcance do desenvolvimento e da aplicabilidade da ciência. A Ética do dever deverá suplantar a conduta moral do indivíduo e atentar para o poder sem limites do conhecimento científico e a subsequente redução à tecnologia, em vista da destruição das possibilidades de vida no planeta.

Jonas analisou no detalhe a gravidade da situação e a expressou sob o *princípio responsabilidade*. Colocou em pauta a discussão sobre o princípio responsabilidade em relação ao Prometeu desacorrentado e necessidade urgente de pensar nas gerações futuras, quicá a sétima geração, como o mote da poética e translúcida carta do cacique Seattle, da Suquamish Tribe, Washington, escrita em 1854, destinada ao Governo americano

como peça de rejeição à proposta de compra dos territórios indígenas - verdadeiro tratado sobre a relação entre o homem e a natureza.

Ética e Pesquisa Científica

O exercício da pesquisa científica pressupõe questões fundamentais, às quais, explicitamente ou não, a Ética se entrelaça. Aos moldes do pensamento de Jonas, pode-se, primeiramente, pensar nas escolhas de natureza e de destino da pesquisa, para as quais as questões norteadoras básicas deveriam ser: a que interesses a pesquisa serve ou "por quê" encomenda-se determinada pesquisa? Essas questões remetem a outras: que órgão público ou empresa particular financia a pesquisa? Em qual área se localiza? "Para quê" servirão os resultados de tal pesquisa? Por certo, os resultados da pesquisa devem se submeter ao universo ético, na forma de interrogação acerca dos meios e dos fins da pesquisa científica.

Sobre os interesses empresariais ou estatais envolvidos, registram-se financiamentos menores para as pesquisas em ciências humanas, marcadas na origem pela desconsideração cartesiana acerca das "inúteis humanidades", comparativamente ao capital investido nas pesquisas focadas nas ciências naturais e exatas, notadamente, para as que objetivam o bem estar humano ou a diminuição da assimetria social, inclusa a educação. Entretanto, tal fato não deixa de gerar uma questão ética: a pesquisa em ciências humanas pode transformar o seu produto em mercadoria? Contudo, vai além, pois pode haver até encomenda visando ao desprestígio de uma cultura, de uma etnia, como a pesquisa sobre inteligência a partir da cor da pele, conhecida como curva do sino⁹, que visava a indicar (*sic*) que os afro-descendentes seriam menos equipados nesse quesito. Obviamente, houve uma nítida distorção de dados. Dupla fatalidade anticientífica e, por antecipação, antiética: a não neutralidade e a distorção dos dados e dos resultados.

Para as ciências da natureza, em geral, há apoio financeiro de organizações, sem,

aparentemente, exigência de neutralidade alguma. O carro forte das pesquisas financiadas, atualmente, é a biologia, embora as pesquisas nessa área costumem ser multidisciplinares, pois envolvem muitas vezes a química - como a recente de cientistas brasileiros, que descobriram a química da memória -, ou mesmo a aplicação médica da física nuclear. Porém, nem sempre as pesquisas são voltadas para a preservação da vida, da vida de todos os seres. Pesquisas, por exemplo, que envolvem "o combate às epidemias em países pobres" não são, em geral, de interesse das organizações financiadoras, pois redundariam na produção de medicamentos para as classes de pouquíssimo poder aquisitivo. No entanto, clonagem, célula-tronco, criogenia, dentre outras, o são. Também as pesquisas em física são largamente financiadas, tanto as teóricas quanto as práticas, como a do físico brasileiro Marcelo Gleiser. A Matemática, como instrumento de outras ciências, conta também com financiamentos.

Vinculada ao "por quê" e o "para quê", outra discussão relevante no universo da pesquisa científica é a que se refere ao "como", pois as variações não éticas perpassam todas as ciências: escolha do lugar *ideal* (sic) para atirar a bomba atômica no Japão, lixo atômico de plutônio, transgênicos, prolongamento da vida etc. No referente ao "como" da pesquisa científica, surgem questões como: qual é o método a ser utilizado na pesquisa? É válido, do ponto de vista ético, utilizar resultados de pesquisas anteriores, comprometidas pela sua origem? É ético testar remédios em pessoas pobres e desinformadas? Com animais, é válido o teste?

Em pesquisas sociais, o "como" do procedimento positivista supõe um grupo focal e outro de referência. Porém, se a pesquisa é realizada com pessoas, nem sempre é ético "deixar" um grupo como referência. Numa pesquisa acerca da melhora de algumas condições físicas, supondo que o elemento de referência precise fazer uso de placebo, o procedimento pode retirar das pessoas do grupo a possibilidade da efetiva melhora física. Já nas pesquisas em ciências naturais, o procedimento

positivista pressupõe a existência do *isolado*, que corresponde a lidar apenas com as relações entre duas ou mais variáveis, isolando as outras, o que é, praticamente, impossível na natureza. Logo, o procedimento está sujeito a distorções e não se pode garantir a validade dos resultados. Esse assunto foi objeto de análise de Karl Popper. Assim, também a própria estatística pode servir de instrumento de manipulação da pesquisa e dos resultados.

A origem a-ética de pesquisas, cujos resultados são aquisições da humanidade, deve ser considerada ou não? As pesquisas feitas sob o nazismo, nas condições em que ocorreram, podem ser utilizadas nos dias de hoje? Ou seja, elas são consideradas do ponto de vista dos resultados científicos, mas não devem ser utilizadas? O método aplicado foi, certamente, hediondo, contudo as descobertas e as conseqüências delas são aplicáveis. No entanto, os resultados devem ou não devem ser utilizados, dada a motivação original, pelo risco de repetição em situações coincidentemente terríveis? A definição de que decisão tomar em face de situações como esta caracteriza-se como um problema ético para os cientistas e os filósofos.

É consenso generalizado que as guerras aceleram o desenvolvimento científico-tecnológico. Armas e bombas são frutos de pesquisas para a guerra, mas também os medicamentos, as cirurgias, as logísticas, as criações de próteses, sistemas de comunicação e aviões. Porém, eticamente, o bom resultado do progresso científico-tecnológico não justifica a guerra. Em outras palavras, a origem pode comprometer eticamente o resultado da pesquisa e de sua aplicação.

É ético o uso de animais em pesquisas, de modo geral? Em particular, para a produção de cosméticos, é válido? E para a preservação da vida humana, é ético o uso de animais, como porcos e ratos? E o caso, pouquíssimo divulgado, das vacas que tomavam um determinado medicamento para aumento da produção de leite, que as deixava com as tetas inflamadas e as pessoas findavam por

beber leite com pus? O leite em questão era o mais consumido por crianças americanas.

A divulgação dos resultados da pesquisa científica, deve ser do conhecimento de todos os interessados ou não? Como garantir que a divulgação dos resultados seja adequada, no sentido de corresponder às verdades obtidas? Bem ou mal, responder estas questões compõe - de modo conclusivo - o universo ético acerca da pesquisa científica como um todo.

E quanto à autoria da pesquisa científica? O matemático russo Grigori Perelman pesquisou sozinho e elucidou a chamada "conjectura de Poincaré", divulgou o resultado, sinteticamente, pela Internet, e afirmou que era um bem público, sem fins lucrativos. Como prova disso, recusou o milionário prêmio Fields Medal pela obra. Dois cientistas chineses *rechearam* o desenvolvimento da pesquisa de Perelman, completando as partes não divulgadas, colocaram os seus nomes no trabalho e divulgaram. Tal procedimento não é válido para a academia. Éticamente, como considerá-lo? Por ser um bem comum, logo

de todos, não há mais um proprietário do produto científico, mas há e deve haver sempre o reconhecimento do direito da autoria.

•••

Numa tirada prenunciadora do que estava por vir, Nietzsche escreveu: "Nós somos mais livres do que jamais o fomos para lançar o olhar em todas as direções; nós não percebemos limite algum. Temos essa vantagem de sentir em volta de nós um espaço imenso - mas também um vazio imenso..." Se a ciência perdeu o halo divino e neutro, não está, por outro lado, desobrigada de favorecer a construção de uma nova comunidade ética.

A prosseguirem os desleixos éticos de Prometeu desacorrentado para com a natureza, sem o respeito pela sétima geração, os versos de Murilo Mendes, nos **Poemas de Poemas**, tornar-se-ão realidade:

"Ai quem me dera chupar uma carambola de verdade e ouvir um sabiá com certidão de idade!"

Sampa, Primavera de 2006. 

NOTAS

- 1 OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 216.
- 2 VALVERDE, Antonio J. R. "Bioética e aporias da tecnociência". AZEVEDO, Eliane E. de S. e REIS, Nilo H. N. dos. **II Dia da Bioética: desafios éticos**. Feira de Santa: NEF/UEFS, 2005, pp. 16-17.
- 3 BACON, Francis. **Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. 2ª edição. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 14. (Coleção "Os Pensadores").
- 4 ADORNO, T.W. e HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, pp. 19-20.
- 5 BACON, F. Op. cit., p. 20.
- 6 KANT. **Crítica da Razão Prática**. "Parágrafo 7º - Lei fundamental da razão pura prática."
- 7 JONAS, Hans. **II Principio Responsabilità. Un'etica per la civiltà tecnologica**. Torino: Einaudi, 2002, p. 16.
- 8 Idem, p. 34.
- 9 "Editorial". **Folha de São Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, edição de 4 de abril 1994.

DO CARÁTER ÉTICO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Carlos Matheus

Filósofo

A aproximação entre Ética e Ciência: uma exigência dos tempos atuais

Dois grandes valores moveram a humanidade a construir a sua história, durante os muitos séculos dos quais se tem algum relato. Um destes valores é a *justiça*, e o outro, a *verdade*. São dois objetos ideais – ou, simplesmente, idéias – que brotaram diante das mentes humanas em tempos já imemoriais. Diante do caráter misterioso do mundo e das diferenças naturais entre os mais fortes e os mais fracos, os seres humanos passaram a investigar a natureza, em busca da verdade do universo, e a elaborar leis, em busca de um critério de justiça para suas relações entre si. Sob a idéia de justiça e da verdade, há algo comum: a busca do ser humano para se descobrir a si mesmo.

A verdade da ciência e a ética da justiça têm, portanto, uma origem comum: fazem parte de uma tarefa milenar que o ser humano assumiu para se conhecer a si mesmo como *sujeito*, isto é, como autor de seu próprio saber e de suas próprias normas. Se explicar o mundo passou a ser um modo de apropriação dos segredos da natureza, essa tarefa só adquiriu sentido na medida em que serviu de referência ao convívio humano, para o qual a justiça se tornou uma condição

necessária. Seria possível mesmo dizer que a produção da verdade visava a alcançar uma indicação a respeito do modo de viver com justiça. Nesta convergência originária, reside o motivo pelo qual é impossível separar a ética da ciência, como também para entender o significado ético da ciência e o processo cognitivo pelo qual a ética se introduz na vida e na história humanas.

Ora aproximando-se, ora afastando-se, ética e ciência vivem, no mundo atual, uma fase de profunda exigência de reaproximação. Tempos houve em que estiveram separadas. Foram épocas em que os cientistas invocavam para si a liberdade de pesquisar sem estarem atados a normas ou limitados por qualquer tipo de censura que cerceasse sua liberdade para ampliar os horizontes do conhecimento. Passaram a repelir qualquer critério normativo externo à sua conduta, atribuindo caráter “a-ético” ao trabalho científico.

Nos tempos atuais, esta independência da ciência passou a ser questionada. Mais recentemente, os próprios cientistas passaram a reduzir essa distância. Não bastou notar que há um fundamento ético na busca do conhecimento e na necessidade de aproximação da verdade. Surgiu também a noção de que não

se pode ser verdadeiro e injusto, do mesmo modo que não se pode ser falso, mas justo.

Entre os motivos pelos quais a ética se tornou tão exigida nos tempos atuais, incluíse a crescente necessidade de orientar a conduta do pesquisador, no rastro das polêmicas geradas pelas ciências biológicas, econômicas e políticas. No mundo atual, já se tem por indiscutível que ética e conhecimento são inseparáveis, porque o conhecer supõe escolhas, do mesmo modo que o querer supõe a decisão de conhecer.

Os propósitos do Conselho Nacional de Saúde

Um exemplo da necessidade de aproximação entre a ética e a ciência está na Resolução 196 de 10 de outubro de 1996, na qual o Conselho Nacional de Saúde (CNS) definiu uma série de "diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos". Seu objetivo foi dar suporte legal a uma legislação anterior, que introduziu a obrigatoriedade da adoção de diversos procedimentos destinados a atender "às exigências éticas e científicas" inerentes às pesquisas que envolvem seres humanos.

O documento afirma haver a necessidade de aproximação entre a ciência e a ética nos casos em que o pesquisador toma "seres humanos" como os "sujeitos da pesquisa". Em outras palavras, afirma que a ciência precisa ser ética quando seu objeto é um "sujeito". Há, nesses propósitos, um estranho paradoxo, e também uma evidente contradição metodológica. Como paradoxo, faz supor a existência de pesquisas que não envolvam seres humanos, suprimindo o fato de que somente seres humanos fazem pesquisa. Como os animais não fazem pesquisa, é necessário admitir que *toda* pesquisa envolve seres humanos, seja como pesquisadores, seja como pesquisados. Afinal, como notou Aristóteles, o desejo de conhecer é algo próprio de todos os seres humanos.

O pressuposto de que pode haver pesquisa que não envolva seres humanos está na contradição contida na referida Resolução

do Conselho Nacional de Saúde: toma-se por "sujeito" quem, na realidade, constitui o objeto da pesquisa. Com isso, omite-se a presença inevitável do verdadeiro sujeito – aquele que investiga e que se põe a caminho na busca da produção do conhecimento.

A contradição presente nessa louvável tentativa de aproximar a ética da ciência decorre do pressuposto de que é possível vincular dois métodos tradicionalmente antagônicos pelos quais o conhecimento humano vem sendo construído. Por um lado, pretende trabalhar em conformidade com "exigências éticas" relacionadas a "referenciais básicos da bioética"¹; por outro lado, pretende tratar a pesquisa segundo "princípios científicos" que permitam produzir um "conhecimento generalizável". Recolhe da ética uma referência "à integridade e à dignidade" do pesquisado, descritas no documento como sendo: "autonomia, não maleficência, beneficência e justiça"².

Para entender tais conflitos metodológicos, é necessário levar em conta o fato de ter sido o referido protocolo normativo oriundo da área médica, visando a sua aplicação preponderante nessa área.

A medicina como ciência prática

Não é por acaso que a aproximação entre a ciência e a ética vem se impondo de modo mais intenso no campo das ciências humanas e, em particular, na medicina. Esta chamaria-se uma "ciência prática" por excelência, sendo também a mais "humana" e, talvez, também a mais "filosófica" de todas as ciências.

Tal como ocorre com certas ciências práticas, a medicina é o campo no qual o ser humano busca se conhecer a si mesmo, seja para proteger e prolongar a vida, seja também para desvendar os mistérios inerentes à natureza física do espírito humano. O médico é alguém que se situa diariamente na linha divisória em que a ciência e a ética se tocam: o conhecimento que busca decorre da necessidade de aplicá-lo. Tudo que faz resulta de sua experiência e faz de seu co-

nhecimento uma permanente referência para *poder fazer* o que *deve fazer*.

Tal como acontece na política, na economia, na biologia e na psicologia, as rápidas transformações tecnológicas na medicina passaram a exigir a aproximação com as raízes éticas da vida humana. Como nessas outras ciências, o médico sempre se coloca o desafio de praticar seu conhecimento por meio de uma ação ética. Como todos aqueles cientistas, o médico está sempre no limiar, sem jamais penetrarultrapassá-lo, daquilo que os filósofos tanto procuraram alcançar ao longo dos séculos: o *conhecimento de si mesmo*.

Mais do que todas aquelas outras ciências, a medicina tem, na sua origem, um propósito evidentemente ético: visa a preservar ou prolongar a vida. Ou, pelo menos reduzir a dor – essa constante companheira da condição humana. Já na antigüidade, a medicina estava aliada à ética, por meio do chamado “juramento de Hipócrates”. O médico é um profissional que tem, na sua origem, o sentimento de *compaixão*, porque compartilha do sofrimento alheio e se dispõe a oferecer seus conhecimentos para reduzi-lo, mesmo sabendo que a vida tem seus limites e que certas enfermidades são incuráveis.

O médico é alguém que aplica não apenas os conhecimentos empíricos obtidos pela ciência em geral, como também os conhecimentos que adquire no exercício de sua profissão. Cada aperfeiçoamento científico passa a ser adotado pelas mãos humanas, renovando um saber que vem se acumulando ao longo dos séculos. São conhecimentos que surgiram de longas pesquisas, e serviram para alterar práticas e adotar procedimentos tendo sempre por meta a redução da dor e o aumento da duração da vida.

Entre todas as ciências, portanto, a medicina é aquela em que é mais visível o caráter ético de sua finalidade prática. Desde as tribos mais primitivas até os mais modernos centros cirúrgicos, sempre se encontra alguém com o propósito de curar, de reanimar,

de reavivar ou de restabelecer o fluxo vital. O médico é um arquivo vivo de conhecimentos científicos, e também um permanente pesquisador. Sabe, muito mais do que qualquer outro, dos motivos pelos quais cada ser humano está vivo, e sabe também como são limitados esses conhecimentos, diante de cada enfermo que encontra.

Se todo conhecimento humano tem na pesquisa empírica seu ponto de partida, e se toda pesquisa científica tem por motivação originária a infinita curiosidade humana sobre o universo, as pesquisas em ciências humanas e, em particular, as pesquisas em medicina têm um alcance muito mais amplo e mais profundo: não provêm de uma curiosidade gratuita, nem de um simples interesse científico. As pesquisas em ciências humanas têm por meta o dever de melhorar a vida humana, enquanto as pesquisas no campo da medicina têm por meta o dever de dar mais tempo de vida a todos os seres humanos.

Método em ciência e método em ética

Dois métodos e dois princípios tradicionalmente opostos estão, portanto, presentes no documento do CNS: o “conhecimento generalizável”, que é oferecido pela indução, e também as “exigências éticas”, que não procedem da indução e só podem ser deduzidas pela razão. Em outras palavras, o que se pretende é aproximar princípios da ciência *indutiva* com princípios da ética *dedutiva*, ou somar *experimentação* com *racionalidade*. O documento do CNS reproduz, dessa maneira, as polêmicas geradas pelas ciências biológicas, econômicas e políticas no mundo atual, nas quais estão igualmente presentes os motivos que determinaram a separação entre a moral e a ética. No entanto, mostraram também a impossibilidade de separação entre a ciência e a ética, ou seja, entre o conhecimento e sua aplicação prática.

A atividade científica no mundo atual tende a atribuir ao pesquisador uma crescente autonomia. Na medida em que a ciência progride, a partir de juízos sintéticos *a priori*, como diz Kant, a observação da realidade se

torna o ponto de partida para a evolução dos conhecimentos humanos. O pesquisador é exatamente aquele que liga dados dispersos por alguma relação de causalidade, a partir da qual novos conhecimentos são alcançados. Dada a importância atribuída à observação e também à necessidade de atribuir objetividade aos conhecimentos, os pesquisadores passaram a se preocupar com o controle da influência de sua subjetividade no processo investigativo. Em nome dessa objetividade visada, os pesquisadores pensaram ser possível suprimir totalmente o papel da sua subjetividade, procurando suprimir ao máximo sua participação ao pesquisar.

Ocorre, porém, que a objetividade depende totalmente da subjetividade: não apenas da subjetividade do pesquisador, mas também da subjetividade de todos os seres humanos. Recorrendo ainda a Kant, é importante lembrar que a verdade pode ser definida como um conhecimento *subjetivamente e objetivamente suficiente*³. Isto significa que a objetividade consiste em que só é verdade o que assim puder ser reconhecido por todo e qualquer ser racional. Em outras palavras, para que um conhecimento seja verdadeiro, é preciso que seja admitido por *toda* e qualquer subjetividade.

Ao longo dos últimos séculos, estes dois métodos colocaram em campos opostos a ciência e a filosofia. Com isso, a filosofia dividiu-se entre uma tendência empirista e utilitarista para aproximar-se da ciência e uma tendência racionalista para enfatizar a importância do sujeito, como ser racional e capaz de definir por si os critérios éticos de seus atos. Se certos ramos da filosofia admitiram abrir mão da racionalidade para se aproximar da ciência, certos ramos da ciência vêm adotando métodos não empíricos para se aproximar da ética.

Do ser ao dever ser, ou do empirismo científico ao racionalismo ético

A medicina é, portanto, o melhor exemplo da interdependência entre a ciência

e a ética. Tem sua raiz neste subsolo comum que liga o conhecimento à ação.

A ética é a reflexão que todo ser racional *deve fazer* a respeito de como *deve* agir, não apenas com relação a si mesmo, mas também em relação aos outros. Se a ciência é uma reflexão que todo ser racional *necessita* fazer a respeito do mundo, para preservar sua existência, todo conhecimento em medicina visa a uma determinada ação. O conhecimento é *necessário* para orientar a ação porque se refere ao *modo de ser* da vida e das coisas. Como mostra Kant, todo conhecimento começa por um *ato*, isto é, por uma decisão de agir e por uma escolha pela qual o sujeito se afirma perante a realidade que o cerca.

Seria também possível dizer que a ética é a reflexão relacionada ao conhecimento de como *deve ser* a ação, do mesmo modo que a ciência é um conhecimento relacionado ao que se *deve fazer* para si e para os outros. Isto é particularmente verdade nas ciências humanas, nas quais não se pode pensar em conhecimento sem sua relação social: conhecer é tanto conhecer-se como conhecer o mundo que é comum ao eu e aos outros. A ética da ciência está em afirmar que é justo buscar a verdade que se desconhece.

A experiência histórica mostrou que é impossível separar a ciência da ética, tanto quanto que é impossível fundar em bases empíricas o julgamento de questões éticas. Não é mais possível, no mundo contemporâneo, dizer que a pesquisa científica esteja isenta de comprometimentos éticos, e nem fundar juízos éticos apenas sobre resultados empíricos. Uma ética empírica tenderia a justificar qualquer tipo de experimento em nome do avanço do conhecimento humano. Seria o mesmo que justificar os meios pelos fins, ou dizer que a ciência, em nome da verdade, pode ser injusta.

A distinção feita pela Resolução 196 do CNS entre pesquisas que envolvem seres humanos e pesquisas que não envolvem seres humanos denuncia um traço empirista no raciocínio do legislador, comprometendo se-

riamente a aplicação das normas que orientam os chamados “comitês de ética”. Este traço empirista – plenamente justificável nas ciências experimentais – está na conversão do sujeito em objeto. Define o “sujeito da pesquisa como sendo o participante pesquisado, individual ou coletivamente”⁴.

Atribuindo ao objeto da pesquisa a designação de “sujeito”, o legislador quis lembrar que todo ser humano é também sujeito mas omite o outro “sujeito”: o autor da pesquisa. Mesmo oculta, a presença do pesquisador, como sujeito, está admitida implicitamente, sob as normas éticas às quais se pretende submetê-lo. Ao estabelecer normas éticas para quem faz pesquisa com “seres humanos”, o legislador admite o vínculo ético entre o pesquisador e o pesquisado. Mais do que isso, cria um vínculo entre o pesquisador, o pesquisado e os membros dos comitês de ética: a racionalidade. Evita, porém, ingressar nas intenções do projeto, o que possibilitaria julgar efetivamente seu caráter ético.

Se a aplicação dos métodos empíricos amplia o campo do conhecimento, somente por meio de critérios racionais é possível julgar seu caráter ético, na medida em que algo de racional esteja inserido na relação entre o sujeito que investiga e o sujeito investigado. Do mesmo modo, quando se diz que há necessidade de aplicação de critérios éticos na relação entre os dois sujeitos, sem suprimir os aspectos empíricos da pesquisa, afirma-se que não podem ser ultrapassados os limites éticos da racionalidade humana, ampliando-a ao instituir este tribunal – o comitê de ética –, ao qual é dado o papel de julgar cada projeto de pesquisa, antes de vir a ser executado.

Ciência empírica e ética não empírica: o conflito inerente aos Comitês de Ética

Apesar de seu caráter inegavelmente meritório, o novo estatuto legal criado pelo Conselho Nacional de Medicina ingressa em um terreno extremamente conflitivo, por envolver históricas divergências entre os pressupostos metodológicos que servem de base

tanto para o desenvolvimento do conhecimento humano quanto para a reflexão filosófica sobre o amadurecimento ético da vida humana. Instaure-se entre o antagonismo que separa os métodos empíricos nos quais os cientistas confiam e os métodos racionais requeridos por uma ética nos termos em que os filósofos se apoiam.

Não há dúvida de que a ciência continua progredindo, por meio da aplicação de métodos empíricos. É pela observação e pela experimentação que novos resultados surgem, produzindo inegáveis avanços. Se, contudo, os métodos empíricos foram suficientes para produzir novos conhecimentos sobre a natureza das coisas, não se mostraram suficientes para apontar os caminhos do amadurecimento ético da humanidade.

A adoção de métodos empíricos na construção de teorias éticas levou à identificação da ética com a moral – na medida em que se tomou a moral como o resultado de experiências práticas na evolução dos costumes sociais. Tomada como o resultado de práticas costumeiras, a moral levou o mundo contemporâneo a se defrontar com insolúveis conflitos que determinaram, finalmente, a necessidade de retornar à antiga distinção entre ética e moral. Essa separação foi devida ao fato de que a moral, com seu fundamento empírico, se mostrou incapaz de solucionar os conflitos gerados pela aplicação prática dos conhecimentos científicos, neste mundo de rápidas e profundas transformações tecnológicas.

A moral tem uma base empírica porque decorre dos costumes, que diferem de uma época para outra, de uma geração para outra ou de um povo para outro. As diferenças entre os costumes tornaram a moral um campo de divergências, que impossibilitaram a superação dos conflitos entre a liberdade do pesquisador e as crenças, ou os hábitos sociais frequentemente ligados a condutas conservadoras ou avessas a inovações. A diversidade religiosa do mundo moderno acentuou este conflito, na medida em que a moral tem profundos laços religiosos.

Diante da impossibilidade de adotar a moral como referência para dirimir conflitos entre os conhecimentos teóricos e suas aplicações práticas, tornou-se necessário buscar a raiz ética da natureza humana reconstituída ao longo da História da Filosofia, por meio de métodos racionais – e não empíricos. Kant, no rastro de Rousseau, de Descartes e de Platão, mostrou a evidência de que uma ética empírica – ligada à moral e aos costumes – leva necessariamente à justificativa do direito do mais forte. Na Medicina, isso se dá pelo predomínio do interesse econômico sobre o princípio ético da igualdade, que é a base do princípio da justiça, nas relações entre os seres humanos. Os debates em torno da chamada “bioética” mostram como as ciências empíricas abriram mão da moral e buscaram a ética como fonte de referências para seus problemas.

Surgiram então duas novas posições filosóficas no campo da ética: a primeira, de fundo racionalista, parte do pressuposto de que o julgamento da ação depende da intenção, e a segunda, de fundo empirista, afirma que só se pode julgar alguém pelos resultados de sua ação, por ser impossível conhecer as intenções que levam o sujeito a praticá-la.

Subjetividade do cientista e ocultação do sujeito que executa a pesquisa

Para preservar o caráter ético da pesquisa que tem por objeto os chamados “sujeitos” – que são seres humanos –, a Resolução 196 recorre ainda a um outro princípio ético: a liberdade da vontade. Assim como o pesquisador *deve ter* a liberdade de escolher o objeto de sua pesquisa, o pesquisado *deve ter* a liberdade de se recusar a se constituir como objeto. É o assim chamado “*consentimento livre e esclarecido*”. Pressupõe-se um confronto entre o interesse científico do pesquisador e o interesse pessoal do pesquisado. Que interesses são esses? No caso do pesquisador, seu interesse reside na produção de algum novo conhecimento científico. No caso do pesquisado, uma eventual colaboração no mesmo sentido. Seriam, contudo, apenas esses os interesses envolvidos?

É nesse ponto que a ocultação do verdadeiro sujeito torna-se uma brecha para novos procedimentos, contrários à ética. O verdadeiro sujeito da pesquisa – o pesquisador – pode ser movido por interesses ocultos, eventualmente relacionados com ganhos econômicos não confessos, o que poderia levá-lo a forçar o consentimento do pesquisado, por meio de ofertas que possam mobilizar seu interesse em colaborar. São já conhecidos os casos em que certos laboratórios financiam pesquisas de interesse medicinal e certos pacientes aceitam participar de testes de novos medicamentos, desconhecendo os riscos para sua saúde, desde que sejam recompensados financeiramente.

Volta-se, assim, ao ponto de partida: quais valores estariam efetivamente envolvidos neste confronto entre o fundamento ético e os objetivos científicos da pesquisa? Facilitando a ocultação do verdadeiro sujeito, torna-se fácil mascarar objetivos anti-éticos nos projetos de pesquisa científica, especialmente aqueles que envolvem seres humanos. Segundo filósofos anti-racionalistas, como os da filosofia analítica, não é possível julgar intenções. Somente resultados. Os valores que movem os interesses do pesquisador podem ser ligados não apenas à ampliação do conhecimento científico, mas principalmente à obtenção de lucros por meio do trabalho de pesquisa. Tudo depende de saber o que é preciso oferecer aos pesquisados para obter sua colaboração. Esses aspectos tornam pouco efetivos os propósitos da Resolução 196. Permite a ocultação de interesses não confessáveis que, freqüentemente, subsidiam os custos das pesquisas, sendo exatamente estes os interesses contra os quais a referida norma foi elaborada. Retornando aos procedimentos recomendados pela ética empirista, possibilita a ocultação dos interesses ocultos na intenção e nos objetivos do pesquisador.

Por fim, cabe lembrar que todo pesquisador visa a produzir valores, seja para possibilitar a observação de qualquer explicação descritiva da realidade, seja para a revelar novas relações de causa e efeito no mundo real. Assim como não se pode dizer que a pesquisa

é boa ou má pelos bons ou maus resultados que apresenta, também não é possível deixar de supor a boa ou a má intenção do pesquisador na investigação a que se propõe. Há uma norma jurídica que recomenda confiar, em princípio, na boa-fé das pessoas, até que haja uma prova em contrário. No entanto, as provas nem sempre existem, e as más intenções sempre podem estar presentes. Más intenções, todo sujeito que as possui tende sempre a ocul-

tá-las. Assim como os ladrões usam disfarces para não serem reconhecidos e os desonestos usam a aparência de honestidade para não serem identificados, é necessário supor que há bons e maus pesquisadores, não apenas pelo modo como adotam métodos científicos para suas pesquisas, como também pela ocultação que fazem de propósitos anti-éticos em pesquisas que mascaram benefícios pessoais com valores socialmente justos. ■

NOTAS

- 1 - Parte III da Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde, datada de 10 de outubro de 1996.
- 2 - Parte I – Preâmbulo da Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde, de 10 de outubro de 1996.
- 3 - **Crítica da Razão Pura**, Terceira Seção do Cânon da Razão Pura.
- 4 - Artigo II.10 da Resolução 196, de 10 de outubro de 1996.

PESQUISA DA ÉTICA E ÉTICA DA PESQUISA: FUNDAMENTOS E PROPOSIÇÕES

Edgard de Assis Carvalho

*Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP
e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais*

Fundamentos da pesquisa da Ética

1. Constante em todas as épocas e lugares, a ética e os atos que a sustentam constituem o alvo máximo de todos os humanos. O que significa ser ético? É possível legislar sobre o que é o que não é ético, se o ethos, a casa comum, vem sendo degradada a cada dia, vilipendiada como nunca o foi pela ampliação das intolerâncias, violências e cinismos?
2. Reconheçamos que estamos enredados num jogo cósmico, um sistema de forças composto por quatro componentes articulados de modo contraditório, complementar e antagônico: religação, separação, integração, desintegração.
3. Constituído por um embate entre o global e o local, o universal e o particular, cabe ao sistema-mundo decidir se religação e integração prevalecerão sobre separação e desintegração. No primeiro caso, pode-se prever a consolidação de uma biopolítica de civilização terrena; no segundo, a expansão descomedida da barbárie.
4. Se, de acordo com o preceito kantiano, não se deve fazer aos outros aquilo
5. que não se quer que seja feito a nós mesmos, a ética envolve sempre um ato de religação consigo mesmo, com os outros, com a comunidade, a história, a humanidade e o cosmo.
6. Como ato humano que é, a ética mergulha na incerteza do mundo. Se os humanos, sapiens-demens, vivem de acertos e erros, sucessos e insucessos, e avanços e retrocessos, julgamentos éticos devem sempre ser colocados entre parênteses. Felicidade, risco, precaução, racionalidade, solidariedade, obediência e revolta devem pesar em qualquer ecologia da ação voltada para a ética.
7. À guisa de exemplo, vejamos o caso da felicidade. Ela não começa com a filosofia, pois a preocupação em ser feliz existiu muito antes que a reflexão filosófica se instalasse sobre a face da Terra. Se o reino dos céus permanece o local imaginário no qual a felicidade pode ser verdadeiramente desfrutada, resta saber o que fazer aqui na Terra para garantir a existência de um paraíso interior em cada um de nós.
8. É claro que as revoluções científicas dos séculos XVII e XVIII possibili-

taram uma reviravolta na totalidade dos modos de ser e instalaram o pleno domínio da razão, do racionalismo e das racionalidades. O afastamento do caminho do viver-bem serviu de base para um mundo poroso em que se repete, mais do que se cria. O mundo da imaginação poética cedeu lugar à realidade da vida prosaica, fábrica da ordem comandada por poderes tecnocientíficos unidimensionais que só escutam a si mesmos.

8. Camuflada por liberdades, igualdades e fraternidades gerais, essa sociedade de controle esprou-se para os reinos da política e da cultura. Pequenas felicidades e, por que não o dizer, pequenas éticas privacionistas passaram a compensar a imensa dependência econômica, social e política que se instalou no mapa-múndi a partir do esclarecimento das Luzes, da escuridão das guerras e das cintilações da pós-modernidade.
9. Qualquer discussão sobre o tema da ética deve envolver três movimentos interdependentes alicerçados na tríade indivíduo-sociedade-espécie: a auto-ética, que exige o auto-exame, a auto-crítica, a responsabilidade e, por vezes, o perdão; a socio-ética, que implica a abertura da comunidade local (cultura da diferença) à sociedade universal (terra-pátria); a antropológica, fundada na identidade humana comum, no homem genérico, na regeneração da vida, nas finitudes e incertezas do espírito, da sociedade, da alma e do corpo.
10. Não há palavras de ordem, apenas caminhos que vislumbram o papel da ética na cultura e, claro, na pesquisa institucional. Refletir sobre eles, repensar o papel que desempenhamos na formação das gerações do futuro responsáveis pelos destinos planetários é tarefa urgente. A ética não se reduz a um conjunto normativo e nem a uma mera ação comunicacional. Constitui

um fundamento ontológico que impede qualquer ser humano de praticar intencionalmente o mal, força-o a exercitar o diálogo intercultural e a fazer o bem.

Proposições da Ética da pesquisa

1. Os primeiros comitês consultivos nacionais de ética dos quais se tem notícia foram criados no início da década de 1980. A princípio restritos à área da biomedicina, espalharam-se rapidamente para outros contextos. Seu objetivo mais amplo é regular as relações entre ciência e sociedade, ciência e poder, e buscar adesão dos cientistas a seus pontos de vista, o que nem sempre é conseguido. A estruturação do discurso ético fornece contribuições que necessitam ser melhor avaliadas internamente pelas Universidades, a saber: Declaração Universal sobre o genoma humano e os direitos humanos (1997); Declaração Internacional sobre os dados genéticos humanos (2003); Rede latino-americana e do Caribe de Bioética da UNESCO (2003); Declaração Universal sobre Bioética e direitos (2005).
2. Como se sabe, as Universidades são o local de consagração da fragmentação dos saberes, da divisão entre a cultura científica e a cultura das humanidades. Da graduação à pós-graduação, em departamentos, centros e institutos, foi criada uma rígida estrutura tecnoburocrática que impede a transversalidade dos conhecimentos, métodos e pesquisas. Pesquisa-se de tudo, desde que a investigação se subsuma às normas da doxa acadêmica e às injunções do Estado.
3. Se a pesquisa da ética aponta a religação como pressuposto básico para suas ações, resta saber como criar e consolidar comitês de ética em espaços de saber e de poder nos quais a diretriz político-acadêmica básica se organiza em torno

de um aparato disciplinar territorializado, sistema fechado que não admite brechas, dissipações e reorganizações cognitivas.

4. Não resta dúvida de que a pesquisa, fundamental ou aplicada, pressupõe a responsabilidade incondicional dos sujeitos. É possível, porém, distinguir uma responsabilidade a priori, cuja natureza é, por essência, sócio-histórica. Ser responsável é assumir as causas e as conseqüências daquilo que se é e daquilo que se faz. Por isso, envolve erros, acertos, desordens, reorganizações. Uma responsabilidade a posteriori prende-se às contingências que envolvem o ato da pesquisa, quando se é chamado a responder por conseqüências prejudiciais intencionais ou inintencionais, fato que necessariamente envolve julgamentos morais e jurídicos.
5. Por onde começar? Pergunta recorrente feita por muitos pensadores, com resposta mais que óbvia: pela educação dos educadores e pela reforma do pensamento. Se esse objetivo parece amplo e utópico demais para alguns, nada impede que redefinições do espaço acadêmico sejam postas em marcha, mesmo nas condições atuais. Deve-se, em primeiro lugar, lutar contra a proliferação da fragmentação no plano do ensino, da pesquisa e da extensão. Em segundo lugar, apostar na possibilidade efetiva de redimensionar a organização acadêmica e impedir a proliferação de cursos, departamentos e programas de pós-graduação que confundem área temática com área de conhecimento.
6. Essas duas iniciativas têm como pressuposto a recriação de condições de autonomia para os saberes e para as pesquisas a eles atinentes. É preciso reiterar que a transversalidade do conhecimento não é uma postura contrária à do especialista que domina seu saber específico. Muito pelo contrário, ela se vale da competência de área, em essência analítica, para ultrapassá-la em direção a um conhecimento sistêmico, aberto, complexo, cuja síntese jamais será efetivada.
7. É esse o ambiente em que os comitês de ética devem, igualmente, ser repensados. Seu caráter deve ser consultivo, jamais impositivo ou legislativo. Sua constituição, essencialmente transdisciplinar e multidimensional. A decisão da competência, a responsabilidade da execução, assim como dos resultados de qualquer pesquisa, é da alçada do sujeito responsável. Cabe a ele pausar sua atividade de pesquisador pelos princípios da precaução, da responsabilidade irrestrita e da liberdade autônoma livre de coações, como considera Spinoza em sua *Ética*. “Diz-se livre [afirma Spinoza] o que existe exclusivamente pela necessidade de sua natureza e por si só é determinado a agir; e dir-se-á necessário, ou mais propriamente, coagido, o que é determinado por outra coisa a existir e a operar de certa e determinada maneira”.
8. Pode-se admitir, por exemplo, que a utilização de animais em experimentos laboratoriais seja um ato insensato ou uma necessidade inadiável. Pode-se, também, supor que a reprodução assistida, a clonagem terapêutica e as terapias com células-tronco constituam agressões inumanas a sujeitos passivos que não participam da planilha das decisões. Por extensão, admitir-se-á que a escuta do relato de um doente terminal, do depoimento de uma mulher espancada, de uma prostituta ameaçada e de um índio discriminado constituem uma invasão de privacidade que precisa ser evitada a qualquer custo, pois o consentimento prévio do “objeto”, ou do sujeito pesquisado, se quisermos, não foi normatizado. Quem decidirá sobre isso? O livre-arbítrio do pesquisador, ou o determinismo de um comitê de ética?

9. Se a pesquisa sempre contém um espaço-tempo de imprevisibilidade e indeterminação, comitês de ética também devem se pautar por esses princípios e deixar de lado normatizações formais excessivas que só esterilizam o ato criativo. Com isso, a divisão entre ética teórica (normativa) e ética aplicada (conhecimento de situações) requer superação imediata. Desde Aristóteles, em sua *Ética a Nicômaco*, sabe-se que “a regra [qualquer regra] não pode nunca fornecer determinação precisa”. Acontece o mesmo com o império da lei, pois ela nunca será capaz de prever todas as situações. A situação e a regra, afirma Aristóteles, são sempre indefinidas. Por isso, “a régua se adapta à forma da pedra e não é rígida, e o decreto se adapta aos fatos de maneira idêntica”.
10. A discussão da ética da pesquisa envolve um amplo questionamento do paradigma dominante, cartesiano, cujas consequências são maiores do que, aparentemente, se supõe. Se os comitês de ética da pesquisa permanecerem tributários dele, não haverá saída: a pesquisa será permitida e financiada para alguns, proibida e não subvencionada para muitos, ou então a ética permanecerá para sem-

pre vinculada às injunções do dia ou da noite, como na história do beduíno fugitivo perseguido pelo irmão do homem que ele, por vingança, havia matado, reproduzida por Edgar Morin em *Ética*, sexto e último volume de *O Método*. Diz a narrativa: “Cansado das agruras do deserto, o beduíno chega à casa da mulher do morto e lhe pede asilo. De acordo com os parâmetros de uma ética consuetudinária, a viúva encontra-se dividida entre a lei da hospitalidade e a lei da vingança. Solução encontrada: pela primeira, ela acolhe o fugitivo durante a noite e sacia sua fome, pela segunda, se junta aos seus parentes e, à luz do dia, persegue e mata o assassino”. Pobre homem, que viu sua vida submetida às determinações dessas duas éticas relativistas. Claro que ele não deveria ter cometido o assassinato por vingança, claro também que não deveria ter sido morto pelos familiares da mulher como uma forma de restauração da honra. Guardadas as devidas proporções entre os beduínos do deserto e os acadêmicos da universidade, a ética da pesquisa deveria deixar de lado as defesas e certezas relativistas e empenhar-se na construção de uma antropoética universalista da condição humana. ■

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES [ESTAGIRA, 384 A.C. – CÁLCEIS, 322]. *ÉTICA A NICÔMACOS*, V. X, 7. TRADUÇÃO: MÁRIO DA GAMA KURI. BRASÍLIA, EDITORA DA UNB, C1985, 4ª ED., 2001.

EDGAR MORIN. *LA MÉTHODE 6. ÉTHIQUE*. PARIS, ÉDITIONS DU SEUIL, 2004.

SPINOZA. *ÉTICA*, PARTE I, DEFINIÇÃO VII [BENEDICTUS DE SPINOZA, COL. PENSADORES. TRADUÇÃO: JOAQUIM DE CARVALHO. SÃO PAULO, ABRIL CULTURAL, 1ª ED., 1973].

PINTAR O SETE

ANOTAÇÕES SOBRE O GOVERNO DA CIÊNCIA, CONDUTAS E ÉTICAS

Edson Passetti

*Professor do Departamento de Política e do Programa de Estudos
Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP*

Governar a vida. A ciência procura governar a vida da população. Governar o povo, as classes sociais, os grupos, as minorias e maiorias, o indivíduo e o coletivo, para aumentar a longevidade, curar, rejuvenescer e higienizar. A ciência governa a vida de cada um para construir, moldar, modular, atomizar, atravessar territórios, conquistar o espaço, navegar, mergulhar, sondar, refazer, simular, ocupar e ultrapassar. A ciência não governa por si. Um governo não é sempre científico. Mas, um governo científico pesquisa, em nome da vida, da melhor vida, correta, normal, segura, limpa, certa e perfeita. Vida como utopia.

Governar a vida. Ao governar a vida da população, não cessam odores, vivissecção, sangue, pedaços de membros, perdas de articulações, cadáveres ilustres ou ordinários, células, sêmenes, suores, vermes, bactérias, vírus, contaminações, inoculações, vacinações, vômitos, pus (ou "mistura de exsudato inflamatório, leucócitos polimorfonucleares vivos e mortos, e bactérias vivas e mortas"), genes, mapa genético, ácidos, feridas... cirurgias com médicos, enfermeiros, instrumentadores, técnicos, assistentes sociais, gerentes

de hospitais, hospitais públicos, privados e seguros-saúde. Dinheiro, influências, poder. Governo sobre as vidas.

Pessoas caminham e caem. Enfartadas, assassinadas, acidentadas, empurradas, distraídas, pelas calçadas, ruas e avenidas, viadutos e túneis, são socorridas ou somente observadas agonizando. Estão limpas e perfumadas, sujas, fedidas; são apenas corpos que atraem os olhos, que desviam olhares, que imantam impulsos, clamam por socorro, silenciam desamparadas. Caem no trabalho, de cansaço, de andaimes, pontes, fios, escadas. Caem de edifícios, pontes e viadutos em vôos estranhos, e quase desenham os traçados dos pássaros. Não caem, mas se atiram ao ar, num derradeiro salto no escuro. Morrem, desistem!

Governar a vida é estar próximo da morte. Irreversível, irremediável, mesmo com a presença da criogenia, que ameaça conservar os corpos dos mais ricos. Mesmo com os psicólogos, psicanalistas e psiquiatras criando situações para preparar cada um em face da síndrome do pânico, do medo de

* Coordenador do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária). É um dos editores da revista semestral *Verve*. Publicou, entre outros, *Éticas dos amigos, invenções libertárias da vida*. São Paulo: Imaginário/Capes, 2003; *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2004.

viver, do pavor de estar vivo, do temor aos assassinos e às novidades. Um corpo morre, as células morrem sempre: há vida na célula-tronco. Eu a quero! Quem não quer? Eu não quero! A morte é inevitável, mais cedo ou mais tarde. É natural. Porém, ao governar a vida, a ciência atua na zona artificial sobre a natureza.

A vida e a morte, antes de e durante o prazer e o sexo. O sexo como reprodução. A ciência fala dele, o esquadrinha meticulosamente nos gestos, toques, odores, sabores, movimentos, batimentos, desnudamentos. Pesquisa sobre isso, aquilo e quase tudo. Porque no sexo não há só sexualidade. Ele escapa do governo da vida. Não é apanhado pelo governo da vida, e desgoverna. O sexo pertence à zona do cuidado de si, dos desvelos de cada um, que se abrem para zonas estranhas, pessoais-intransferíveis. Ele simplesmente acontece. Ele simplesmente é interceptado. Vivo, ele desgoverna o cientista.

A morte ronda os seres vivos. Em nome da vida, um vivório se instala. Junto com ele, explodem especialistas, empresas, governos e organismos internacionais. A ciência para a vida! O governo da ciência para a vida é superior a ideologias, a políticas e a ameaças. Governa em nome da humanidade, do aperfeiçoamento da *nossa* existência. O governo científico da vida pretende a eternidade. Não morre, preserva a vida, dá acesso aos seres vivos. Governa populações. Identifica, separa, aglutina, concentra, prende e mata. O governo científico da vida mata sem sangue, *melhora* a raça, determina etnias, classifica, embaralha, mata.

Governo da ciência biológica, física e química. Governo das ciências humanas. Governar corpos, mentes, pedacinhos de vida, territórios e seus bichos, fotossínteses, clorofilas, secas e vazantes e mexer com as disposições no espaço em nome da vida, do bom governo da vida, da vida lucrativa, da vida verdadeira, mais verdadeira, da demonstração da verdade, dos princípios de verdade, suas lógicas, percalços e silenciosos gestos de morte. Governa-se por dentro das

montanhas, na profundidade e na superfície, no solo e na água, governar as riquezas, os ares, mares, os fogos e as terras. Governo das riquezas aos santuários ecológicos.

Onde há governo, há fumaças artificiais que saem de fornos que cozinham alimentos, e corpos de inimigos e adversários. Não há mais a carne assada em moquém dos antropófagos que libertavam espíritos e tomavam para si a coragem dos guerreiros. Governo da ciência mortifica a carne em nome da raça, do aperfeiçoamento biológico, da grande cultura, civilização, governo; matar com guerras de sangue para celebrar a paz da política. No entanto, não há política sem guerra, sem mortes. Não há governo da vida sem morte deliberada, dizimações, traições e trapaças, prêmios e esquecimentos, silêncios sigilosos.

Governar a vida com ciência, sabedoria, esclarecimentos, descobertas, anúncios e conservações exige o silêncio. Silêncio da reflexão metódica, paciente, refeita muitas vezes; triste silêncio do fracasso, esfuziante silêncio do altruísta. Silêncios de omissões em nome *de*, de recusados, de espoliados, de tolos crentes, de surpreendidos religiosos, silêncio de políticos, de governantes da ciência, de proprietários da verdadeira consciência. Silêncio, por favor! Inscritos na placa no corredor hospitalar, ou simplesmente o imperativo *silêncio!*

Silêncio, falar baixo, em bom tom, sufocando gritos de animais e de gente que, também, é bicho. Silêncio, por fora dos gritos sufocados nas celas, quartos de hospitais, manicômios, casas de pessoas de bem que violentam crianças, espancam meninos e meninas, abusam de seus corpos, devoram seus prazeres, escravizam pelas classes, grupos, minorias e majorias. Silêncio dos silenciados. Não há guerra que sufoque o grito dos vencidos, a não ser quando estes foram dizimados. Mesmo assim, ecoará um berro do último índio perfurado por bala, lâmina, ou somente o devastador pó químico.

Guerras de artifícios eletrônicos, atômicos, labaredas ardentes, aéreas, navais, terrestres. Guerra científica em nome da vida.

Da vida de cá ou de lá. Combate de deuses-homens sob a cobertura da ciência para melhor localizar o inimigo, da melhor visão do soldado ou do satélite, do estrategista ou do ditador, dos corpos de crianças, jovens e adultos e velhos. Civis ou não, alvos militares ou civis; tanta distinção para mortes contínuas. Eles só pretendem acertar o alvo com precisão. Mate em nome da melhor vida, do melhor da vida, da vida. Mate pela guerra, e deixe morrer, em tempos de paz, com lei, voto e governantes.

O pai governa a casa. Os pais, a família. Governam seus filhos. Decidem sobre sua educação, sua escolarização e seus lares. Os pais, o pai e os filhos estão à espera do Estado e de suas assistências e ONGs. Eles se educam para o Estado. Desejam Estado. Amam o Estado. Acreditam que estão na merda porque são merdas. A ciência está presente para ajudá-los a viver nesta coprologia. Pensa por eles e orienta governos que lhe solicitam as respostas certas. Ela as produz em suas organizações, comunidades, centros políticos que governam a ciência cientificamente: os institutos e as universidades ficaram reféns da política.

Governar com ciência as populações, com medicina social. Capturar *essências*, transformar soluções mágicas e feiticiras em remédios receitados e produzidos pela farmacologia. Governar o peso, os desvios, o tamanho, os órgãos, os ossos, os músculos, as fibras, governar o infinitesimal. Cura! Doenças a serem combatidas. Normas gerando anormais e perigosos. Guerra às *drogas*. Policiar comportamentos. Exaltar condutas! Drogas legais e ilícitas: tênue fronteira entre a lucratividade de indústria e das finanças e o *crime*. Drogas culturais derivadas da natureza, drogas artificiais, médicas, enfim, metáforas da destruição.

Criacionismo. Explicação para o universo apartado da ciência. Subordinado à ciência, e por ela relativizado em nome do *correto*. A ciência da exatidão governa condutas? A conduta governa a ciência; há ciência sem uma conduta que não espere colocar

qualquer descoberta no rumo certo? Matemáticas, laboratoriais, perfeitas e esmeradas: Ciência. Idem é o que se espera do governo. Idem, ibidem de cada cientista. *Apud* daqui e de lá. E mais uma vez, op. cit. Correto, politicamente correto, seletivamente esclarecido. Direito. Ciência do direito. Claro! Interjeição anunciada. Literatura. Filosofia, ciência. Ciência-filosofia.

Genoma, gente, olhos, seleção, elites, cotas. O governo da ciência, da comunidade científica, da elite. Governo, pelo alto, da vida. Governo meritocrático, mas político. Governo de elites, que identifica os alvos para administrá-los segundo o princípio do politicamente correto; afirmativo? Rico, pobre, cientista, cotista, todos organizados em elites. Paradoxo: na era da expansão do universo, pretendem governar as populações divididas em elite sem saírem do lugar. Configuração centrípeta dos lugares, das periferias. Controle dos disparates. Era de infinitudes, do controle visual, sonoro, de cada pessoa.

Pessoa não é mais indivíduo. É indivíduo. Muitos, em um. É preciso saber orientar cada um para viver esta *multidão* dentro de si. Exige-se um governo de todas elas. De médicos, psicólogos, teólogos, engenheiros sociais, arquitetos; da química mutante, da física mapeando infinitésimos, biologia *nua*. Mais do que disciplinas, pluri, inter, transdisciplinares. Querem toda totalidade. Controle de condutas. Controle da imensidão que há em nós e que jamais conseguiremos habitar. Escutas, visões, fiscais, polícia, polícia, polícia, e políticas sociais, públicas e científicas. Governo da vida governada.

Fragmento da noção de governo elaborada pelo anarquista Pierre-Joseph Proudhon, no século XIX: "ser governado... significa, sob o pretexto da autoridade pública, e sob o pretexto do interesse geral, ser amestrado, esquadrihado, explorado, mistificado, roubado; ao menor sinal de resistência, ou à primeira palavra de protesto, ser preso, multado, mutilado, vilipendiado, humilhado, golpeado, reduzido ao mínimo sopro de vida, desarmado, deportado, vendido, traído e como se isso não

fosse suficiente, desarmado, ridicularizado, ultrajado, burlado. Isto é o governo, esta é a sua justiça, esta é a sua moral.”

Governo, governo da vida, da utopia, do momento democrático, da comunidade científica, das drogas, dos homens, governo da moral, dos bons costumes, dos bons homens, políticos, profissionais, seres, do Ser. Moral para todos, extraída e praticada para os melhores, para o futuro melhor. O presente como aperfeiçoamento do futuro. A experimentação de hoje para o futuro de todos. Moral do paraíso, de Platão aos nossos dias! A vida melhor, a vida moralizada, da moralidade, vida governada por superiores. Verdade superior como juízo, exercida por homens segundo a impessoalidade irremediavelmente pessoal.

Ética que orienta a conduta pessoal, prolongamento moral, aperfeiçoamento do universal. Ética como determinação do certo, melhor, limpo e isento, para glorificar a vida cheia de oscilações que fundamentam a necessidade do governo. Nada mais isento, tudo se compromete, compra e mete: nem juiz, nem rei, nem lei, nem nada. Nihilismo positivo. Não crer mais no Homem: “a vontade de nada é *melhor* que o nada de vontade”. Contra o ato que faz de cada indivíduo um tecnólogo, um somatório de um tanto controlado, programado e participativo que acaba refazendo o Um, e que dá no nada. Nonada!

Ética *de*, rompimento com o universal. Maneira de viver como crianças livres de moral, de hierarquias, da Idéia superior, da idéia-fixa, dos fantasmas, das recomendações científicas, do efeito de pesquisas doutriná-

rias, de ser um oco, de ser obediente, de amar a docilidade, de abdicar da luta pelo objeto, de ser educada para a vida como guerra – de dizimação, subordinação e humilhação –, de esquecer que a vida é uma batalha por objetos, de força localizada e circunstancial, de relações de reciprocidade, de associações erigidas pela liberdade de sair. Ética de crianças, e não de seus pais e controladores.

Pesquisar. Indagar a respeito de, e não mais inquirir. Esquecer o inquirido. Lidar com políticas da verdade; romper com a Verdade, a Vida, o Homem, a Ciência, e pesquisar. Livre da moral, destruindo a moral, enfrentando as suas forças. Pesquisa vista e vivida na história-política, não mais polida, e exaurir poliptotos. Foi-se o tempo da biopolítica. Entramos na era da ecopolítica: o alvo não é mais o corpo humano, mas o planeta, que navega num universo em expansão, um coágulo, uma célula-tronco, um fragmento, um câncer, não mais uma cura ou somente um vírus que o universo assimila.

✦ Pesquisar a vida com vida, sem governar os *outros*. 7 dias da semana. Uma convenção. Pintar o 7. Não é utopia, somente heterotopia libertária de quem vive o presente. Não há futuro. Isto é real, isto era *punk!* Contra-condutas, sim! Ética *de*, não mais Ética, paraíso dos bajuladores. Na era dos programas, do controle minucioso, da comunicação instantânea, da praticidade, de uma solidão imensa, de paralisias atordoantes... Voltar ao silêncio e às suas sonoridades próprias, ir para a batalha, ao devir-criança, à luta pelo objeto, à pesquisa de si, esta imensidão... ■

AVANÇO CIENTÍFICO, ÉTICA E RELIGIÃO

Fernando Altemeyer Júnior*

Professor Ouvidor Público da PUC-SP

Na verdade, a ciência faz parte da procura do transcendental que é comum a outras tantas atividades culturais: arte, música, literatura¹.

É verdade que a Igreja não pode ser alheia à atividade científica. Ela não teme o progresso científico, mas o estimula, o honra e favorece a melhor utilização do mesmo em benefício da humanidade. Toda conquista da ciência constitui uma maior possibilidade de aproximação entre os dois termos: Deus e o homem².

Por onde começar?

Se o colóquio for centrado no pólo científico, devemos enfrentar questões epistemológicas e metodológicas. Falaremos dos limites da ciência, sua natureza específica e as potencialidades reais desta lógica.

Se estiver centrado na ética, vamos tratar de objetos, de discursos e dos meios utilizados. Essa é outra lógica, em favor de um mesmo sujeito. As duas vertentes prometem uma farta colheita para pensadores desarmados.

No fecundo campo do saber humano, as ciências e a ética religiosa, no vasto universo da Teologia, produzem conhecimentos que pertencem a diferentes ordens ou lógicas. Uma deve reconhecer o estatuto cognitivo da outra. Afinal, este nosso pequeno mundo planetário e pluralista precisa valorizar o humano e a criação, e não apenas uma das partes da equação. É necessário superar a ignorância existente nesses dois campos do saber.

Não há avanço científico que esteja acima de um *ethos* cultural e social, e, *a fortiori*, toda ética deve falar à totalidade da existência humana; portanto, também à ciência e às suas conquistas, particularmente as tecnológicas. A ética estimula os cientistas em sua árdua missão, especialmente em seus momentos de genialidade, e pede aos cientistas que a ajudem a superar categorias morais obsoletas e inumanas.

As ciências constroem seu saber a partir do experimento e a ética, como discurso articulado da moral religiosa, faz seu caminho bebendo no poço da Revelação. Esta distinção de naturezas, de objetos e de méto-

* Licenciado em filosofia, bacharel em Teologia, do Departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP, Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica e doutorando pelo Programa de Ciências Sociais na PUC-SP.

do, suficientemente evidente em nossos dias, não foi sequer compreendida no alvorecer da ciência moderna.

Acreditava-se – erroneamente – que todas as narrativas bíblicas deviam ser tomadas ao pé da letra: criação do mundo em seis dias, Eva tirada da costela de Adão, Josué parando o sol em sua trajetória ao redor da terra, e, enfim, a refutação de evidências ancestrais, ainda que incompreendidas, quanto ao heliocentrismo, que resultaram na condenação infame de Galileu Galilei (1564-1642) e, em termos diabólicos, na consumação do divórcio entre cientistas e teólogos.

O próprio Galileu procurou manter as narrativas dentro de seu apropriado universo lógico, e qualificou o avanço científico como digno de credibilidade, por conta das vezes que o produziam. Não se pode considerar algo como errôneo por um julgamento apriorístico.

Vêmo-lo dizendo em famosa carta:

Tal doutrina (heliocêntrica) não é, portanto, ridícula, visto ser sustentada por grandíssimos homens e, embora o número destes seja pequeno, em comparação com os seguidores da opinião comum, isto é prova, antes, da dificuldade de ser compreendida do que de sua futilidade³.

Trágicos erros de interpretação como esses foram fontes de graves conflitos, como podemos ver, ainda, contra Charles Darwin, e mais recentemente, contra Pierre Teilhard de Chardin. Pouco. Pouco a pouco, vamos resolvendo os impasses.

A autonomia da ciência, conquistada a duras penas na cristandade frente a certo obscurantismo cristão, é hoje perfeitamente reconhecida pela Igreja (“É certo que a investigação científica tem suas próprias leis às quais deve ater-se”⁴), tanto no universo laico e civil, quanto nas universidades católicas.

A Igreja cristã reconhece que a ciência goza de verdadeira autonomia em sua pesqui-

sa e produção de conhecimento, mas que não pode situar-se em uma racionalidade científica neutra, que normalmente quer destruir aquilo que não pode ou não quer compreender. É preciso, como diz Prigogine, construir uma nova aliança, entre os homens, mulheres, seus sonhos, conhecimentos e atividades científicas.

A ética religiosa cristã insiste em que a ciência deve estar a serviço de toda a humanidade e da busca comum da verdade. E que, entre elas, não deve haver oposição, mas sim uma relação mútua e complementar. O divórcio entre ciência e moral é um dos riscos mais graves aos quais está exposta a nossa época. A Congregação para a Doutrina da fé afirma que: “ciência sem consciência, somente conduz à ruína do homem”⁵.

Método científico e suas descobertas incômodas

O emprego contínuo, fiel e paradigmático do método científico desenvolveu, ao menos no Ocidente, um espírito de crítica e de dúvida sistemática. O pesquisador científico somente acredita naquilo que pode verificar pela experiência. O credo do cientista sempre tem três dogmas primordiais: objetividade, estrutura matemática do objeto e verificabilidade.

Tal atitude *d’esprit*, perfeitamente legítima nas ciências exatas, torna, muitas vezes, difícil o ato de fé no campo religioso e a consequente crítica de qualquer ética religiosa, pois são ouvidas como inverossímeis ou fantasiosas.

A matemática se converteu na única chave interpretativa de todo o cosmos, que perde seu caráter numinoso, sagrado e teológico. O silêncio da ética e dos teólogos (dizem!) faria surgir o esplendor da ciência, a qual superaria a síndrome de medo do homem diante da ideologia religiosa. Johann Kepler (1571-1630) já dizia que a compreensão geométrica do mundo é a que mais se aproxima da mente de Deus. Para Kepler, a geometria “existiu antes da criação, é eterna como a mente de Deus, é o próprio Deus”⁶. A parcialidade e o mecanicismo da atual ciência moderna substituíram o modelo organicista e

contemplativo do homem medieval. Ter-se-ia vencido a era das trevas. A dúvida cartesiana, o ceticismo de Hume e certo abuso da ciência estabeleceram uma ojeriza em relação à ética.

O pensamento matematizado corresponde ao físico mensurável, a lógica relacional desloca a ontologia, e a extensão à essência é captada intuitivamente. A inter-relação entre a filosofia cartesiana e a revolução científica é permanente. O mecanicismo, centrado até o século XVII no movimento local, é a base da física com claras conotações desontologizadoras, antifinalistas e antiessencialistas⁷.

Habitado por profissão a “deixar Deus às portas do laboratório”, os cientistas são tentados a eliminá-lo do mundo. Alguns deles, de grande e renomada autoridade na comunidade acadêmica, afirmam, sem poder, entretanto, prová-lo, que tudo se reduz à matéria e que o seu surgimento, quer do acaso ou da necessidade, nunca poderia ser fruto da criação ou de qualquer Criador. Essas afirmações “não-científicas” penetraram em muitos ambientes e tornaram-se um discurso comum, com raízes no nominalismo do século XIV. É como se, no laboratório, não penetrasse a ética e todo avanço científico fosse imediatamente bom, por ser avanço e por ser científico.

A fala ética cristã, nestes tempos de globalização e direitos humanos, não se funda nem navega nas águas do “oceano científico”, mas é salutar dizer que existem outros oceanos onde o humano pode morar, navegar e quiçá, por desejo ou sedução, mergulhar. Um desses inúmeros mares é o das artes; outro, o da Teologia; outro ainda, o da ética. São mares que se tocam, águas que se confrontam. Cores distintas de suas águas, mas moléculas similares de um mesmo planeta. Lembramos Santo Tomás de Aquino: “a nossa fé não termina na formulação verbal, mas na realidade formulada.” É essa realidade humana que exige de nós uma outra aproximação entre ciência e ética, entre ciência e fé.

Será preciso estabelecer com rigor o método, a pertinência e o vocabulário próprios do

diálogo. A ética a partir da Revelação e a ciência a partir de seus fundamentos autocríticos.

Maravilhados pelos brilhantes e frequentes avanços das ciências, e de sua filha bem-amada que é a tecnologia aplicada, muitos cientistas, no final do século XIX e princípios do século XX, acreditaram que as ciências resolveriam todos os enigmas e mistérios humanos. O cientismo e o racionalismo pensaram e propuseram a eliminação do espírito religioso e, *a fortiori*, da ética religiosa como lugar de conhecimento e paradigma de humanidade.

Comte versus Bachelard e Kuhn

As ciências foram marcadas pelo pensamento positivista e as idéias de Augusto Comte (1798-1857). Além do método, ele propôs a lei dos três estados pelos quais os diferentes ramos do conhecimento passariam: o teológico, o metafísico e o positivo ou científico, sendo este terceiro estado o clímax de todo o conhecer. Negar a teologia e a metafísica eram seus pressupostos essenciais. Para muitos, isto ainda permanece, mesmo que de forma velada e inconsciente.

Surgiram, depois, dois críticos dessa posição: Gaston Bachelard (1884-1962) e Karl Popper (1902-1994).

Bachelard problematiza a epistemologia, e a presença da poética, do imaginário e do devaneio para a formação do espírito científico. Ciência é feita de método, mas também de dúvidas e devaneios.

Popper, por sua vez, crê que, quanto mais se puser à prova uma teoria, tanto melhor e frutífera ela será. O científico é aquele que pode ser testado e refutado, e assim todo avanço científico é uma freqüente superação de erros cometidos. Erros constróem a ciência, eis o paradoxo popperiano.

Dois outros críticos devem ser lembrados: Imre Lakatos (1922-1974) e Thomas Kuhn (1922).

Lakatos fala de um necessário “cinto de proteção”, de algumas coisas que podem

e de outras que não podem ser refutadas, por serem postulados pré-aceitos por decisão metodológica.

Kuhn fala da ciência normal e da revolucionária, como dois estágios de comportamento dos cientistas e de sua comunidade epistemológica. A primeira vai até a crise de paradigmas; na segunda, ocorre o avanço da ciência, no momento que podemos chamar de *“turning point”*. Ele nos recorda a força comportamental dos membros da comunidade científica como um condicionante importante de todo empreendimento científico.

Lemos em T. S. Kuhn:

A violação ou distorção de uma linguagem científica que previamente não era problemática é a pedra de toque do câmbio revolucionário⁸.

Durante este processo de construção da ciência moderna, alguns poucos se mantiveram vigilantes e humildes, como Niels Bohr, que afirma ser fundamental ampliar o quadro conceptual, quer dos cientistas, quer de religiosos, pois:

... pontos de partida essencialmente diferentes são adotados pela ciência, que visa ao desenvolvimento de métodos gerais de ordenação da experiência humana comum, e pelas religiões, que se originaram nos esforços de promover uma harmonia de visão e comportamento nas comunidades. É claro que, em qualquer religião, todos os conhecimentos compartilhados pelos membros da comunidade foram incluídos no arcabouço geral, que tem como um de seus conteúdos primordiais os valores e ideais enfatizados no culto e na fé. Por conseguinte, a relação inerente entre conteúdo e forma mal chegou a requerer atenção, até que o progresso posterior da ciência acarretou uma nova lição cosmológica ou epistemológica. O curso da história fornece muitas ilustrações quanto a

esses aspectos. Podemos nos referir, em especial, ao verdadeiro cisma entre ciência e religião que acompanhou o desenvolvimento da concepção mecanicista da natureza, na época do Renascimento europeu.⁹

E termina a conferência:

...reconhecendo que nenhuma experiência é definível sem um arcabouço lógico, e que qualquer aparente desarmonia só pode ser eliminada por uma ampliação do quadro conceptual.¹⁰

Atualmente, os cientistas são bem mais modestos, pois em seus próprios domínios e territórios demarcados se defrontam com interrogações muitas vezes insolúveis. Ouçamos Hawking falando de Deus ou sobre as perguntas essenciais:

A abordagem usual da ciência da construção de um modelo matemático não pode responder a questões como por que deveria haver um universo para o modelo descrever. Por que o universo chega a todas as preocupações do existir? A teoria unificada é tão constringedora que traz à tona sua própria existência? Ou ela precisa de um criador, e, se for assim, teria ele qualquer outro efeito no universo? E quem o teria criado?

Até então, a maior parte dos cientistas tem estado muito ocupada com o desenvolvimento de novas teorias que descrevam o que é o universo para se fazer a pergunta por quê. Por outro lado, as pessoas cuja tarefa é fazer a pergunta porque, os filósofos, não são capazes de se manter atualizadas com as mais avançadas teorias científicas.¹¹

Surpresas científicas

Ampliar horizontes entre ciência e ética é tarefa difícil. Existem cicatrizes nos dois corpos. Há, no entanto, gente buscando novas palavras,

lugares e desafios para fecundar o encontro. Muitos dos cientistas envolvidos em debates interdisciplinares sabem que, por sua natureza própria, as ciências, todas e cada uma delas em particular, não podem propor, nem resolver a questão essencial do sentido da existência e da condição humana. O que não os impede de continuar a pesquisar, a se perguntar e a se extasiar com as surpresas do conhecimento.

Aos olhos dos teólogos cristãos, as ciências e a ética religiosa tocam, cada uma à sua maneira, aspectos da verdade: longe de se opor, elas oferecem juntas, ao ser humano, possibilidades de compreender a criação em sua totalidade, isto é, em seus "comos" e em seus "por quês".

As ciências podem, e muito, beneficiar e purificar a reflexão religiosa e sua práxis moral por meio de seu método rigoroso e de suas conclusões específicas, como se evidenciou nos últimos séculos, quer na antropologia, quer na lingüística, ou ainda nas freqüentes propostas de modelos astrofísicos e cosmológicos. Isso se evidencia, também, na superação dos erros grosseiros, crenças supersticiosas e lugares-comuns existentes em muitas comunidades religiosas. Um exemplo foi a declaração do Papa Leão XII contra o uso da vacina da varíola, que ele qualifica de bestial, feita em 1829:

Quem quer que recorra à vacina deixa de ser filho de Deus ... a varíola é um juízo de Deus ... A vacina é um desafio lançado ao céu.¹²

Por sua parte, a ética religiosa, vivida no universo da Teologia, supera o concordismo e o discordismo inócuos, buscando uma sadia articulação com a ciência. Ultrapassando o *God of the gaps* (deus das lacunas), poderemos chegar, outra vez, a experimentar o *Deus absconditus* (Deus escondido) por meio da teologia apofática.

O deus dos matemáticos não é o Deus cristão. O físico e professor Marcelo Gleiser diz que é preciso ir ao campo das motivações mais profundas para estabelecer esta conversa, pois:

Se queremos encontrar um lugar para a religião na ciência moderna,

devemos examinar as motivações subjetivas de cada cientista, e não o produto final de suas pesquisas. Ao assumir essa posição, estou me aliando a Einstein, que escreveu que 'religião sem ciência é cega, e ciência sem religião é aleijada'.¹³

O mesmo professor de física teórica do Dartmouth College, em Hanover (EUA), pensa que:

Não iremos (e não devemos) encontrar as palavras Deus ou religião num manuscrito científico; contudo, acredito que um componente essencialmente religioso atua ainda hoje como inspiração na pesquisa científica de vários cientistas, do mesmo modo que atuou, talvez de modo mais explícito, na obra de Kepler e Newton. Tudo depende de quão abrangente é a nossa definição de religião.¹⁴

Podemos, com o uso da moral e da ética, quer na física nuclear, quer na biogenética, ou ainda na Internet, colocar questões quanto ao dever e à liceidade de certos procedimentos científicos, experimentais e tecnológicos. Nem tudo que pode tecnicamente, o cientista deve fazer moralmente. Mesmo na era do Genoma, símbolo da panacéia das ciências. O discernimento sobre os valores em jogo, sobre os resultados e meios usados, e a legítima autonomia dos sujeitos e dos povos, ainda hoje tratados como cobaias por laboratórios multinacionais, irrompem como três exigências impostergáveis.

Como exemplo, devemos enunciar aqui a Lei estadual número 10.241, de 17 de março de 1999, de autoria do médico sanitário e deputado estadual (eleito federal) do PT, que dispõe sobre os direitos dos usuários de serviços de saúde no estado de S. Paulo. A lei reconhece a autodeterminação das pessoas frente ao mundo dos médicos e dos hospitais e, de maneira clara, assegura que o usuário seja identificado por seu nome ou sobrenome, extinguindo números ou códigos clínicos. Garante ainda que as receitas venham datilo-

grafadas ou em caligrafia legível, e sem a utilização de códigos ou abreviaturas do esotérico mundo médico-científico (cf. artigo 2).¹⁵

Os participantes da “Conferência Mundial sobre a Ciência para o Século Vinte e Um: Um Novo Compromisso”, reunidos em Budapeste, Hungria, de 26 de junho a 1 de julho de 1999, sob a égide da UNESCO e do Conselho Internacional para a Ciência (ICSU), em seu documento final, buscam respostas semelhantes, em nível mundial:

Grande parte dos benefícios da ciência estão distribuídos de forma desigual, como resultado de assimetrias estruturais entre países, regiões, grupos sociais e sexos. Na mesma medida em que o conhecimento científico tornou-se um fator crucial para a produção de riquezas, a distribuição dessa riqueza tornou-se ainda mais desigual. O que distingue os pobres dos ricos (seja país ou pessoa) não é apenas o fato de possuírem menos recursos, como também o fato de que estão largamente excluídos da criação e dos benefícios do conhecimento científico (número 5).

Ainda de maneira inovadora, tal como exposto no número 87 deste documento:

Os governos devem apoiar a cooperação entre os detentores do conhecimento tradicional e os cientistas, de forma a explorar as relações entre os diferentes sistemas de conhecimento, e de modo a promover vinculações de benefício mútuo.

Questionar patentes, discutir e participar de comitês de ética na pesquisa, comprometer-se com as grandes multidões de excluídos, suscitar práticas solidárias de cientistas cidadãos são algumas das questões que vêm do mundo teológico e que, em geral, são bem recebidas pelos cientistas.

Entre estes, citamos Willian Saad Hossne, diretor da Faculdade de Medicina da UNESP, e Sônia Vieira, professora de bio-

estatística da Unicamp, quando concluem seu livro dizendo que:

Afinal, não tem sentido usar pacientes e desperdiciar recursos para produzir pesquisas inúteis, porque não têm padrão de qualidade, ou pesquisas abusivas, que provocam o repúdio da sociedade.¹⁶

É a presidente eleita do ICSU – Conselho Internacional para a Ciência:

A ciência não tem todas as respostas, mas pode e deve ajudar mais do que tem feito.¹⁷

Concluindo, ou melhor, iniciando...

Será preciso ouvir as ciências com mansidão e respeito, e selar um novo pacto em favor da humanidade para vencer as carcomidas certezas e os mortíferos discursos dos “donos de verdades”. Quanto mais espessa é a ignorância, mais acredita ser possuidora da verdade (Henri de Lubac).

“Ciências exatas e teológicas mais responsáveis e coloquiais iniciarão, nesta nova Ágora, um discurso que seja uma porta transparente do transcendente. A atividade científica, exata ou teológica, terá em conta a norma moral e a totalidade da pessoa humana.

Ética e fé cristãs não serão lesivas à atividade científica, mas este colóquio pode ser momento propedêutico no decifrar o enigma humano e o mistério de Deus.

A ciência, como outrora a filosofia, não será escrava da ética. Como nos lembra Henri de Lubac: “*non ancilla nisi libera.*” Deste diálogo de iguais, podem nascer homens e mulheres livres e responsáveis. Como nos convida o padre e doutor Márcio Fabri dos Anjos: “uma posição simpática para os interlocutores”.¹⁸

E assim poderemos, um dia, chegar à síntese pascaliana:

Pensar faz a grandeza do homem. O homem não é mais que um caniço, o mais frágil da natureza, mas é

um caniço pensante. Dois excessos: excluir a razão e não admitir nada além dela. Se nós submetermos tudo à razão, nossa religião não terá

nada de misterioso ou de sobrenatural. Mas, se nós formos contra os princípios da razão, nossa religião será absurda e ridícula.¹⁹ **B**

BIBLIOGRAFIA

- BRODY DAVID ELIOT, BRODY ARNOLD R. *AS SETE MAIORES DESCOBERTAS CIENTÍFICAS DA HISTÓRIA*, SÃO PAULO, CIA DAS LETRAS, 2000.
- BRUNO, GIORDANO. *ACERCA DO INFINITO, DO UNIVERSO E DOS MUNDOS*, 4ª EDIÇÃO, LISBOA, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1998.
- CROMBIE, A. C. *HISTORIA DE LA CIENCIA: DE SAN AGUSTIN A GALILEO I, SIGLOS V-XIII*, MADRID, ALIANZA EDITORIAL, 1996.
- CROMBIE, A. C. *HISTORIA DE LA CIENCIA: DE SAN AGUSTIN A GALILEO I, SIGLOS V-XIII*, MADRID, ALIANZA EDITORIAL, 1996.
- CROMBIE, A. C. *HISTORIA DE LA CIENCIA: DE SAN AGUSTIN A GALILEO 2, SIGLOS XIII-XVII*, MADRID, ALIANZA EDITORIAL, 1996.
- KOLB ANTON, ESTERBAUER REINHOLD, RUCKENBAUER HANS-WALTER (ORGS.), *CIBERÉTICA, RESPONSABILIDADE EM UM MUNDO INTERLIGADO PELA REDE DIGITAL*, SÃO PAULO, LOYOLA, 2001.
- KUHN, THOMAS S. *QUE SON LAS REVOLUCIONES CIENTÍFICAS? Y OTROS ENSAYOS*, BARCELONA, ED. PAIDÓS/ICE, 1989.
- KUNG, HANS. *DIFERENCIAS ENTRE TEOLOGÍA Y CIENCIA*, IN: *TEOLOGÍA PARA LA POSTMODERNIDAD*, MADRID, ALIANZA EDITORIAL, 1989, p. 130-133.
- LAMBERT, DOMINIQUE. *CIÊNCIAS E TEOLOGIA, FIGURAS DE UM DIÁLOGO*, SÃO PAULO, LOYOLA, 2002.
- MORGENBESSER, SIDNEY (ORG.). *FILOSOFIA DA CIÊNCIA*, 2ª EDIÇÃO, SÃO PAULO, CULTRIX-EDUSP, 1975.
- OLIVEIRA, MANFREDO ARAÚJO DE. *DIÁLOGOS ENTRE RAZÃO E FÉ*, SÃO PAULO, EDIÇÕES PAULINAS, 2000.
- PAIVA, GERALDO JOSÉ DE. *A RELIGIÃO DOS CIENTISTAS, UMA LETURA PSICOLÓGICA*, SÃO PAULO, ED. LOYOLA, 2000.
- PRIGOGINE, ILYA. *CIÊNCIA, RAZÃO E PAIXÃO*, BELÉM, EDUEPA, 2001.
- RESNICK, ROBERT. *INTRODUÇÃO À RELATIVIDADE ESPECIAL*, SÃO PAULO, ED. POLÍGONO/EDUSP, 1971.
- SAGAN, CARL. *RELIGION AND SCIENCE: AN ALLIANCE*, IN: *BILLIONS AND BILLIONS, THOUGHTS ON LIFE AND DEATH AT THE BRINK OF THE MILLENNIUM*, NEW YORK, RANDOM HOUSE, 1997, p. 136-146.

NOTAS

- 1 PRIGOGINE, Ilya. *Ciência, razão e paixão*, Belém, EDUEPA, 2001, p. 100.
- 2 PAULO VI. Papa. Discurso "Il presente incontro", feito durante o XI Congresso Nacional da Sociedade Italiana de Patologia, 30.10.1969, in: *El don de la vida, textos del magisterio de la Iglesia sobre bioética*, Madrid, BAC, 1996.
- 3 GALILEI, Galileu. *Ciência e fé*, São Paulo, Nova Stella Editorial, 1988, p. 85.
- 4 JOÃO PAULO II. Papa. Discurso Com viva soddisfazione, em 27.10.1980.
- 5 Instrução *Datum Vitae*, 22.02.1987, n.º 2, in: *El don de la vida, textos del magisterio de la Iglesia sobre Bioética*, Madrid, BAC, 1996, p. 528.
- 6 ESTRADA, Juan Antonio. *Días en las tradiciones filosóficas, Aporias y problemas de la teología natural*, Madrid, Ed. Trotta, 1994, p. 110.
- 7 Idem, *ibidem*, p. 111.
- 8 KUHN, Thomas. *Qué son las revoluciones científicas? Y otros ensayos*, Barcelona, Ed. Paidós/ICE, 1989, p. 93.
- 9 Cf. A unidade do conhecimento, 1954, in: BOHR, Niels. *Física Atômica e conhecimento humano, ensaios 1932-1957*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1995, p. 103.
- 10 idem, *ibidem*, p. 104.
- 11 HAWKING, Stephen W. *Uma breve história do tempo do big bang aos buracos negros*, 22ª edição, Rio de Janeiro, Rocco, 1991, p. 237.
- 12 FAUS, José Ignacio González. *A autoridade da verdade, momentos obscuros do Magistério eclesial*, S. Paulo, Ed. Loyola, p. 151.
- 13 GLEISER, Marcelo. *A dança do Universo – dos mitos de criação ao Big-Bang*, São Paulo, Editora Shwarcz, 1997, p. 193.
- 14 idem, *ibidem*, p. 194.
- 15 GOUVEIA, Roberto. *Saúde pública, supremo lei, a nova legislação para a conquista da saúde*, São Paulo, Mandacaru, 2000, p. 177-182.
- 16 *Experimentação com seres humanos*, São Paulo, Ed. Moderna, 1991, p. 130.
- 17 Jane Lubchenco, in: *Falha Ciência*, página A-10, 26.09.2002.
- 18 ANJOS, Márcio Fabri dos. *Bioética e Teologia: janelas e interpelações*, In: *Perspectiva Teológica*, ano XXXIII, n. 89, jan/abril 2001, Belo Horizonte, CES, p. 30.
- 19 PASCAL, Blaise. *Les pensées*, 169 e 213.

RISCO E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS INDÍGENAS

Israel Fontes Dutra*

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP
Orientador: Prof. Dr. Rinaldo Sérgio Vieira Arruda*

Este texto tem por objetivo refletir sobre o risco e a importância da pesquisa científica no contexto da Amazônia e das populações indígenas, do ponto de vista de várias lideranças indígenas do Brasil e das discussões realizadas nas assembleias e conferências regionais e nacionais. Autores como Francisco Calvo Garcia-Tornel (2001), Valérie November (2002) e Enrique Leff (2001) ajudarão a entender essa análise.

O risco da Pesquisa Científica no contexto da Amazônia e dos povos indígenas

Como início desta reflexão, serão apresentados dois conceitos de risco, essenciais para compreender a pesquisa no contexto da Amazônia e dos povos indígenas.

Primeiramente, Francisco Calvo Garcia-Tornel (2001) afirma que “um risco não é o mesmo que uma catástrofe. Risco é uma situação que implica perigo e que, ocasionalmente, pode ou não ter resultado catastrófico.”¹ Para ele, estudar e conhecer os processos de perigos significa “evitar, em algum grau, um desenlace dramático, ou ao menos atenuá-lo.”² Ele ainda argumenta que “a análise

*do Risco é, fundamentalmente, a análise da capacidade de previsão, do potencial de mitigação e de recuperação das populações.”*³

Em segundo lugar, o risco pode ser entendido a partir da definição da Valérie November (2002). A autora pondera que o risco, em um primeiro momento, é algo imperceptível na organização do território, mas que permeia toda a organização do território. Por isso, quem vê a Amazônia ou quem lá mora imagina que a sua biodiversidade nunca vai acabar. Valérie compreende que “o risco pode ser definido como algo em potencial, que ainda não se produziu, mas sobre o qual pressentimos que se transformará num acontecimento nefasto para os indivíduos ou uma coletividade em um ou mais espaços dados” (le risque peut être défini comme quelque chose de potentiel, qui ne s’est pas encore produit, mais dont on pressent qu’il se transformera en événement néfaste pour les individus ou pour une collectivité dans un ou des espaces donnés.)⁴

A partir dessas duas definições, é compreensível que apontar o *risco* de apropriação dos saberes indígenas e de exploração descontrolada dos ecossistemas da Amazônia é perti-

* Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação Internacional da Fundação Ford – IFP.

nente. Com a continuidade desses processos, a sobrevivência da futura geração humana, principalmente dos indígenas, fica ameaçada.

Realizar uma pesquisa científica no contexto da Amazônia e dos povos indígenas requer a compreensão da vida de todos os seres vivos que habitam nessa rica biodiversidade.

A Amazônia não é composta somente de organismos vegetais e recursos minerais. Essa é uma região tradicionalmente habitada pelos seres vivos humanos denominados "índios", que possuem instinto, inteligência, consciência, racionalidade e emoção, e que entendem o sentido da liberdade e do poder. São seres humanos conscientes de sua limitada existência no planeta Terra. Sabem que devem lutar pela preservação de sua vida e da natureza, enquanto vivem. Sabem que não são os únicos humanos existentes no globo terrestre. Sabem também que, entre os diversos povos existentes, são um dos últimos que ainda vêem o mundo na sua totalidade (homem-natureza-sobrenatural), e que são guardiões de muitos saberes tradicionais que podem contribuir para o equilíbrio da natureza e para as relações humanas do mundo atual, que perdeu o sentido de ser humano.

Vem aumentando o interesse de pesquisadores de diferentes ramos da ciência pelas nações indígenas, porque descobriram que as suas riquezas culturais podem ser úteis para o domínio do conhecimento das academias e das bioindústrias. Com isso, também é potencializado o risco de apropriação desses conhecimentos, pois tudo o que o mundo ocidental faz é transformar os resultados das pesquisas em mercadoria, para render lucros. Nada se faz pelo bem coletivo. Para os indígenas, os seus conhecimentos são bens coletivos. Talvez por isso, eles sejam um entrave para o avanço da exploração científica na Amazônia. Poucos indígenas, pelo menos até agora (2006), tiveram retorno com os resultados dessas investigações. Não desfrutam da mesma qualidade de vida dos donos das grandes empresas farmacêuticas, bioindústrias, dos banqueiros, dos fazendeiros e de alguns poucos intelectuais. Eles não

querem ser tudo isso. A única coisa que pedem é respeito e consideração para garantir a sua sobrevivência, o que não está fácil.

As academias brasileiras deveriam se questionar com mais rigor sobre quem se beneficia ou vai se beneficiar com os resultados das pesquisas: serão os indígenas, os brancos pobres, os negros pobres, ou somente os poucos capitalistas? A quem interessam os resultados das pesquisas sobre os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e a biodiversidade da Amazônia? Será minha ingenuidade indígena que me leva a fazer essas perguntas? Não. O problema é muito mais complexo. A ética é um compromisso com a vida. Realizar pesquisas na Amazônia significa mexer com seres vivos (humanos, vegetais e animais). A vida do homem é passageira. Nenhum humano viverá eternamente no planeta Terra. Enquanto vivos, todos os homens deveriam respeitar a liberdade e reconhecer o valor do outro. Mas não, alguns esquecem que eles também são mortais. Fazem dos mais vulneráveis seus objetos de lucro.

O que dizem os povos indígenas sobre pesquisas acadêmicas e sua importância?

Iniciarei esse item com a alteração de Enrique Leff (2001), que chama a atenção sobre a reclamação atual dos povos indígenas e camponeses com relação à apropriação externa de seus recursos naturais e culturais – que ele chama de recursos ecológicos –, a qual define o campo do conflito ambiental:

Nos dias de hoje, as organizações indígenas e camponesas reclamam a apropriação de seu patrimônio histórico e de recursos ecológicos e culturais para conservá-los e transformá-los através de valores culturais e princípios de auto-gestão, isto é, em processos que rompem as regras do jogo da ordem econômico-ecológico estabelecida, e suas formas de percepção [...] Neste campo emergente da ecologia política [...] define[-se] mais claramente o campo do conflito ambiental [...].⁵

Para Leff, estão surgindo movimentos sociais que integram a resistência cultural como defesa de um estilo de vida, e a defesa do meio ambiente como um processo de reapropriação de seu entorno e seu patrimônio de recursos naturais⁶. Os indígenas do Brasil sempre tiveram estruturas sociais diferentes dos ditos ocidentais, com os quais não comungaram nos interesses da colonização, no século XVI, tampouco na cobiça do capitalismo, no século XXI.

Desde o século XVI, os indígenas, verdadeiros senhores das terras deste continente, foram condenados ao desaparecimento, e seus direitos naturais nunca foram respeitados. Assim como os ocidentais e os orientais, esses povos também têm suas tradições culturais, suas estruturas fundiárias e seus conhecimentos alicerçados no sentido da coletividade. Porém, o mundo ocidental – que se autodenomina civilizado –, denominou-os de índios, selvagens; do alto de sua arrogância e estupidez, os ocidentais continuam afirmando que “índio bom é índio morto”, e que há “muita terra para poucos índios”. Na prática, os que dizem isso são sempre os mesmos: políticos, latifundiários, pecuaristas, fazendeiros, banqueiros e alguns intelectuais das academias, que ainda ajudam a fortalecer essas teses. No Brasil, ainda devem ser feitas pesquisas antropológicas sobre os atuais territórios habitados pelos indígenas (para fins de demarcação de terras indígenas), para saber se realmente essas terras pertenciam a eles ou não.

Nesse sentido, enquanto o governo brasileiro não toma decisões mais firmes, as comunidades indígenas são expulsas de suas terras, suas lideranças são mortas e seus territórios tradicionais são apossados pelas empresas, que justificam sua posse e exploração com os discursos positivistas, de desenvolvimento e crescimento econômico do país. O desenvolvimento econômico tornou-se o motor que mantém em equilíbrio a teia de relações intercontinentais do planeta Terra. Quando as principais peças do motor falham, o mundo entra em colapso. Para tentar mantê-lo em equilíbrio, buscam na na-

tureza e nos seres humanos mais vulneráveis uma fonte de energia. Nessa teia, a vida dos homens é o que menos importa.

No campo da pesquisa acadêmica, os resultados das investigações sempre atenderam os interesses do paradigma do capitalismo. Nesse processo, os indígenas são meramente objetos de investigações. Ser indígena no Brasil é muito difícil. A vida dos indígenas torna-se cada vez mais vulnerável na mira das grandes empresas nacionais e multinacionais, pois o estado brasileiro sempre esteve orientado pela lógica do capitalismo, da propriedade privada e intelectual, enquanto, na concepção indígena, a terra, o território e o uso dos conhecimentos da biodiversidade são propriedades de todos.

A partir do momento em que o mundo ocidental inventou a moeda, só enxerga na natureza e nos homens o dinheiro. Perdeu o senso e a percepção de ser humano. Os recursos vegetais, minerais, animais e até os humanos tornaram-se fontes de grandes lucros. Tudo virou dinheiro.

Algumas indagações podem ser relevantes para esta reflexão: Por que, em sua maioria, os pesquisadores só investigam os pobres, os índios, os negros e os caboclos? Por que não pesquisam os ricos? Ou as pesquisas científicas só visam a servir ao bem-estar dos senhores capitalistas? Os ricos também deveriam ser cobaias das experiências laboratoriais. Enfim, todos, sem distinção de classes, povos ou nações, deveriam ser objetos de pesquisas científicas. Por que será que o sangue dos indígenas é tão importante para as empresas farmacêuticas, bioquímicas? Adianta descobrir remédios ou produzir cosméticos de origem vegetal da Amazônia brasileira para ser patenteado pelos laboratórios dos países ricos ou para ser vendido com preços elevados, que só quem tem dinheiro pode comprar? O que valem milhares de dissertações e teses sobre os povos indígenas, se eles estão morrendo de fome, sendo despejados de suas terras tradicionais e suas condições de vida pioram a cada dia que passa?

Aos poucos, os indígenas começam a perceber que eles e seus conhecimentos tradicionais sempre estiveram na mira dos pesquisadores, sem que soubessem; e que muitas dessas pesquisas nunca trouxeram benefícios para suas comunidades. Talvez seja uma mera utopia clamar que os conhecimentos indígenas não podem ser transformados em mercadorias, nesse mundo que está viciado em valorizar somente a propriedade privada, o dinheiro. Porém, é assim que a maior parte dos povos indígenas pensam e vivem.

No Brasil, o clamor indígena sempre foi ouvido pelos ventos, pelas florestas, pelos rios, pelos seres sobrenaturais, pelas montanhas e pelos pássaros; porém, nunca foi ouvido pelos homens que detêm, por meio do dinheiro, o "poder" de ditar as regras de sobrevivência sobre as populações mais vulneráveis. Os indígenas cansaram de ser só objetos de pesquisas das academias. Querem se envolver diretamente nos resultados das pesquisas e saber o destino de seus saberes após as pesquisas científicas que os abordam.

No Relatório Geral 2000, da FOIRN, as lideranças indígenas fazem uma análise importante sobre a política do movimento indígena do Rio Negro em parceria com ONGs e governo. Nesse relatório, é evidenciado que o objetivo da sua luta é garantir a autonomia da população indígena:

...sabemos que temos nossas dificuldades, avanços e conquistas. Na firmeza de construir uma política e organização indígena no meio político de ONGs e do governo, buscando através de sua política original de que a organização indígena não é uma ONG a mais, mas sim tem uma característica própria de administração e gestão, tanto para a sociedade indígena que representa como para mostrar para a sociedade não indígena que a organização é dos índios combinada com tecnologia atualizada que valoriza a cultura milenar dos povos indígenas do Rio Negro, contribuindo assim

para uma política indígena em nível regional, nacional e internacional. Também de promover, administrar e acompanhar projetos pilotos desenvolvidos nas comunidades pelas associações de base que na política do movimento indígena é um caminho para se chegar num objetivo mais esperado, defendendo a autonomia da população indígena.⁷

Além disso, essas lideranças têm uma visão clara e pertinente sobre a importância das pesquisas acadêmicas no contexto do povo indígena, em seu Relatório Institucional da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN⁸, 2001 a 2004):

A organização do 1º Seminário de Pesquisadores no Rio Negro, realizado em novembro de 2000 em S. Gabriel e a 1ª Oficina do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (PRDIS), realizado em agosto de 2003, podem ser vistos como eventos com um poder de convocação inéditos na região e dentro do movimento indígena brasileiro. No primeiro, a FOIRN discutiu com pesquisadores e instituições de pesquisa as bases para um relacionamento equilibrado entre os dois lados envolvidos numa investigação científica de forma a facilitar o trabalho científico de um lado e a valorização dos conhecimentos tradicionais de outro.⁹

As lideranças indígenas do Brasil sabem da importância de proteger os seus conhecimentos sobre a biodiversidade; acreditam que podem contribuir, com muita propriedade, para o equilíbrio das relações humanas do mundo ocidental, para o avanço das pesquisas nas áreas de medicina e farmácia, enfim, na área da biotecnologia. Eles também estão cientes da importância de realizar estudos científicos no seu contexto, mas que é necessário evitar a entrada de pesquisadores em áreas indígenas para

praticar biopirataria, como acontece constantemente na Amazônia.

Todas as academias brasileiras sabem que, nesse país, "laboratórios estrangeiros apropriam-se de matéria-prima da flora nacional e de conhecimentos tradicionais das nações indígenas". Frei Beto (2002) denuncia que:

Nos últimos cinco anos, 97% das 4.000 solicitações de patentes feitas no Brasil vieram de empresas estrangeiras que pesquisam plantas, fungos e microorganismos desenvolvidos graças a conhecimentos indígenas. Embora o Brasil tenha a maior diversidade biológica do planeta, foi responsável por apenas 3% do total de pedidos de patente.

[...] Há séculos, usa-se no Brasil a espíndea santa para tratar problemas de estômago. Caso você não tenha a planta e recorra ao remédio, saiba que estará pagando ao laboratório Nippon Mektron Japan, dono da patente da planta.

A substância captopril, obtida do veneno da jararaca, ajuda a controlar a pressão arterial. A patente pertence ao laboratório americano Squibb. Outro exemplo é o curare, que os índios utilizam na ponta de suas flechas e lanças para imobilizar suas presas. O uso do curare revolucionou as técnicas de anestesia cirúrgica. É usado também como relaxante muscular. A patente pertence aos laboratórios americanos Wellcome, Abbot e Eli Lilly. O curare é retirado do país em flechas supostamente levadas como ornamento.

Esse fato é confirmado pelos próprios padres salesianos, na crônica da Missão Salesiana da Comunidade Indígena de Iauaretê de 1947:

A pedido do laboratório Paulista de Biologia de São Paulo desde o ano passado começamos a remeter o veneno *curare*, preparados pelos

índios macús, próximos da Missão. Várias remessas foram feitas no ano de 1946 e mais neste ano, sendo ao todo 1.300 gramas remetidos e pagas a 8 cruzeiros o grama.¹⁰

Será que essas informações não são pertinentes para as cabeças pensantes das academias brasileiras? Por que as universidades brasileiras não se fazem presentes dentro das Terras Indígenas (TIs)? Até quando vão deixar que os conhecimentos indígenas do Brasil sejam roubados pelos pesquisadores dos países ricos, que entram nas TIs via ONGs, missões religiosas ou via empresas nacionais e multinacionais? Sobre esses fatos, poucos indígenas sabem.

Os brancos que chegam nas comunidades indígenas dizem que vieram ajudá-las. Todos acham que o índio é incapaz de se defender com suas próprias forças; vêem o índio como um ser exótico, que deve continuar em sua aldeia, vivendo conforme suas tradições milenares; e que não pode apropriar-se de valores culturais do mundo ocidental. Assim, promovem encontros e assembléias indígenas para discutir sobre os problemas sociais, políticos e culturais da vida do indígena. Até aí, tudo bem. Aos poucos, começam a perguntar sobre sua origem, seus mitos, suas histórias, sobre as pajelanças e benzimentos, sobre as danças tradicionais e as plantas medicinais, e vão escrevendo e anotando tudo. No final, propõem elaborar grandes projetos para melhoria das comunidades nativas. Entretanto, diversos pesquisadores nunca dizem que ali estão para realizar pesquisa de campo para o seu trabalho acadêmico. Os indígenas nunca sabem que desses eventos sairão monografias, dissertações e teses, que depois acabam virando livros para serem comercializados. Então, os autores que veiculam saberes tradicionais já não são os indígenas.

Em pleno ano de 2006, a FUNAI, em nome do governo brasileiro, acha que ainda pode dizer quem é índio e quem não é. Se depender da vontade dos que presidem essa instituição, somente serão índios os que vivem dentro das áreas indígenas demarcadas.

A FUNAI nunca disse às populações indígenas brasileiras que pesquisas científicas eram realizadas sobre elas. Foi necessário que os próprios indígenas entrassem nas academias para descobrirem que muitos estudos já foram realizados sobre eles.

As lideranças indígenas do Brasil presentes na I Conferência Nacional dos Povos Indígenas (2006)¹¹ demonstram a posição de que as nações indígenas não querem esconder seus conhecimentos tradicionais para os pesquisadores de qualquer universidade brasileira. A única coisa que eles exigem é participação, transparência, compromisso e uma ação integrada para combater a biopirataria e proteger seus conhecimentos:

76. Elaborar e implementar um plano de ação integrado para combater a biopirataria em terra indígena com acompanhamento da Funai, Ibama, Polícia Federal, Institutos de Pesquisa ou Universidades Públicas, Ministério Público Federal, profissionais de confiança indicados pela comunidade indígena e com a participação de indígenas.

119. Que seja criado pelas organizações e associações indígenas, juntamente com a Funai, um banco de dados dos conhecimentos indígenas da biodiversidade, respeitando os costumes e tradições de cada comunidade.

120. Criação de políticas e mecanismos eficientes de proteção da biodiversidade das terras indígenas, considerando a propriedade intelectual do conhecimento tradicional associado à biodiversidade.

121. Criar programas para diagnosticar o potencial da biodiversidade das terras indígenas, riquezas minerais, águas, criação de animais silvestres, aquáticos e assegurá-las como patrimônio indígena.¹²

Isso significa que os indígenas estão dispostos a colaborar com o bem-estar da coletividade humana. Os pesquisadores não podem ter medo de dizer que eles são pesquisadores ou que eles estão nas áreas indígenas para realizar sua pesquisa de campo. Os indígenas vão compreender se as coisas forem explicitadas. Será que os brancos ainda acham que os índios são selvagens e canibais? Eles não dizem a verdade. A ciência não busca o conhecimento das verdades? Então, sejam claros e objetivos com os indígenas. Diversos representantes indígenas ficam revoltados com alguns pesquisadores, porque nunca sabem se realmente eles chegam em suas áreas somente para ajudá-los ou para efetuar pesquisas de campo.

Dessa forma, Enrique Leff (2001) é atinente quando diz que o princípio da equidade na diversidade é indissociável dos objetivos do desenvolvimento sustentável para a apropriação e reapropriação da natureza:

A reapropriação da natureza requer um princípio de *equidade na diversidade* (Grünberg, 1995); isto implica a autonomia cultural de cada comunidade, a autodeterminação de suas necessidades e a autogestão do potencial ecológico de cada região em formas alternativas de desenvolvimento. Estes processos definem as condições de produção e as formas de vida de diversos grupos da população com relação ao manejo sustentável de seu ambiente. Os direitos de propriedade se definem como resultado das estratégias de poder e da eficácia dos movimentos sociais pela apropriação da natureza, em práticas alternativas de uso dos recursos que dependem de condições culturais e sociais diferenciadas.¹³

O caminho mais prudente para realizar pesquisas científicas e proteger os recursos naturais e os conhecimentos tradicionais do risco de biopirataria, no contexto da Amazônia e no contexto das populações indígenas, consiste em:

- elaborar projetos que visem à qualificação de recursos humanos indígenas em nível de graduação e pós-graduação, em todas as áreas do conhecimento;

- criar parcerias e convênios com as Universidades Públicas ou Privadas do país para o intercâmbio de conhecimentos tradicionais;

- as universidades brasileiras serem mais presentes na Amazônia e nas TIs, para realizar pesquisas científicas junto com os povos indígenas.

- os grupos indígenas serem comunicados pela FUNAI e CONEP, com muita clareza e antecedência, sobre a entrada de pesquisadores nas áreas indígenas, para evitar o que vem acontecendo há séculos, isto é, a entrada de pessoas nas áreas indígenas que saem sem dizer o que realmente vieram fazer.

- as nações indígenas não serem rotuladas pela sociedade brasileira como um entrave para o desenvolvimento econômico do país. Devem ser compreendidos como seres humanos diferentes, que podem contribuir muito para o equilíbrio das relações humanas e para o avanço das

pesquisas científicas, em diversas áreas do conhecimento.

Na II Assembléia Geral dos Povos Indígenas do rio Negro, Álvaro Tukano (1987) dizia:

Foi o missionário que nos ensinou o céu e o inferno. Ninguém podia se rebelar tinha que ser obediente, senão ia para o inferno ser queimado. Nos ensinaram a ficar calados e a fazer filas. Houve tempo até que a própria língua o índio teve que esquecer. A educação era do branco e falar tukano prejudicava o aprendizado. Agora é preciso mudar para que o índio possa competir na sociedade.¹⁴

Concluo com a afirmação de que o estado brasileiro, a sociedade brasileira e as academias precisam entender a importância da existência indígena dentro do território nacional. O Brasil ainda pode proteger com mais eficiência sua biodiversidade, mas não basta querer proteger a biodiversidade excluindo as nações indígenas. A Amazônia também não pode ser vista como um mero mosaico de ecossistemas. Essa região deve ser valorizada a partir de seus habitantes humanos. ■

BIBLIOGRAFIA

- CHRISTO, CARLOS ALBERTO (FREI BETTO). CRÔNICAS PUBLICADAS NO SÍTIO "ADITAL" - 2002.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. DOCUMENTO FINAL - PROPOSTAS APROVADAS. DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA, 12 E 19 DE ABRIL DE 2006.
- CONVENÇÃO 169 - OIT, 7 DE JUNHO DE 1989.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. 9. ED. SÃO PAULO: ATLAS, 1996.
- CRÔNICA DA MISSÃO SALESIANA DE IAUARETÊ, 1947.
- FARIA, IVANI FERREIRA DE. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO. EDITORA DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 2003.
- FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO, FOIRN. RELATÓRIO GERAL 2000. TERRA E CULTURA, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM, JANEIRO DE 2001.
- _____. RELATÓRIO DA VI ASSEMBLÉIA ELETIVA DA FOIRN. SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM, 28 A 30 DE OUTUBRO DE 2004.

- GARCÍA-TORNEL, FRANCISCO CALVO. *SOCIEDADES E TERRITÓRIOS EM RIESGO*. BARCELONA. EDICIONES DEL SERBAL, 2001.
- LEFF, ENRIQUE. *SABER AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE, RACIONALIDADE, COMPLEXIDADE, PODER*. TRADUÇÃO DE LÚCIA MATHILDE ENDLICH ORTH. PETRÓPOLIS: EDITORA VOZES, 2001.
- MARIO, ADOLFO. *DO SILÊNCIO DA FLORESTA, A ESPERANÇA DE LIBERDADE*. A CRÍTICA. AMAZÔNIA OCIDENTAL Nº 1, JULHO/87.
- NOVEMBER, VALÉRIE. *LES TERRITOIRES DU RISQUE*. BERNA: PETER LANG, 2002.
- RICARDO, FANY (ORG). *TERRAS INDÍGENAS & UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: O DESAFIO DAS SOBREPOSIÇÕES*. SÃO PAULO: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2004.
- SOUZA FILHO, CARLOS FREDERICO MARÉS DE. *O RENASCER DOS POVOS INDÍGENAS PARA O DIREITO*. CURITIBA: JURUÁ, 2005.

NOTAS

- 1 GARCÍA-TORNEL, Francisco Calvo. *Sociedades e territórios em riesgo*. Barcelona, Ediciones del Serbal, 2001, p. 11.
- 2 Idem, ibidem.
- 3 Idem, p. 17.
- 4 NOVEMBER, Valérie. *Les territoires du risque*. Berna, Peter Lang, 2002, p. 19.
- 5 LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, Editora Vozes, 2001, p. 69.
- 6 Idem, p. 73.
- 7 Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, FOIRN. *Relatório Geral 2000. Terra e Cultura*. São Gabriel da Cachoeira/AM, janeiro de 2001, p. 12.
- 8 FOIRN é uma instituição indígena fundada em 1987 que se articula com mais de quarenta organizações de base para lutar pela demarcação das terras indígenas na região do rio Negro, estado do Amazonas, bem como para promover ações na área da saúde, educação e auto-sustentação. Tem ainda como objetivos centrais lutar pela autonomia dos povos indígenas, valorizar as culturas, a medicina tradicional, e outras atividades culturais visando à melhoria das condições de vida dos povos indígenas da bacia do rio Negro, com cerca setecentos e cinquenta aldeias, onde habitam mais de trinta mil índios pertencentes a vinte e dois grupos étnicos diferentes, representantes das famílias lingüísticas Tukano, Aruak e Maku, numa área de 108.000 km² no noroeste amazônico brasileiro.
- 9 Relatório Institucional da FOIRN de 2001 a 2004, p. 17.
- 10 Crônica da Missão Salesiana de lauretê, 1947.
- 11 Documento Final Propostas aprovadas - plenárias temáticas 19 de abril de 2006, na Conferência Nacional dos Povos Indígenas, realizada no Distrito Federal - Brasília, entre os dias 12 e 19 de abril de 2006 p. 24.
- 12 Idem, p. 31.
- 13 LEFF, Enrique. op. cit., p. 77.
- 14 MARIO, Adolfo. *Do silêncio da floresta, a esperança de liberdade*. A Crítica. Amazônia Ocidental nº 1, julho de 1987, p. 9.

CONGRESSO MUNDIAL DE BIOÉTICA NA CHINA

ALGUNS COMENTÁRIOS E REFLEXÕES

Leo Pessini*

Teólogo; Doutor em Teologia Moral - Bioética

De 6 a 9 de agosto de 2006, realizou-se em Pequim, na China, o 8º Congresso Mundial de Bioética, que abordou o tema: *Bioética: em busca de uma sociedade justa e saudável*. Em paralelo a este evento, foi realizado o 6º Congresso Internacional de abordagens feministas de bioética (de 4 a 6 de agosto de 2006), que discutiu a questão: *gênero, justiça e direitos das mulheres na área da saúde*. Com aproximadamente quinhentos participantes, majoritariamente provenientes dos países asiáticos, uma programação intensa foi desenvolvida.

Os eventos dos quais esse congresso faz parte são bianuais, e de responsabilidade da *Associação Internacional de Bioética* e das organizações locais; no caso deste ano, participaram a *Sociedade Chinesa de Ética Médica* e a *Associação Médica Chinesa*. Recordemos o percurso histórico destes eventos: 1º) Amsterdam (Holanda); 2º) Buenos Aires (Argentina); 3º) São Francisco (EUA): Bioética num mundo interdependente; 4º) Tóquio (Japão): Bioética Global: norte-sul, leste-oeste; 5º) Londres (Inglaterra): Bioética e políticas públicas; 6º) Brasília (Brasil): Bioética, poder e injustiça; 7º) Sidney (Austrália): Ouvir profundamente: construindo pontes entre éti-

ca local e global; 8º) Pequim (China): Bioética: uma sociedade justa e saudável.

Dos oito congressos até hoje realizados, tivemos o privilégio de participar de sete. Numa ocasião particular, estivemos diretamente envolvidos na organização e no planejamento do VI Congresso Mundial de Bioética, realizado em Brasília, em 2002, que cravou na agenda da bioética mundial as questões bioéticas suscitadas a partir da exclusão e da periferia do mundo. Só não participamos do primeiro, realizado em Amsterdam, Holanda, em 1992.

Em termos de futuro, o próximo Congresso Mundial está programado para 2008. Será na Croácia (parte da ex-Iugoslávia), Europa Oriental, na cidade portuária de Rijeka/Opatia, a 120 km da capital Zagreb. Seu tema central será: *O desafio da bioética trans-cultural no século XXI*.

Antes de comentarmos o Congresso de Pequim, apresentaremos alguns dados que nos permitem um conhecimento maior sobre a China contemporânea, comparada à Índia e ao Brasil.

* Superintendente da União Social Camiliana. Vice-reitor do Centro Universitário São Camilo. Membro da Diretoria da Associação Internacional de Bioética. Editor-chefe.

A China: um continente em si mesma pela grandeza

A China está na ordem do dia na mídia pelo seu sucesso econômico. Atrai, hoje, milhões de turistas de todas as partes do globo. Possui uma cultura milenar, além da grandiosa e espetacular muralha, construção de maior extensão do mundo, com seus 6.700 km circulando na crista de cadeias de montanhas. Seu trecho inicial data do século III a. C., e foi construído pelo imperador Qin Shi Huangdi. Inúmeros e majestosos templos dedicados aos seus deuses se espalham por Pequim, como o Templo do Céu, considerado uma das maravilhas da arquitetura humana, bem como os palácios imperiais na cidade proibida, que vão longe no tempo, até a dinastia dos Imperadores Huan e Ming. É imprescindível registrar a famosa Praça da Paz Celestial, local onde, em 1989, um jovem desafiou uma fila de tanques que reprimia o movimento juvenil em protesto; essa imagem correu o mundo.

O mandarim, a língua oficial da China, é utilizado por 94% da população, mas existem mais oitenta dialetos em uso no país. A China passa por um crescimento econômico fantástico. Os jornais alardeiam que é o maior em dez anos. Segundo relatório do Banco Mundial, foi de 11,3% no segundo trimestre do ano, o maior desde 1996. Isso significa uma expansão de quase 10,9% no primeiro semestre de 2006 em relação ao mesmo período em 2005, quando cresceu 9,9%. Entre 1980 e 2005, sua participação na economia mundial passou de 3,45% para 15,41%. Ela já é a terceira potência comercial do globo, atrás apenas dos Estados Unidos e da Alemanha. Ela se tornou, em 2004, o maior exportador mundial de bens de tecnologia da informação.

Não obstante todo este entusiasmo com o crescimento, o economista indiano Pranab Bardhan é cauteloso ao afirmar que é importante não exagerar nas conquistas da China e da Índia; segundo ele, "há muitos obstáculos e armadilhas que eles terão que enfrentar no futuro próximo, antes que se tornem atores significativos no cenário inter-

nacional de uma maneira sustentável. China e Índia ainda são países paupérrimos. De seus 2,3 bilhões de habitantes, quase 1,5 bilhão vive com menos de US\$ 2 diários. Na China, menos de 20% da força de trabalho está em manufaturas, mineração e construção somadas. Quase metade dela está na agricultura. Na Índia, são 60%" (**China, Índia e Brasil**. Folha de São Paulo, 30 de julho de 2006: 12 [caderno especial]).

Pequim prepara-se orgulhosamente para sediar a primeira Olimpíada a ser realizada na Ásia, em 2008. Esta megacidade, neste momento, se transformou num verdadeiro canteiro de obras, com centenas de guindastes de construção civil espalhados por toda a área urbana. Novas ruas e avenidas são abertas; ontem, cheias de bicicletas; hoje, congestionadas de carros. Novas linhas de metrô são construídas, do aeroporto ao centro da cidade; a vila olímpica adquire a forma de uma cidade dentro da cidade, sendo construída a todo vapor, e gigantescos complexos de apartamentos surgem por toda parte. Tem-se a impressão de uma verdadeira explosão urbana.

Um grande desafio enfrenta a China, ao lado de tantos outros: a questão populacional. O país conta com um bilhão e trezentos milhões de habitantes, o que quer dizer que, de cada cinco habitantes da Terra, um é chinês. Dessa população, 60% (ou seja, setecentos e sessenta milhões de pessoas) ainda vive em áreas rurais, apesar de somente 11% do território chinês se prestar à agricultura. A China é o campeão mundial da produção de arroz, com 35% da produção mundial. Cerca de 40% da população vive nas cidades, sendo que, neste momento, ocorre uma forte migração do campo para as cidades, o que torna ainda mais precárias as condições de vida urbana. As cidades mais populosas do país são: Xangai, 14 milhões de habitantes; Tianjin, 12 milhões; Pequim, 10 milhões; Shenzhen, 8 milhões, e Chongyang, 7 milhões. Somando-se à Índia, que tem um bilhão e cem milhões de habitantes, temos que, dos seis bilhões e quinhentos milhões de habitantes da Terra, mais de dois bilhões são chineses ou indianos. China e Índia, juntas, guar-

dam 40% dos habitantes da Terra. A China pretende urbanizar mais de trezentos milhões de pessoas nos próximos vinte anos. As pressões de consumo devem se exacerbar, já que, em termos globais, 65% da população mundial está na Ásia, 14% na África, 11% na Europa, 9% na América Latina, 5% na América do Norte e menos de 1% na Oceania.

Dados de 2002 apontam que a porcentagem da população urbana com acesso a saneamento básico é de 83% no Brasil, 69% na China e 58% na Índia. A expectativa de vida ao nascer, em número de anos, é de 66 para homens (H) e 73 para mulheres (M), no Brasil; na China, 70 para homens e 73 para mulheres; enquanto isso, a Índia apresenta 60 para os homens e 63 para as mulheres. A mortalidade infantil (por 1.000 nascidos): no Brasil, 39 para homens e 32 para mulheres; na China, 32 para homens e 43 para mulheres; na Índia, 85 para homens e 90 para mulheres. A população com 60 anos ou mais, em porcentagem: Brasil, 8,2%; China, 10,5%, e Índia, 7,8%.

Aliás, o controle da natalidade, na China, é levado avante com mão de ferro pelo governo, com a aplicação da política *one child policy* (1979), ou seja, só é permitida uma criança por casal. Enquanto visitávamos locais interessantes de Pequim, a guia que nos explicava a realidade cultural e social chinesa, ao entrar nessa questão, “a geração dos que se sentem sozinhos, pois não têm irmãos ou irmãs” como fruto dessa política. Se surgir uma segunda gravidez, o casal praticamente é obrigado a abortar, além de pagar uma pesada multa; perde o emprego e, além disso, passa a ser estigmatizado. Nesse contexto, o aborto acaba sendo um método normal de controle de natalidade. A preferência por nascituro masculino é apontada como sendo uma das causas para que se criasse um desequilíbrio gigantesco na relação numérica entre homens e mulheres. Faltam aproximadamente quarenta milhões de mulheres na China. Faltam meninas porque são abortadas por médicos a pedido dos futuros pais, que têm preferência por meninos, ou mor-

reram por negligência como recém-nascidos ou bebês. Num contexto cultural sexista, a mulher grávida é obrigada a ir ao hospital para a identificação de sexo e, caso o feto seja identificado como feminino, a mulher é fortemente pressionada para abortar. Um livro lançado recentemente em inglês, comentado no congresso, retrata toda essa problemática: *Behind the silence: chinese voices on abortion* -Atrás do silêncio: vozes chinesas sobre o aborto (Nie Jing Bao, 2005).

Para tentar evitar que esse desequilíbrio aumente o número de abortos de fetos femininos, a política atual do governo proíbe a realização de ultra-som por motivos não médicos, com o objetivo de revelar o sexo do nascituro. Com a infração dessa regra, o profissional médico corre o risco de ter sua licença de exercício profissional cassada. Esta situação populacional chinesa, de desequilíbrio entre o número de nascimentos de homens e mulheres, foi discutida no Congresso, num simpósio especial, patrocinado pela Função Ford (EUA). A questão vem preocupando o Presidente chinês Hu Jintao, e um plano de ação para corrigir essa distorção populacional vem sendo estudado.

Bem diferente é a situação de muitos países europeus que, vendo o perigoso declínio populacional, estão implementando políticas de aumento de natalidade. A França, por exemplo, está pagando bônus de setecentos e cinquenta euros mensais durante um ano para cada casal que tiver um terceiro filho. Uma situação complicada é a da Rússia, onde a população, de 148 milhões em 1991, caiu para 142,7 em 2006, o que levou o presidente russo a conceder um abono de US\$ 55 por filho, para incentivar os casais a procriarem.

No Brasil, segundo o IBGE, a taxa de fecundidade é de 2,1 filhos por mulher, próxima da reposição. A previsão é de que cheguemos em 2050 com 247,2 milhões de habitantes. A queda do número de filhos por mulher impressiona: de 6,16 na década de 1960, passou 4,35 na de 1980 e chegou a 3,16 na de 1990. Boa parte dessa queda tem como causa os altos índices de esterilização (cf. Washington Novaes no texto *Muita gente*

ou pouca gente? O Estado de São Paulo, 19 de agosto de 2006, A2).

Na área educacional, a taxa de analfabetismo, na China, caiu de 25% para 8,7% de 1986 a 2005, desde a aprovação do ensino compulsório e obrigatório de nove séries para todas as crianças entre 6 e 14 anos de idade. Este índice é menor que os 11,8% do Brasil. A Índia, ainda hoje, tem 39% de analfabetos. A China, com uma população 30% maior que a indiana, forma 3,1 milhões de universitários por ano, enquanto a Índia, 2,7 milhões. No ensino superior, a porcentagem de alunos de 18 a 24 anos matriculados é de 8% na Índia, 9%, na China, e 12%, no Brasil.

Uma curiosidade de turista: não se ouviu nenhum chinês falar mal de seu governo, pelo menos com estrangeiros turistas. Existe um silêncio absoluto em relação a isso. O guia turístico, em plena Praça da Paz Celestial apontando para a enorme imagem de Mao Tse Tung, dizia, enfaticamente: "Ele modernizou a China, e Ten Xio Ping nos deu uma China feliz". Perguntado sobre o episódio da revolta dos jovens na Praça, diz: "oficialmente, de nada sabemos". Medo de conseqüências em função de rigorosa vigilância estatal? Fala-se que a preocupação das autoridades é de manter a ordem, a estabilidade e o monopólio do Partido, desde quando Chairman Mao estabeleceu a República Popular da China, em 1949. Hoje, recebe, em seu mausoléu, a visita de inúmeros turistas, que depositam flores em sua homenagem...

Alguns comentários sobre o Congresso Mundial de Bioética

Mais do que emitir um juízo de valor, que facilmente incorreria em erro, passamos a descrever um pouco a metodologia, o conteúdo e as discussões bioéticas ocorridas no Congresso de Pequim, conscientes de que é uma descrição fragmentária, que tenta prospectar tendências temáticas no âmbito da bioética. Que isso sirva, apenas, para dar uma idéia do que foi o congresso para o leitor que dele não participou.

É bom sempre ter presente que todo evento dessa natureza se constitui numa grande feira de idéias em ebulição, uma superdose concentrada de questões de bioética, sendo que carrega em seu bojo peculiaridades e originalidade, forjadas a partir dos valores da realidade sócio-política-cultural de onde se realiza. Pelo fato de muito conteúdo ter de ser concentrado em pouco tempo, ocorrem, conseqüentemente, muitas sessões e simpósios especiais simultâneos ou paralelos, o que obriga o congressista a ter de escolher o que mais lhe interessa, pois é impossível acompanhar tudo. O tema central, no caso: "uma sociedade mais justa e saudável", funciona como o fio condutor das discussões e debates, nos plenários maiores. Podemos destacar vários blocos de assuntos discutidos:

1) Um grande bloco relacionado com *questões de saúde humana*, debatendo a reforma do sistema de saúde chinês, experiências e lições em problemas emergentes de saúde pública, a partir da SARS, abordados por pesquisadores da Universidade de Harvard, EUA, como a gripe aviária e a tuberculose, em escala mundial. Também era destinada atenção à problemática do controle de doenças contagiosas, do HIV/AIDS e do fornecimento de drogas anti-retrovirais, além do fator meio-ambiente relacionado à saúde humana e à problemática populacional, desafios candentes para a China e a Índia. Em relação ao contexto desse evento, nutrimos a expectativa de que a Declaração Universal de Bioética de Direitos Humanos, aprovada pela Unesco em outubro de 2005, fosse amplamente debatida, ao mesmo tempo em que se estudassem formas de implementá-la no conjunto das nações. Infelizmente mereceu somente espaço em um simpósio-satélite de duas horas, com significativa presença de participantes do mundo em desenvolvimento, mas poucos representantes dos países industrializados.

2) Um outro bloco de questões, o maior, por sinal, diz respeito à *ética da pesquisa em seres humanos*, de Nuremberg (1947) a Helsinki (2000). Discutiram-se questões relacionadas ao duplo *standard*, o consentimento livre e esclarecido dos sujei-

tos da pesquisa, e a situação dos países em desenvolvimento *versus* os investimentos das multinacionais do medicamento e as diretrizes éticas do CIOMS, entre outras questões. Uma abordagem especial mereceu a ética na pesquisa com células-tronco, pesquisa com embriões, sem esquecer uma apresentação sobre o escândalo na Coreia relacionado à fraude na pesquisa com células-tronco, que teve como protagonista Hwang Woo-Suk.

No mundo ocidental, são de conhecimento de todos nós as atrocidades cometidas pelos médicos nazistas, que culminaram no Tribunal de Nuremberg. No Oriente, antes e durante a II Guerra Mundial, temos uma situação semelhante, senão pior, com o exército japonês estabelecendo programas de guerra biológica na China ocupada, nas chamadas “fábricas de morte”, tal como a Unidade 731, na cidade de Harbin, onde centenas de pessoas encontraram a morte.

O Brasil dispõe, hoje, segundo informação do Prof. Dr. William Saad Hossne, Presidente da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, de quatrocentos e setenta e cinco Comitês de Ética, distribuídos por todo o país, envolvendo cerca de sete mil pessoas (médicos, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas, sociólogos, juristas, filósofos, engenheiros, matemáticos, antropólogos e representantes dos sujeitos da pesquisa).

As normas bioéticas se aplicam a toda pesquisa envolvendo ser humano, em qualquer área de conhecimento, que tenha possibilidade de ocasionar “danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual ao ser humano, em qualquer fase da pesquisa e dela decorrente” das ciências humanas.

A CONEP, no decorrer de dez anos, sempre com participação multidisciplinar e da sociedade civil e científica, elaborou outras sete diretrizes específicas para determinadas “áreas temáticas”.

Encontram-se no site www.conselho.saude.gov.br as diretrizes específicas: Resolu-

ção 251/1997 – Pesquisas com novos fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos. Resolução 292/1999 – Pesquisa com cooperação estrangeira. Resolução 303/2000 – Pesquisas em reprodução humana. Resolução 304/2000 – Pesquisas com povos indígenas. Resolução 340/2004 – Pesquisas em genética humana. Resolução 346/2005 – Pesquisas multicêntricas. Resolução 347/2005 – Pesquisas que envolvam armazenamento e/ou formação de bancos de material biológico.

As oito resoluções formam um corpo de doutrina de características bioéticas, desde sua gênese e concepção até seu corpo doutrinário e sistema operacional. A CONEP mantém um banco de dados, já disponível *online*, organizado segundo o título do projeto aprovado, a instituição e o pesquisador responsável. Alguns projetos das áreas temáticas necessitam, antes de serem iniciados, da aprovação do CEP e da CONEP; representam cerca de 10% e, portanto, cerca de 90% são avaliados apenas pelo CEP; o CEP tem trinta dias e a CONEP, sessenta dias para a avaliação dos projetos.

De acordo com o sistema CONEP-CEP, todo evento adverso que ocorra é imediatamente avaliado pelo pesquisador e pelo CEP, e comunicado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária para as providências cabíveis. No ano de 2005, foram apresentados cerca de 17.000 projetos de pesquisa (desde projetos retrospectivos, até projetos de fase II e III, bem como de pesquisas com células tronco) envolvendo cerca de setecentas mil pessoas, hoje devidamente protegidas pelo sistema CONEP-CEP.

3) Questões específicas de uma *bioética de cunho asiático*. Na saudação inicial da sessão de abertura do congresso, o Presidente Renj-Zong Qiu citou Confúcio: “Não é uma alegria receber amigos que chegam de tão longe.” Essas questões foram trabalhadas em simpósios-satélite, dos quais quatro aprofundaram a relação da bioética com o confucionismo, corrente de pensamento e filosofia de vida (ou religião, discute-se segundo muitos estudiosos) fundada pelo mais célebre filósofo chinês, Confúcio (552-479 a. C.). Falou-se de uma “bioética confuciana”. Entre os assuntos

abordados, recordamos: o “familismo” versus “individualismo”; o conceito de justiça e de cuidados de saúde; e as pessoas com deficiência. Outro tópico importante foi a ética profissional da Medicina tradicional Chinesa, em que a confiança está no centro da relação médico-paciente. Ocorreram, também, várias apresentações sobre a visão do budismo em relação a determinadas questões de bioética. Registre-se, também, um simpósio-satélite que versou sobre “cultura, religião e bioética”, coordenado por T. Engelhardt, com discussões sobre valores do daoísmo e direitos humanos, Confúcio e a bioética em diálogo com o judaísmo, e o cristianismo ocidental.

A China é a mais antiga civilização do mundo e, além disso, jamais foi conquistada pelo monoteísmo. A fé dos chineses esteve contida, durante milênios, na filosofia laica e terrena do confucionismo (o qual concebe somente um “mandato celeste” como sinal de legitimidade do imperador), no budismo, importado da Índia, e no taoísmo, duas “religiões, em que a idéia de divindade é imanente, se confunde com o todo e com o nada, perpassa a natureza e todos os seres. Na língua dos mandarins, existem muitos nomes para evocar a divindade, mas não existe um termo equivalente ao conceito do Deus cristão. Este é o dilema para o qual, em 1607, o jesuíta Matteo Ricci, após haver descartado outros possíveis nomes, encontrou uma solução nomeando o Deus cristão, para os chineses, de Tian Zhu, o “Senhor do Céu” (Federico Rampini, *O jesuíta que inventou o nome de Deus em chinês*, *Jornal Repubblica*, 6 de agosto de 2006). Não é objeto deste relato de congresso o aprofundamento da questão da religião na China, mas é interessante saber que a religião com maior número de seguidores declarados - cento e cinquenta milhões de fiéis - é o budismo. Os tibetanos têm como líder budista Dalai Lama, que vive na Índia (Lhasa) e está proibido de pisar na China há quarenta e sete anos. Para entender o fascinante, misterioso e complexo mundo das grandes religiões, especialmente das religiões chinesas, recomendamos a leitura de uma obra prima de Hans Kung, traduzida

para o português: *Religiões do mundo - em busca dos pontos comuns* (2004). Para Kung, toda a tradição filosófica da China foi uma busca da unidade entre o céu e a terra. Também na China, a religião não morreu, e para a maioria dos chineses, o céu permanece ainda como um grande símbolo primordial.

4) Num quarto bloco, temos as *questões clássicas de bioética clínica*, ligadas ao início da vida, como as questões éticas na área da genética ligadas à pesquisa com células tronco e embriões, entre outras. Realizou-se um interessante fórum Alemanha-China sobre questões éticas e legais de final de vida, por meio do qual tomamos conhecimento da existência de vários programas de cuidados paliativos na China. Além disso, estiveram em debate, neste congresso, questões como a ética dos transplantes e o conceito de morte, dentre outras, aspectos sempre presentes nos congressos internacionais, e que em cada diferente cultura têm uma problematização, uma visão e uma solução diferentes. No ocidente, se fala muito, e temos até documentos que o comprovam, de que na China são extraídos órgãos de prisioneiros executados (em torno de dezoito a vinte mil por ano) e da existência de um “comércio negro” de compra e venda de órgãos que beneficia elites de países vizinhos, fato não mencionado neste congresso.

Registramos a presença de uma dezena de brasileiros, dos quais três são membros do quadro de diretores da Associação Internacional de Bioética, os quais tiveram papel ativo nas discussões, bem como na coordenação de sessões de trabalho. O tema da ética da pesquisa em seres humanos, especificamente a experiência brasileira, que conta dez anos, foi o tema recorrente em várias sessões e pôsteres, passível de conferência nos anais do congresso. Destacamos como inusitada a realização de encontros a partir das perspectivas regionais de bioética, de tal modo que tivemos apresentações de perspectivas asiáticas, vozes do islamismo do mediterrâneo oriental e perspectivas ibero-americanas.

Para concluir este breve relato de congressista, pensamos que alguns valores da cul-

tura asiática são importantes também para nós no Ocidente. É um encontro e diálogo transcultural, que atribui cores e identidades variadas ao que hoje conhecemos por bioética. Sem simplificações, mas tão-somente instigações:

A comunidade vem antes do indivíduo, no entanto, a comunidade respeita e apóia o indivíduo. O valor central é a verdadeira humanidade. A família é a pedra fundamental da sociedade. Os problemas devem ser resolvidos por consenso, e não por confrontação. Busca-se uma harmonia holística do ser humano com a natureza e com seus ciclos naturais. Existe um conceito importante da cultura chinesa tradicional, que nos ajuda a pensar a realidade atual dos pluralismos e, no lidar com a busca de uma bioética global, bem como a necessidade de adaptação às dife-

rentes circunstâncias culturais. Trata-se do conceito de unidade que não é uniformidade e que deve ser entendido como “coordenação do pluralismo, ou harmonia do pluralismo” (Zhu C. *Unity but not uniformity. Globality and locality of bioethics*, 2006).

“O homem virtuoso, cultiva a unidade e não a uniformidade, enquanto que o homem viciado, a uniformidade e não a unidade”, diz Confúcio, o mais influente filósofo chinês. Pessoas de caráter nobre assumem a “unidade, mas não a uniformidade, como modo de vida. A unidade é considerada como sendo a “suprema moralidade”.

Paramos por aqui. Nosso próximo capítulo e ponto de encontro desta jornada será na Croácia, em 2008, quando conversaremos a respeito do desafio de uma bioética transcultural, neste início de milênio. ■

BIBLIOGRAFIA

- CHINA, ÍNDIA E BRASIL. FOLHA DE SÃO PAULO 30 JUL 2006:12 [CAD.ESPECIAL].
- JING BAO,N.BEHIND THE SILENCE: CHINESE VOICES ON ABORTION. NEW YORK: ROWMAN AND LITTEFIELD;2005.
- KUNG H.RELIGIÕES DO MUNDO: EM BUSCA DOS PONTOS COMUNS.CAMPINAS:VERUS;2004.
- NOVAES W. MUITA GENTE OU POUCA GENTE? O ESTADO DE SÃO PAULO 19 AGO. 2006 :A2.
- RAMPINI F.O JESUÍTA QUE INVENTOU O NOME DE DEUS EM CHINÊS. JORNAL REPUBBLICA 6 AGO.2006.
- QIU, REN-ZONG (EDITED BY). BIOETHICS: ASIAN PERSPECTIVES – A QUEST FOR MORAL DIVERSITY.(COL. PHILOSOPHY AND MEDICINE). DORDRECHT: KLUWER ACADEMIC PUBLISHERS, 2004.
- SAKAMOTO H. GLOBALISATION OF BIOETHICS: FROM NA ASIAN PERSPECTIVE. IN: MACER DRJ. ED. CHALLENGES OF BIOETHICS FROM ASIA. TOKYO: EUBIOS ETHICS INSTITUTE: 2004. P. 488-494.
- SAKAMOTO H. THE FOUNDATIONS OF A POSSIBLE ASIAN BIOETHICS. IN: QIU, REN-ZONG (EDITED BY). BIOETHICS: ASIAN PERSPECTIVES – A QUEST FOR MORAL DIVERSITY.(COL. PHILOSOPHY AND MEDICINE). DORDRECHT: KLUWER ACADEMIC PUBLISHERS, 2004.
- ZHU C. UNITY BUT NOT UNIFORMITY. GLOBALITY AND LOCALITY OF BIOETHICS. (PRESENTED AT 8TH WORLD CONGRESS OF BIOETHICS, 2006. AUG 6-9; BEIJIN, CHINA).

ÉTICA E UNIVERSIDADE

Luiz Eduardo W. Wanderley

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Desde logo, coloco algumas premissas básicas. Se o foco da publicação é o da ética na pesquisa, não se pode olvidar que a proposição sobre a natureza da universidade, como um lugar onde o ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis, traz necessariamente uma questão, a saber, ela deve estar presente em cada uma destas dimensões e nas suas articulações mútuas.

Na concepção de educação composta por aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser (Relatório Delors, elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da Unesco), a ética preside o conjunto desses aprendizados.

Se a universidade tem por missão formar homens de cultura, profissionais e técnicos com competência, visão crítica e perspectiva humanística, a ética envolve toda essa concepção.

Nas comunidades acadêmicas, todas as relações entre os membros dos diferentes segmentos – docentes, discentes e funcionários – exigem uma base ética. Todas as instâncias acadêmicas e administrativas devem ser efetivamente democráticas e orientadas pela ética.

A perspectiva defendida pela PUC-SP e outras IES, no sentido de que elas se caracterizam pelo compromisso social, exige o conhecimento do significado disso, o compromisso com quem e para quê, e qual a responsabilidade ética de cada um dos atores coletivos.

Apresento, inicialmente, algumas idéias sobre a ética. Vou me apropriar inicialmente de uma reflexão feita pelo professor e filósofo pe. Manoel Araújo de Oliveira, em exposição feita na PUC-SP e em seu livro (1993).

No livro, ele expõe um entendimento da concepção ética ocidental, fazendo uma retrospectiva do pensamento de Platão, Aristóteles, Hobbes, Rousseau, Locke, Kant, Hegel e Marx. Ele relaciona as distintas visões, acentuando a “civilização da razão”, a pólis, o indivíduo livre, a auto-emancipação do homem, a totalização, a humanização e a libertação, a normatividade e a eticidade, bem como a eticidade alternativa. Ao pensamento clássico, caracterizado por pensar o homem como essencialmente político, e efetivado na comunidade política, formada por homens iguais e livres; contrapõe o pensamento moderno, no qual a comunidade humana passa a valorizar os indivíduos relacionados entre si como proprietários de si mesmos e das coisas. É possível ao homem construir uma nova sociabilidade, na qual ele se situe como

sujeito verdadeiro, aberto à comunhão com os outros, à concretização da liberdade e da igualdade, que combine moral e ética?

Ele focaliza a ética no sentido de dever-ser, de que ela requer uma tomada de posição face à realidade. Sintetizando, na sua concepção, a ética é, portanto, apenas uma revisão radical da vida humana pessoal e coletiva. Em outras palavras, tudo o que fazemos em nosso cotidiano serve ou não para a realização de cada um de nós como ser humano. Ele questionava: será que a sociedade brasileira, como está organizada, é legítima, é justificável? Os valores que orientam a vida coletiva brasileira são válidos? A exclusão social de milhões de brasileiros legitima o modelo de desenvolvimento e de organização social vigentes; a exclusão tem razão de ser?

Completando o seu pensamento, a ética tem por medida a justiça social. Nessa mesma perspectiva, num dos documentos da CNBB, os bispos diziam que os pobres são os juizes da democracia. Qual é, então, para este autor, o atual desafio ético básico da sociedade brasileira? É o reconhecimento da alteridade das classes subalternas, oprimidas, é o outro oprimido. Para isto, faz-se necessário um novo projeto societário, fundado no reconhecimento do outro como explorado, como oprimido, como excluído, o que eleva a consciência individual à consciência universal, aberta à solidariedade, à comunhão com todos os outros.

Outro autor distingue entre moral (normas, leis, princípios do sistema vigente, aquilo que esse sistema considera como bom) e ética (o que é defendido pelos oprimidos, na luta contra a dominação, as estruturas estabelecidas). “Em que consiste o ético? É a práxis – como ação e relação – para o outro como outro, como pessoa, como sagrado, como absoluto. O ético não é regido pelas normas morais, pelo que o sistema indica como bom; rege-se pelo que o pobre reclama, pelas necessidades do oprimido [...] O ético é assim transcendental ao moral. As morais são relativas: há moralidade asteca, hispânica, capitalista. Cada uma justifica a práxis da dominação como boa. A ética é

uma, é absoluta; vale em *toda* situação e para *todas* as épocas” (Dussel, 1987, p. 63).

Em artigo que redigi sobre a ética e as dívidas sociais, trazendo a perspectiva de Dussel para a questão da dívida externa, ele sustenta: “[...] é o trabalhador, são as classes dominadas, o povo periférico quem paga os juros de um crédito necessário para o capital central e transnacional, para que os países pobres tenham com que comprar deles e, além disso, as classes dominantes periféricas tenham como realizar seus lucros. Enfim, um mecanismo enorme e complexíssimo, uma gigantesca ‘relação social’ de dominação que se fundamenta, ela toda, na exploração da vida: no pecado” (p. 180).

O segundo ponto que quero destacar é o sentido dado à questão social, da qual deriva, no meu juízo, um enfoque fundamental a ser dado no tema do compromisso social e da ética, e naquele caso, das dívidas sociais. Num trabalho que escrevi (Wanderley, 2000), faço uma longa explanação sobre o significado desse conceito, que vou resumir aqui, por seus impactos nas concepções de universidade, nas diretrizes curriculares e nas ligações das IES com a sociedade em geral.

Para explicitar a orientação, ali proposta, sustentei que a *questão social* fundante, que permanece vigendo sob formas variáveis ao longo dos quinhentos anos passados desde o descobrimento aos nossos dias, centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos, resultantes dos modos de produção e reprodução social, dos modos de desenvolvimento, que se formaram em cada sociedade nacional e na região em seu complexo. Ela se funda nos conteúdos e formas assimétricos assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais e religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes, e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais. A questão social,

nessa perspectiva, vem adquirindo novas modalidades, nos últimos tempos, por força das mudanças profundas que estão acontecendo nas relações entre capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado e nas políticas sociais, pelo chamado “princípio da exclusão”, que se concretiza tanto da parte dos excluídos do processo produtivo, do trabalho salariado, quanto da parte dos excluídos pela origem étnica, pela identidade cultural ou pelas relações de gênero.

Ela se transforma efetivamente em questão social quando é percebida e assumida por um setor da sociedade que tenta, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda pública, implicando tensões e conflitos sociais.

A questão social latino-americana se põe, no espaço e no tempo, diferentemente da realidade européia, na instituição da nacionalidade, da esfera estatal, da cidadania e da implantação do capitalismo. Em consequência, ela deverá ser entendida e dada de modo distinto, tendo em vista as suas peculiaridades. Neste texto, a questão social se desdobra e se problematiza nas temáticas indígena, negra, rural, operária e feminina, e na própria questão nacional. Trazendo para hoje, além da consideração de que esses temas são recorrentes, é necessário estar atento para os seguintes temas: desemprego estrutural, economia informal, migrações, exclusão social e desigualdades regionais, entre outros; e considerar que a questão social gerada pelas contradições entre o capital e o trabalho permanece ainda como fundamental.

Desafios éticos no interior das universidades (válidos, do mesmo modo, para os centros universitários e institutos isolados)

Na esfera do cotidiano, como é amplamente sabido, existem situações das quais não se tiram as devidas consequências, e nas quais dominam certas práticas de explícita falta de ética, no cotidiano do “convívio” entre pessoas de cada segmento (professores, estudantes e funcionários) e no relacionamento delas entre

os segmentos, tais como: em salas de aulas, em instâncias acadêmicas, administrativas e estudantis, em publicações escritas, entre orientadores e orientandos, nas igrejinhas político-ideológicas etc. Por um lado, é uma realidade marcada pela inexistência daquela cultura cívica mínima que caracteriza um cidadão, por defeitos de educação, pelo desconhecimento dos direitos e deveres, por desvios de várias ordens; essa realidade se traduz em atitudes e comportamentos marcados por paternalismo, autoritarismo, presunções, egos elevados, desequilíbrios emocionais, comentários desairosos e fofocas que desqualificam os outros, boatos plantados, depredações, invasões e assim por diante. Por outro lado, ela comporta um desconhecimento ou abandono dos princípios éticos que devem permear as orientações teóricas e institucionais, e as práticas de todos na vida universitária.

A ética é motivo de desafios e questionamentos! No plano do *ensino*, e mesmo relacionado com as pesquisas, ela desaparece ou irrompe falsa em certas indicações bibliográficas, com citações de obras que não condizem com o respeito pelo pensamento do outro. Nas dicas profissionais, oferecidas, muitas vezes, para favorecer o oportunismo e a competição desenfreada. Nas disciplinas que estimulam a manutenção do neoliberalismo perverso. No abandono do saber do outro e na falta de preocupação com o indispensável diálogo que busca a comunicação, o entendimento, e não a presunção de domínio teórico que se torna hermético. Nas ações que pretendem orientar os estudantes segundo visões e critérios impositivos, derivadas da postura de que eles devem internalizar apenas uma dada visão de mundo e concepções teóricas e práticas reducionistas que definem o perfil individual de determinado docente. Em contraposição, numa outra perspectiva, a presença de uma ética comunicativa, dialógica, democratizante, em todos estes aspectos, rompe esquemas viciados, abre horizontes, fortalece a troca de saberes, desperta vocações e opções, gera sociabilidades e ricas amizades, e compromete o formando com a construção de uma sociedade mais humana, igualitária, livre e fraterna.

Ao abordarmos a complexidade da noção de ética nas IES, nas quais vivem e se formam pessoas, vale registrar o código de ética que vem sendo apontado como conveniente para os profissionais de Gestão de Pessoas (apresentado por Chiavenato, 2000, no dia Internacional do Administrador de Recursos Humanos). No referido código, ele aponta os seguintes princípios éticos: 1) dignificar o ser humano; 2) tornar estratégica a administração de recursos humanos; 3) compartilhar a administração com os gerentes e suas equipes; 4) mudar e inovar incessantemente; 5) dignificar e elevar o trabalho; 6) promover a felicidade e buscar a satisfação; 7) respeitar a individualidade de cada pessoa e sua realização pessoal; 8) enriquecer continuamente o capital humano; 9) preparar o futuro e criar o destino; 10) focar o essencial e buscar sinergia (apud Souza Neto, 2005). Cito-os aqui como exemplo de uma orientação muito difundida, por constatar que este conjunto é utilizado na formação de profissionais em distintas áreas das universidades em geral. Destaco o devido cuidado de superar componentes desse discurso difundido em meios empresariais e profissionais, sem correspondência com a realidade brasileira, caracterizada por desigualdades e injustiças, as quais são expostas nas idéias dos autores antes citados.

No plano específico da *pesquisa*, que tem muito a ver com as concepções de ensino predominantes, pelo lado adverso, pode ser problematizado o uso de pesquisadores iniciantes ou juniores, objetiva, muitas vezes, a vangloriar o orientador e oferecer condições para citá-lo nos relatórios acadêmicos das agências, atualmente publicizados no lattes etc. O mesmo se dá com a escolha de temas e de campos empíricos, sem explicitação clara dos pressupostos e objetivos em jogo, ou com a limitadíssima existência de canais de retorno das pesquisas desenvolvidas aos sujeitos pesquisados. Mesmo sabendo das dificuldades hoje prevalentes na editoração, é preciso potencializar os meios de que as dissertações e teses não adormeçam nas bibliotecas e tenham a maior difusão possível, principalmente para aqueles que foram entrevistados e responderam aos questionários utilizados.

Na ótica positiva, marquemos os impulsos dados aos estudantes, na graduação e na pós, para descobrirem novos caminhos, alcançarem níveis sucessivos de conhecimento, ampliem seus estudos no exterior para conhecerem outras realidades e avancem em seus aprendizados científicos. É válido lembrar, nessa esfera, experiências fecundas de cunho teórico e prático que se desenvolveram em diversos países, principalmente na América Latina, implementadas pelas denominadas *pesquisa participante* e *pesquisa-ação*, nas quais acontece intercâmbio, colaboração e participação ativa entre pesquisadores e pesquisados. Na nossa Universidade, é valioso indicar diversos projetos, utilizando metodologias inovadoras, em múltiplos campos, com destaque para as que colaboram na formulação de políticas públicas.

Na PUC-SP, especialmente no plano da pesquisa, tem havido um esforço crescente para traçar diretrizes numa direção pertinente, o que vem sendo perseguido em etapas sucessivas, com certos riscos de incompreensões e atritos, aliás naturais nesse tipo de processo. Ele pode e deve ser aperfeiçoado. De minha parte, creio que se pode avançar, desde que haja uma melhor compreensão do que seja a ética em geral, e se estabeleçam e se potencializem os intercâmbios necessários dados pelas conceituações e ações concretas no âmbito ético, que acontecem na integração imperativa entre o ensino, a extensão e a pesquisa, como sustentei nas premissas iniciais; pois a pesquisa não pode ser analisada de forma independente.

No plano da *extensão*, há uma rica variedade de iniciativas que identificam cada IES, por sua inserção em regiões e locais particulares. Do mesmo modo, vigoram projetos mais ou menos éticos. Alguns, na esteira de elementos já indicados para o ensino e a pesquisa. Negativamente, temos a presença dominante da IES numa localidade ou comunidade, que se torna a única responsável pelos recursos e gestão de cada projeto, sem capacitar os membros ali situados para uma eventual retirada e para um aprendizado de meios e mecanismos de eficiência e eficácia a serem assumidos por suas próprias mãos. Na mesma linha, situemos projetos que objetivam a manutenção do *status quo* e impedem a

irrupção de inovações transformadoras. Positivamente, mencionemos um contato contínuo com grupos e comunidades externas, aproximando-os da instituição universitária, algo em geral desconhecido e muitíssimo distante para eles. Também valeria uma via para trazer membros participantes dos projetos, com a finalidade de cursarem a universidade (são conhecidos inúmeros casos de dirigentes, militantes, colaboradores locais que buscam e entram nas IES para refletirem sobre suas experiências, com sucesso). Cumpre também questionar os conhecimentos teóricos acadêmicos e criar espaços para um frutífero diálogo entre o saber científico e a cultura popular, ou o chamado senso comum.

Uma realidade complexa e causa de insatisfações de vários tipos vem à luz nas relações entre professores e funcionários, variando em função das competências e cargos ocupados. De ambos os lados, as críticas acontecem pelo desconhecimento de rotinas, da vida pessoal, das condições de trabalho e níveis salariais. A esse respeito, se abre todo um capítulo para estudos mais sistemáticos sobre como a ética penetra essas relações, o que escapa das metas estabelecidas para este texto.

Para finalizar, uns poucos comentários sobre a *ética cristã*. É um truismo afirmar, algo que é desconhecido ou desconsiderado usu-

almente pela maioria, e mesmo negado por alguns (o que causa espanto), que somos uma universidade ciosa de manter e defender todos os elementos que a definem, mas que traz um plus, ou seja, ser uma instituição confessional, com as características de pontificia e católica. Se o nosso Estatuto fala de um diálogo institucionalizado entre a teologia e a ciência, se vivenciamos uma experiência inovadora na área das ciências da religião, se temos uma mantenedora com clara identidade religiosa, a ética cristã e católica deve estar inserida em todos os contextos salientados. Uma ética que, entre outros componentes, salienta a dignidade da pessoa humana, sem discriminações de qualquer espécie; que prega o pleno reconhecimento do outro, numa concepção explícita de amor ao próximo, de caridade num sentido profundo; que luta por uma sociedade humana; que sustenta a necessária convivência entre todos baseada na solidariedade; que aspira à construção de uma comunidade universitária em plenitude; que admite o ecumenismo cristão e o macro-ecumenismo; que busca a salvaguarda dos valores cristãos na dinâmica institucional e nas relações de todos os tipos. Se certas idéias e posturas, na sua trajetória de sessenta anos, trouxeram rompimentos de maior ou menor monta com essa visão, é preciso avaliá-las a fundo e oferecer saídas maduras e equilibradas. ■

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, CARLOS RODRIGUES (ORG.). *PESQUISA PARTICIPANTE*. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1981.
- _____. (ORG.). *REPENSANDO A PESQUISA PARTICIPANTE*. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1984.
- CHAUÍ, MARILENA. *ESCRITOS SOBRE A UNIVERSIDADE*. SÃO PAULO: UNESP, 2001.
- DUSSEL, ENRIQUE. *ÉTICA COMUNITÁRIA*. PETRÓPOLIS: VOZES, 1987.
- MORIN, E. OS SETE SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO. SÃO PAULO: CORTEZ/ BRASÍLIA: UNESCO, 2000.
- NICOLESCU, BASARAB. *O MANIFESTO DA TRANSDISCIPLINARIDADE*. SÃO PAULO: TRION, 1999.
- SOUZA NETO, JOÃO CLEMENTE (ORG.). *ÉTICA – REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS*. SÃO PAULO: ARAUCO EDITORA, 2005.
- THIOLLENT, M. NOTAS PARA O DEBATE SOBRE PESQUISA-AÇÃO. IN: BRANDÃO, C.R. (ORG.). *REPENSANDO A PESQUISA PARTICIPANTE*. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1984.
- WANDERLEY, LUIZ EDUARDO. UNIVERSIDADES E SOCIEDADES: CONSENSOS E DISSENSOS. *SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE*, ANO XXVI, V. 81, MARÇO DE 2005. SÃO PAULO: CORTEZ.

ÉTICA EM PESQUISA: ALGUNS PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS NO CAMPO DO DIREITO

Fernandes de Souza

*Professor Assistente-Doutor da
Faculdade de Direito da PUC-SP*

O trabalho de pesquisa no campo do direito, em um sentido estrito, não sugere questões de ordem ética que justifiquem uma reflexão problematizadora. Embora a conduta humana seja assunto de interesse do jurista, certo é que essa discussão surge no plano dos temas sobre os quais a pesquisa jurídica se desenvolve, vale dizer, no nível do objeto de pesquisa, e não no plano da metodologia científica. Por isso, parece correto distinguir “ética em pesquisa do direito” e “aspectos éticos no direito”. Sob o primeiro enfoque, a questão ética se vê reduzida a regras de conduta do pesquisador, a exemplo do dever de citar a fonte, de não dar como própria a leitura de um terceiro etc.

Nas chamadas ciências experimentais, mesmo naquelas em que a pesquisa se dá *ex post facto*, a manipulação e o controle de variáveis, que operam no pressuposto da existência de relações de causa e efeito, são dinâmicas que interferem com questões éticas, as quais estão presentes não só na forma como se testa a hipótese (que pode envolver utilização de seres humanos, de animais e de cadáveres, v.g.), mas também na análise dos resultados e dos testes, a qual leva à aceitação ou à rejeição da hipótese. Nesse estágio, valores como honestidade e humildade científica inevitavelmente aparecem. Já a escolha do

tema e a definição do problema, observada a distinção feita no parágrafo anterior, seriam aspectos externos à pesquisa, porque não dizem respeito à conduta do pesquisador ou aos instrumentos utilizados na pesquisa.

É preciso reconhecer, entretanto, que nas ciências experimentais, a escolha do tema, na qual o pesquisador já projeta a sua visão de mundo, pode ensejar também reflexões sobre a condução ética da pesquisa. Um projeto que envolvesse o desenvolvimento de clones humanos, por exemplo, desafiando convicções religiosas e morais, causaria polêmica não só porque o tema em si mesmo se afigura questionável do ponto de vista ético, mas também porque a execução e controle da pesquisa, com provável descarte de embriões, suscitaria muitas controvérsias do mesmo ponto de vista. Na pesquisa em direito, as coisas se passam de maneira diferente.

Conquanto um tema como “O direito à clonagem reprodutiva” pudesse provocar acesa controvérsia (porque no embrião, para alguns, já existiria vida, alma), certo é que a pesquisa jurídica em torno do assunto não ofereceria maiores dificuldades, pois ela não seria experimental. Ainda que possa interessar, da perspectiva de um criticismo jurídico, a repercussão dos critérios de justiça e de regulação norma-

tiva (Lei de Biossegurança, no caso) no comportamento social, tem-se de reconhecer que essas questões não estão no plano propriamente empírico. Não se trata de comprovar que determinadas aquisições teóricas encontram sustentação na realidade fenomênica, como se passa nos experimentos da Biologia.

Enfim, uma pesquisa sobre "O direito à clonagem reprodutiva" envolveria estudos de Direito Comparado (confronto entre a legislação nacional e a legislação estrangeira), o exame da jurisprudência (conjunto das decisões dos tribunais em um determinado sentido) e a apreciação dos trabalhos de doutrina (ensinamentos dos juristas). Talvez coubesse o exame de alguns casos, ou entrevistas e levantamento de dados, particularmente na área da sociologia jurídica. Nada disto interferiria, do ponto de vista da condução da pesquisa e dos instrumentos nela utilizados, em questões de natureza ética.

Haveria, isto sim, na esfera da pesquisa em direito, alguns momentos ideológicos estreitamente relacionados a questões éticas, o que não se confunde com exigências éticas no campo da pesquisa jurídica. Tanto quanto a escolha do tema (aspecto externo à pesquisa), a justificação das descobertas – que ocorre sobretudo na base da argumentação (lógica material), e não da demonstração (lógica formal) – também se desenvolve no terreno valorativo. A teoria dá uma explicação provável para a tese, o que, nas ciências empíricas e nas ciências ideais, se faz por demonstração, por meio de silogismos (ou de quase-silogismos) cuja premissa menor é a conclusão de uma indução prévia. No direito, a argumentação rompe com esse esquema formal em busca do sentido da experiência jurídica.

Em outras palavras, afóra os aspectos ontológico (especulação) e analítico (idealidade), a reflexão do estudioso do direito desenvolve questões que se colocam no âmbito social e cultural, como de resto também sucede nas ciências históricas e na crítica das ciências aplicadas, áreas nas quais a compreensão dos fenômenos importa mais do que a simples explicação. É, pois, na dimensão semântica e pragmática da comunicação (que não está presente na lin-

guagem formalizada das ciências) que se surpreende a existência de questões éticas outras, relacionadas à investigação científica, além da utilização desumana de seres humanos, na qual o senso comum parece se fixar quando surge o tema da *ética em pesquisa*.

Thomas Kuhn, no final da década de 1960, teve o mérito de revelar a importância do trabalho de convencimento da comunidade científica no estabelecimento e na superação dos paradigmas. As estratégias retóricas, presentes na argumentação jurídica, cumprem uma importante função institucional também nas ciências ideais, históricas, especulativas e experimentais. Na obra *A estrutura das revoluções científicas*, Kuhn, depois de confrontar a produção científica com o ambiente social que nela se reflete, formula críticas ao modelo da ciência universal e desinteressada, desenvolvido pelo cientificismo positivista, mostrando que a ciência não cresce necessariamente de maneira cumulativa e contínua. Ela caminha por saltos qualitativos, de forma que a descoberta das verdades é um processo de normalidade e crise, onde se alternam períodos de consolidação e substituição de axiomas, hipóteses, princípios, categorias e interpretações, chamados *paradigmas* (Kuhn, 1982: 24-78).

Enquanto a elaboração científica não é reconhecida pela comunidade dos cientistas, está-se diante de um estágio de *pré-ciência*, em um momento de construção do paradigma, que, uma vez aceito na base da unanimidade, instaura um período de *ciência normal*, madura. Existem momentos, contudo, em que os paradigmas, incapazes de dar uma explicação para fatos novos, entram em crise, exaurindo-se. Paralelamente, outros paradigmas vão surgindo no horizonte das ciências, com o que se iniciam as chamadas *revoluções científicas*, consolidadas apenas quando um novo consenso se estabelece em torno de outro paradigma, dando lugar a um novo período de *ciência normal*.

Kuhn deixa claro, assim, que as alterações de rumo no campo científico não são resultado da ruptura de uma lógica interna dos padrões científicos. A escolha entre os pa-

radigmas que começam a emergir no estágio pré-científico não está fundada em supostos critérios universais e comunais, a exemplo do *critério de falsificabilidade*, proposto por Popper. A história mostra que não há critérios lógicos ou metodológicos no discurso científico. Na realidade, o cientista está mais preocupado em preservar paradigmas do que propriamente em falsificá-los. Por isso, é importante verificar o que os cientistas fazem, e procurar entender até que ponto o contexto da justificação passa a interferir no contexto da descoberta. Enfim, alterando-se as condições sociais, as atitudes diante dos fatos, altera-se o campo científico.

O modelo dos paradigmas, na área do direito, permite entender que essa inter-relação *sujeito-objeto* também tem repercussões nos diversos níveis do conhecimento jurídico, quais sejam, filosofia e teoria da ciência jurídica (pesquisa no âmbito da epistemologia jurídica), dogmática jurídica (pesquisa no âmbito da doutrina jurídica) e prática jurídica (pesquisa no campo da aplicação concreta do direito). Disso é exemplo a interferência recíproca entre os *complexos argumentativos* desenvolvidos sobretudo pela doutrina jurídica e pela prática judicial. Vale dizer, a ciência jurídica influi na prática, e a prática é incorporada pela ciência jurídica. Muitas vezes, também, a ciência jurídica (doutrina), sem resposta para questões práticas, procura legitimação na esfera da filosofia e da teoria da ciência jurídica (epistemologia).

É inegável que muitas condutas ilícitas são aceitas pela sociedade; outras, sem qualificação jurídica, têm relevância social. Esse descompasso torna o direito e a autoridade vulneráveis, pois há o risco do surgimento de outros canais de composição dos conflitos, desvinculados do Estado. Por isso, esses novos padrões de comportamento vão sendo incorporados pelo sistema jurídico. Isso ocorre a partir de decisões judiciais inovadoras (prática jurídica) ou na base do trabalho dos cientistas do direito (doutrina), que formam a chamada *communis opinio doctorum*. Assim sucedeu com o concubinato, comportamento questionável do prisma da moralidade pequeno-burguesa, mas que hoje ganhou relevo constitucional sob o nome de "união estável".

Quando os que atuam na prática jurídica não têm sensibilidade suficiente para captar novas tendências sociais, ou mesmo quando os chamados doutrinadores não revelam a necessária intuição para o desenvolvimento de modelos que contemplem a diversidade, o direito deixa de cumprir o papel de agente agregador, cedendo espaço para canais paralelos de composição dos conflitos, alguns já identificados por cientistas que desenvolvem trabalhos na linha do criticismo jurídico (Sousa Santos, 1990: 42-47). Nem sempre a absorção das reivindicações sociais pelos aparelhos jurídicos do Estado quer significar a banalização desses direitos. Por isso, investir na formação crítica de pesquisadores e bacharéis é tarefa das mais importantes, e que cumpre à universidade desenvolver.

A superação dos paradigmas jurídicos revela também um processo de persuasão para o qual o pesquisador e o profissional do direito têm de estar preparados. Nessa direção, confluem, igualmente, o campo da ética e o da retórica, entrelaçados desde a Antigüidade, como se vê em Aristóteles, mas que na pós-modernidade, depois do hiato da razão indefectível, ganha contornos mais precisos, sugerindo uma passagem do estágio da *ética da neutralidade científica* para a *ética da responsabilidade dos cientistas*. A verdade da ciência é mediada pela linguagem, a qual, por sua vez, é um produto cultural. No caso específico do direito, que opera na esfera dos valores, interessa não propriamente a verdade, mas a verossimilhança, a sintonia com aquilo que, por parecer certo, bom e correto, afigura-se, na base de um processo psicológico de transferência, como verdadeiro também.

Com efeito, para Aristóteles, a demonstração, que trabalha com as relações necessárias, presentes no silogismo, é adequada ao campo da lógica e das ciências exatas, ao passo que a dialética é própria daquilo que conhecemos hoje como ciências humanas, filosofia e teologia. A retórica, por último, presta-se às discussões no campo da política e dos tribunais. Em nenhuma delas é dado trapaçar, porque na dialética, que é somente um

jogo intelectual, o logro inviabiliza a disputa, enquanto na retórica, disciplina séria, ligada à arena social, o trapaceiro investe contra o próprio interesse da pólis, podendo levar à guerra ou à injustiça (Reboul, 1998: 34-39).

A questão da justiça está presente no direito desde os seus primórdios. Tanto é assim que o termo “direito” e o termo “justiça” são traduzidos pela mesma palavra grega: *dikaion*. O direito privado de moralidade pode ser válido, do ponto de vista de um positivismo lógico, ideológico ou conceitual, mas não tem sentido, pois é a aplicação da norma geral e abstrata, do conceito ao caso singular, que dá a dimensão do significado do direito. Essa análise sugere uma distinção entre o justo *legal* (*dikaion nominón*) e o justo natural (*dikaion physikón*), que ganha relevo quando a justiça, despida do aspecto sagrado, passa a ser vista como expressão da contingência, daquilo que muda para atender às necessidades de uma determinada sociedade.

Sem descer a maiores considerações acerca dos desdobramentos dessa distinção em Aristóteles – que se fez em outro trabalho, ainda inédito, a ser publicado pelo Departamento de Teoria Geral do Direito da PUC-SP (Fernandes de Souza, 2005: 1-20) –, mas buscando aplicá-la ao contexto da racionalidade cognitivo-instrumental do saber jurídico, que se inaugura com o eclipse da razão iluminista e com a tônica na ética da eficiência (Horkheimer, 2000-29-49), trata-se de saber agora até que ponto é possível conciliar o progresso da técnica com os imperativos da consciência ética.

A violência simbólica do discurso retórico, prescindindo do uso da força, mostra-se muito mais útil ao exercício do poder e à dominação do que a razão do mais forte (Bourdieu, 1989; 209-254). A retórica, no campo de uma racionalidade instrumental, posta a serviço da tecnologia, necessitaria, então, de um controle ético, sob pena de soçobrar valores como dignidade, respeito, solidariedade, tolerância e imparcialidade, imprescindíveis ao convívio humano. Sucede que a dificuldade em separar os diversos níveis de produção jurídica (teoria da ciência, dogmática jurídica e prática jurídica) torna difícil a discussão acerca de um controle ético do direito, o qual, por sua vez, é técnica de controle e intervenção social.

Em outras palavras, os modelos epistemológicos que constituem os paradigmas tradicionais da pesquisa no direito propõem o exame dos problemas relativos à doutrina e à prática jurídica na base do mesmo discurso envolvido naqueles problemas. A lógica do discurso pragmático, que se vê principalmente nas teorias de Habermas e de Robert Alexy, revela a tentativa de fundar uma metalinguagem epistemológica (teoria crítica da ciência) diversa da linguagem utilizada pelos atores jurídicos (doutrinadores, juízes, promotores, advogados e consultores). Pode-se dizer, então, que o direito está no caminho da superação de antigos paradigmas, incapazes de dar respostas às demandas da sociedade pós-moderna. A universidade tem um papel importante na legitimação destes novos modelos. **E**

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, PIERRE, *O PODER SIMBÓLICO*. TRADUÇÃO DE FERNANDO TOMAZ. LISBOA, DIFEL E ED. BERTRAND BRASIL S/A, 1989 (COLEÇÃO MEMÓRIA E SOCIEDADE).
- FERNANDES DE SOUZA, LUIZ SERGIO, *NOTAS SOBRE A JUSTIÇA E AS FORMAS DE JUSTIÇA NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA*. SÃO PAULO, 2005 (TEXTO INÉDITO).
- HORKHEIMER, MAX, *ECLIPSE DA RAZÃO*. SÃO PAULO, ED. CENTAURO, 2.000.
- KUHN, THOMAS, *A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS*. TRADUÇÃO DE BEATRIZ VIANNA BOEIRA E NELSON BOEIRA. SÃO PAULO, ED. PERSPECTIVA, 1982 (COLEÇÃO DEBATES, VOL. 115).
- REBOUL, OLIVIER, *INTRODUÇÃO À RETÓRICA*. TRADUÇÃO DE IVONE CASTILHO BENEDETTI. SÃO PAULO, ED. MARTINS FONTES, 1998
- SOUSA SANTOS, BOAVENTURA DE, *NOTAS SOBRE A HISTÓRIA JURÍDICO-SOCIAL DE PASSÁRGADA*, IN JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (ORG.), *O DIREITO ACHADO NA RUA*. BRASÍLIA, EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1990.

ÉTICA, COMPROMISSO E COMPETÊNCIA

Marcos T. Masetto*

*Professor Titular da PUC-SP e
da Universidade Presbiteriana Mackenzie*

A Comissão de Ética da Universidade, de modo geral, e com razão, se preocupa com as atividades de pesquisa e as condições básicas para que elas possam ser realizadas de modo a não ofender as pessoas, seus direitos, as comunidades humanas, seus valores, sua cultura, suas etnias, o meio ambiente e suas influências nas condições de vida da humanidade.

Ética e pesquisa envolvem o pesquisador em suas atividades de produzir o conhecimento, de desenvolver projetos novos, de desvendar mistérios da natureza e resolver problemas da vida humana e animal, do planeta terra, do mundo cósmico, interplanetário e intergaláctico.

Surge, então, uma pergunta: como fica a Ética quando se pensa no outro aspecto da atividade de pesquisa, que é seu lado de socialização e divulgação dos conhecimentos produzidos, em suas diferentes modalidades, e principalmente na atividade de docência? Somos bastante preocupados com a Ética quando se trata da pesquisa. Qual é, no entanto, o índice dessa preocupação quando se trata de sua socialização e divulgação?

Como disse acima, há várias modalidades de divulgação e socialização das pesquisas realizadas. Uma delas, institucional inclusive, é a docência, principalmente no Ensino Superior. Quais considerações sobre a ética caberiam na situação de um docente do Ensino Superior que se propõe a ser um socializador de pesquisas e novos conhecimentos em sua atividade profissional como professor?

I – Ética Profissional

Pensamos que podemos partir da noção mais ampla de ética profissional como aquela que estuda e regula o relacionamento de um profissional com aqueles a quem presta seus serviços, levando em conta a dignidade humana, os direitos de seus clientes, o respeito devido a eles e a oferta de uma competência para o exercício de seu serviço, buscando a construção do bem-estar das pessoas e da coletividade no contexto sócio-cultural onde exerce sua profissão.

É ainda consideração comum e corrente, nos dias de hoje, a defesa e a exigência de um comportamento profissional e cidadão de todos aqueles que

* Professor Associado Livre Docente da USP (aposentado).

prestam serviços à sociedade em qualquer ramo profissional.

Utilizados em conjunto, os adjetivos "cidadão" e "profissional" adquirem um sentido substantivado quando se constituem como as características fundamentais de um profissional, do qual é exigida a competência técnica aliada a uma dimensão política nas decisões profissionais.

Competência técnica e tecnologia atualizada se referem ao diagnóstico e encaminhamento de problemas e situações próprias de sua área de conhecimento; se referem à experiência e à prática conforme os últimos avanços científicos e tecnológicos em sua carreira profissional.

A dimensão política faz com que as soluções e encaminhamentos aos problemas e necessidades não sejam tomados apenas à luz das alternativas tecnológicas. Devem ser levados em conta os interesses e valores das pessoas e da coletividade humana, o meio ambiente que será atingido, a influência nos aspectos de vida, da cultura e da economia daquele grupo humano.

Em poucas palavras, exige-se de qualquer profissional que pautar sua atividade levando em conta a competência própria de sua área, aliada à visão das repercussões humanas, sociais, econômicas e culturais de suas atividades, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira.

Podemos nos colocar nessa perspectiva para analisarmos a influência de alguns aspectos da Ética sobre a atividade profissional do docente ou do professor.

O profissional da docência é essencialmente um profissional da educação, é um profissional educador em qualquer nível em que ele se coloque: seja nos primeiros anos de uma criança, seja nos anos de sua juventude, quando universitário, seja em suas atividades de pós-graduação. Em qualquer um destes níveis, está presente sua responsabilidade pela difusão do conhecimento. Como o fazer sob uma perspectiva ética?

II – Docentes como profissionais da educação

Culturalmente, nossa visão do docente passa pelas imagens do especialista em uma área do conhecimento e do comunicador capaz de transmitir essas informações a seus alunos.

O perfil do docente como profissional da educação é bem mais abrangente. Seus compromissos são com a formação de uma nova geração de cidadãos e de profissionais, com o desenvolvimento pessoal e social das pessoas com quem se relaciona, com o processo de aprendizagem "ao longo da vida" de seus interlocutores, em qualquer nível de escolaridade em que se encontrem, inclusive na pós-graduação, porque sempre são pessoas em desenvolvimento.

Na área da produção e socialização do conhecimento, esse perfil se expressa no domínio de informações atualizadas e especializadas, bem como numa atividade de pesquisa que busca novas informações, contrapõe-nas umas às outras, relaciona-as, discute-as, descobre um significado próprio e pessoal para elas. Integra-as ao seu mundo intelectual, compartilha-as e consegue delas fazer participantes seus pares e alunos, seus interlocutores. Compromisso com a busca e desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia em sua dimensão disciplinar, multi e interdisciplinar, superando a fragmentação do especialista.

Para socializar a pesquisa, há comportamentos éticos que antecedem a pesquisa, e outros comportamentos éticos que lhe sucedem e se colocam como a busca por melhores condições e oportunidades para que elas possam ser acessíveis aos seus alunos, conforme seus objetivos de formação.

A socialização da pesquisa atinge, em primeiro lugar, a área cognitiva do aluno. Neste aspecto, o professor poderia entender que, com a simples transmissão das novas informações descobertas, garantiria uma atitude ética.

A nosso ver, essa atitude é insuficiente como ética, pois o compromisso do docente é com o desenvolvimento de seus alunos em todos seus processos mentais de reflexão, análise, inferência, crítica, atribuição de significado às informações e de sua integração ao próprio mundo intelectual, bem como com sua aplicação às situações de vida pessoal, social e profissional. Não são suficientes a transmissão e memorização ou fixação de informações, que visam à sua reprodução.

Para que este compromisso ético com a socialização do conhecimento se concretize, o processo de aprendizagem significativa precisa estar aberto inclusive às outras três dimensões do desenvolvimento da pessoa humana: a área emocional, a área de habilidades, e a área de valores e atitudes.

O desenvolvimento do aspecto afetivo e emocional se expressa nas relações que se estabelecem entre alunos e professores, e procuram criar um clima de aproximação, confiança, diálogo, segurança, auto estima e incentivo à maturidade.

A aprendizagem de habilidades e competências, ou seja, do que fazer e de como utilizar as informações adquiridas, é uma extensão da área do conhecimento e integra decididamente a formação dos profissionais. No ensino superior, não se pode descuidar de que habilidades e competências humanas e profissionais encontrem espaço, tempo e oportunidades para que sejam desenvolvidas.

Ademais, em qualquer momento de nossas vidas, nós nos envolvemos com valores que orientam nossas decisões: valores familiares assumidos, rejeitados, emergentes, novos, de outros tempos, de outros lugares e de outros grupos com os quais convivemos.

Valores se encontram presentes na formação profissional quando, ao mesmo tempo em que informações profissionais são estudadas e encaminhamentos técnicos são propostos, não podemos nos furtar a considerar valores neles imbutidos e que afetam a vida e os interesses das pessoas, de grupos e comuni-

dades humanas, do meio ambiente, do mundo cultural, político, econômico e ético.

Desse processo abrangente e profundo da aprendizagem, deve ter consciência o docente como profissional da educação e assumi-lo, tal como é o comportamento ético dele esperado.

A noção de ética profissional pode ajudar a entender a afirmação acima, enquanto orienta um profissional, que não é apenas um "expert" num assunto, mas também um profissional da educação, a repensar seus relacionamentos com seus alunos e com a sociedade à qual presta seus serviços.

Na profissão docente, a ética se apresenta de modo que, ao mesmo tempo em que se preocupa com a socialização dos conhecimentos, preocupa-se também com a dignidade humana de todos os envolvidos no processo de aprendizagem, com os direitos de seus pares, dos alunos e futuros profissionais, bem como com o respeito devido a eles, com o exercício competente da docência, buscando a construção do bem estar das pessoas e da coletividade no contexto sócio-cultural onde exerce sua profissão.

Tal compromisso com a ética exige competência para ser assumido e realizado. Nesse ponto, encontramos outro pilar de nossa reflexão. Podem-se assumir compromissos, mas eles só serão efetivos se houver competência para realizá-los.

III - Compromisso e Competência

Continuando nossa reflexão, dizemos que uma atitude de compromisso é fundamental para um comportamento ético. Mas, esta atitude tornar-se-á muito frágil e, por vezes, inócua, caso não se fundamente em competência para realizá-lo.

Tratar de competência no âmbito do docente como profissional da educação lança a pensar nos campos de sua abrangência: a competência não será suficiente para transmitir informações e pesquisas. Há de se abrir um espectro maior para identificarmos essas competências.

Na área do conhecimento, a competência do profissional da educação abrange o domínio dos conhecimentos básicos de determinada área, assim como a sua atualização, especialização e pesquisa.

Parece-me importante chamar a atenção para a pesquisa como elemento fundamental da competência na área do conhecimento, porque estamos acostumados e culturalmente acordados de que a atualização e especialização são suficientes para a docência, e que a pesquisa será realizada pelo setor de pós-graduação (professores e alunos).

Nem sempre temos a clareza de que são aspectos fundamentais da pesquisa a contribuição pessoal, a reflexão própria sobre autores e sobre as teorias provindas de nosso mundo intelectual, de nossas experiências e vivências pessoais e profissionais, de nossa capacidade de crítica. Esses aspectos precisam estar orientados para fazer um contraponto com os estudos que fazemos das obras mais atuais sobre nossa área de conhecimento.

A transformação dessas nossas reflexões em documentos que permitam o seu intercâmbio com nossos pares, com nossos alunos, nos coloca num patamar diferenciado do professor repetidor dos autores clássicos, e apresenta nossa colaboração pessoal e intelectual sobre os assuntos que estamos estudando em nossas aulas.

À competência na área do conhecimento, acrescenta-se a competência na área pedagógica para a atividade do docente com profissionalismo educacional.

Tal competência abrange a abertura para valorizar o aspecto pedagógico na profissão docente, que envolve: compreender e colocar em prática um processo de aprendizagem, em substituição ao processo focado apenas no ensino; vivenciar com os alunos uma relação de parceria e co-responsabilidade no processo de aprendizagem; perceber a integração de sua disciplina com a organização curricular de seu curso e com as dire-

trizes curriculares vigentes; dominar e usar adequadamente os recursos da tecnologia educacional; experienciar novas propostas para o processo de avaliação, e fazer um planejamento de curso como instrumento de ação educativa.

Ter competência na área da extensão significa criar oportunidades para que os alunos consigam relacionar o aprendido em aula com as situações reais da sociedade em que vivemos, discutindo suas aplicações, projetos que podem ser desenvolvidos; a colaboração da ciência para o encaminhamento de problemas reais da população; incentivar ações de alunos junto à sociedade nos aspectos específicos da área de estudos.

Escritórios modelos, atendimento profissional gratuito à população, mas com dimensão profissional e acadêmica, juizados especiais cíveis, programa de saúde familiar, atuação junto à população para desenvolvimento de cidadania (por exemplo, direitos do consumidor), colaboração em projetos habitacionais e urbanísticos, em atividades educacionais em ambientes específicos, como carceragem, hospitais, meios de comunicação e movimentos sociais são alguns exemplos do que entendemos por extensão universitária.

O conceito de competência que estamos desenvolvendo não estaria completo sem sua dimensão política: o docente é um cidadão, participante e envolvido com sua comunidade, seu povo, sua nação, com responsabilidades próprias, como profissional, de colaborar com o desenvolvimento da qualidade de vida da população, especialista em ajudar a resolver os problemas que emperram ou dificultam a vida das cidades e de seus habitantes.

Em aula, ao mesmo tempo em que o aluno exige uma coerência de postura do professor entre o que ensina e como age em suas atividades profissionais na sociedade, não se concebe mais uma posição científica que se apresente como neutra, por não assumir nenhuma ideologia, como se isso fosse possível.

Abrir o diálogo e a crítica sobre as diferentes dimensões e valores que envolvem decisões técnicas dos problemas profissionais estudados é característica do docente como profissional da educação.

Ele não colabora apenas para a formação de um tecnólogo. Propõe-se a colaborar para a formação de um profissional-cidadão, que como tal, discute e encaminha os problemas de sua profissão levando em conta outras dimensões, como as antropológicas, éticas, econômicas, culturais e sociais, para além da dimensão técnica.

IV – Concluindo nosso trabalho

Voltando ao início de nossas reflexões, a ética profissional do docente estabelece um relacionamento entre professores, alunos e sociedade, levando em conta a dignidade humana, os direitos de seus parceiros e o respeito devido a eles, a oferta de uma competência para o exercício da docência, buscando a construção do bem estar das pessoas e da coletividade no contexto sócio-cultural onde exerce sua profissão.

Resumidamente, poderíamos dizer que entendemos por ética profissional do docente

sua postura de profissional da educação, que envolve:

- compromisso e competência acadêmica com relação ao conhecimento, sua atualização, produção e socialização;

- compromisso e competências nas profissões que exerce;

- compromisso e competência na arte pedagógica, pois esta é uma das especificidades de sua profissão como docente;

- atitudes de respeito aos alunos como pessoas adultas, honestidade intelectual, diálogo, parceria e co-responsabilidade no processo de aprendizagem;

- atitude de equipe com seus colegas docentes, entendendo que o processo educativo não se constrói apenas com pessoas ou atitudes individualistas;

- assumir explicitamente os valores éticos e de cidadania próprios das profissões que desempenha na sociedade.

Ética em pesquisa é fundamental; ética na docência, uma necessidade urgente. **B**

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÉTICA NA PESQUISA A PARTIR DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL¹

Maria Lucia Silva Barroco*

Professora de Ética Profissional

Breve histórico da Bioética

Como todas as conquistas da humanidade, a trajetória de defesa da ética na pesquisa - ora tratada como uma conquista no campo dos direitos humanos - é percorrida por inúmeras situações de desrespeito e violação dos direitos dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Seu debate - no espaço não somente das ciências humanas, mas no da ciência em geral - emergiu historicamente no âmbito da Bioética, inicialmente no campo da saúde, como resposta ao uso da ciência em experimentos com seres humanos. Seu desenvolvimento, porém, evidenciou que os dilemas ético-morais presentes nas diferentes práticas profissionais e científicas extrapolam as áreas médicas, exigindo a presença das demais áreas do conhecimento e a definição de critérios e princípios éticos normatizadores da pesquisa em geral.

No contexto das declarações e tratados internacionais de direitos humanos acordados no pós-guerra, tendo em vista as denúncias sobre os experimentos dos campos de concentração nazistas durante a segunda guerra mundial, foram criadas as bases históricas que legitimam a necessidade de criação

de parâmetros éticos universais relativos ao uso da pesquisa e das experiências científicas. O primeiro documento internacional nesta direção - o Código de Nuremberg - introduziu importantes recomendações éticas para a pesquisa com seres humanos, dentre elas, a importância de garantir o consentimento voluntário do sujeito da pesquisa e seu esclarecimento sobre o processo a que será submetido (Diniz e Guillem, 2005).

A década de 1960, conhecida por impulsionar a crítica social e política, é responsável pelo desenvolvimento tecnológico e pelas mudanças sócio-culturais que atingiram a família, os valores e os costumes tradicionais em geral. Essas mudanças foram desencadeadoras de lutas por direitos civis e políticos, como as dos movimentos de mulheres e negros. A crítica social rebate nas profissões e na universidade, trazendo questionamentos quanto às implicações das pesquisas clínicas terapêuticas e não terapêuticas para os seus sujeitos (Diniz e Guillem, 2005). Produzida pela Associação Médica Mundial, a Declaração de Helsinque, de 1964, busca enfrentar tais dilemas, passando por diversas revisões desde a sua criação².

* Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos (NEPEDH) e do Comitê de Ética em Pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP.

Surgiu em Seattle, em 1962, o primeiro Comitê de Bioética, ao mesmo tempo em que se verificava um conjunto de denúncias sobre experimentos médicos antiéticos. O Comitê foi instituído a partir de um avanço tecnológico da medicina – a criação da hemodiálise – e do conflito ético gerado a partir da existência de uma demanda maior do que a capacidade de atendimento, o que poderia resultar na morte dos usuários. A iniciativa foi pioneira porque ampliou o poder decisório para um Comitê composto por pessoas, em sua maioria, leigas em medicina (Lolas, 2001; Diniz, 2002).

Nesse momento, nos EUA, surgiam várias denúncias envolvendo práticas antiéticas em pesquisas científicas com seres humanos. Henry Beecher, médico anestesista que colecionava relatos de pesquisas científicas publicadas em periódicos internacionais, publicou, em 1966, um artigo: “Ética e investigação clínica”, mostrando que, de cem trabalhos publicados, doze apresentavam maus tratamentos ou violações éticas, evidenciando a discriminação e o desrespeito ao ser humano, e deixando clara a relação dessas práticas com pacientes em condições sociais subalternas. Por exemplo, mostrou que pesquisas realizadas com verbas de instituições públicas e empresas de medicamentos, em sua maioria desenvolvidas em universidades norte americanas, destinavam-se a uma população-alvo tida como “sub-humana”, tais como presidiários, idosos e pacientes de hospitais psiquiátricos, ou seja, indivíduos “incapazes de assumir uma atitude moralmente ativa diante do pesquisador e do experimento” (Diniz, 2002: 35).

Em meados dos anos de 1970, foi denunciada uma pesquisa realizada pelo Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos, no estado do Alabama. Ela envolveu quatrocentas pessoas negras portadoras de sífilis, as quais foram deixadas sem tratamento efetivo durante vinte e cinco anos – eram-lhes ministrados apenas placebos. A pesquisa tinha o intuito de avaliar a história natural da doença, embora a penicilina, que a pode bloquear, já houvesse sido descoberta durante a Segunda Guerra Mundial, ou seja, antes do

início da pesquisa. A sua denúncia tornou pública a forma mais bárbara de desrespeito aos direitos humanos das populações vulneráveis. Os participantes não foram sequer informados de sua participação no experimento; logo, não assinaram o termo de consentimento. O argumento dos médicos, por ocasião das denúncias, foi o de que “eles não saberiam a história natural da doença se não deixassem as pessoas morrerem” (Idem, 18).

Esses são apenas alguns exemplos da lógica utilitarista que dá suporte à ideologia que naturaliza a desigualdade social e racial, bem como justifica condutas antiéticas e criminosas em nome do avanço da ciência. Fundadas na discriminação, as escolhas “éticas” para tal procedimento são determinadas por juízos de valor que julgam ser natural que estratos subalternos e/ou indivíduos tidos como “inferiores” sirvam como cobaias em experimentos científicos. A reivindicação da ética na pesquisa médica surge exatamente porque parte da humanidade não concorda com essa lógica, com essa concepção e com essa prática.

Essas questões, aqui apenas sinalizadas, deixam evidente a multiplicidade de mediações que envolvem a reflexão sobre a ética na pesquisa. O desenvolvimento da Bioética, como resposta às demandas históricas resultantes de situações de discriminação e de desrespeito aos direitos humanos, já implicou a sua superação para além dos limites das ciências biomédicas, possibilitando que os dilemas presentes nas pesquisas com seres humanos e não humanos possam ser, hoje, situados de forma multidisciplinar, buscando-se, em suas vertentes mais progressistas, uma articulação entre o conhecimento, a ética e a política. Isso propicia um campo de alternativas críticas para pensar a relação entre ética, pesquisa e Serviço Social.

A reflexão ética: pressupostos

Em sua dimensão teórica, a ética se distingue do saber científico pela sua natureza filosófica, que lhe fornece um caráter crítico, dotado de juízos de valor. A reflexão ética convida a indagar sobre o que é bom, justo e legíti-

timo em relação às ações humanas; no campo da pesquisa, essa pergunta afirma a necessidade de explicitação dos valores e princípios que orientam as normas e deliberações sobre a pesquisa nos diferentes campos da ciência.

Em uma perspectiva de análise histórica, os valores e princípios adquirem significados diferentes, que variam de acordo com a direção social, ética e política objetivadas pela ação prática dos homens, em cada contexto histórico. Sendo assim, as perguntas de valor e suas respostas são produtos históricos de determinadas circunstâncias sociais.

Um mesmo valor pode ter diferentes significados e direções políticas dependendo da forma como é apreendido teoricamente e de acordo com sua função na vida social. Pode objetivar uma conquista humana e, ao mesmo tempo, ser sua própria negação. Entendido no processo de desenvolvimento histórico do homem como ser humano genérico, a autonomia do indivíduo, por exemplo, é um valor que só se torna possível na sociedade moderna; porém, ao mesmo tempo em que a autonomia permite a objetivação de conquistas humanas - pois recria alternativas aos sujeitos, liberando novas capacidades, ampliando suas capacidades de fruição, entre outras possibilidades -, também propicia o desenvolvimento do indivíduo alienado (Marx:1993), do indivíduo que se reproduz como negação de si mesmo. Sendo assim, um mesmo valor e princípio pode representar possibilidades de afirmação ou negação de si mesmo. O indivíduo burguês, dados os limites da sociabilidade burguesa, só pode se desenvolver universalmente, como totalidade, uma vez superadas as condições limitadas da sociedade que o engendrou.

Assim, a teleologia dos homens, dependendo de seus interesses de classe, de sua ideologia, de seu projeto de sociedade, também está orientada para finalidades opostas, embora se refiram a um mesmo valor, como é o caso da liberdade. Se ela é teologicamente orientada pelo utilitarismo ético, por exemplo, presente na ética mercantil, sua orientação de valor será dada pelo critério da utilidade, isto é, será considerado "bom" o

que for "útil" para determinados interesses inscritos na lógica do mercado capitalista. Se a ética estiver orientada por uma perspectiva emancipatória, sua concepção de liberdade demandará outro modo de fundamentação e outra forma de realização concreta.

A ética se objetiva como reflexão teórica e ação prática. Como reflexão teórica, nos chama a indagar filosoficamente sobre o valor das ações; reflete criticamente sobre o significado histórico do agir humano e sobre os fundamentos objetivos dos valores e princípios que orientam a prática social dos homens. Trata-se de um saber interessado; portanto, de um conhecimento que nega a neutralidade da ciência, exigindo um posicionamento ético do pesquisador, pois conhecemos objetivando um produto que seja valioso para determinado projeto que desejamos que se realize com nossa ação.

Como ação prática, a ética é a objetivação concreta dos valores, princípios, escolhas, deliberações e posicionamentos produzidos pela ação consciente dos homens em situações de afirmação/negação da vida, dos direitos e valores. Conceber a ética como uma ação crítica de um sujeito histórico que reflete teoricamente, faz escolhas conscientes, se responsabiliza, se compromete socialmente por elas e age praticamente para objetivá-las é conceber a ética como componente da práxis.

Refletir eticamente sobre a ética na pesquisa em Serviço Social supõe indagar se ela pode ser considerada uma ação capaz de estabelecer mediações práticas para a objetivação de escolhas e valores éticos, lembrando que as opções são relativas a condições históricas determinadas socialmente e que nossos parâmetros éticos são dados, especialmente, pelo nosso Código de Ética Profissional.

O significado histórico da pesquisa para o Serviço Social

Convém destacar que o reconhecimento do assistente social como um interlocutor qualificado para dialogar com diferentes áreas do conhecimento e um profissional

competente para investigar e produzir conhecimentos sobre suas áreas de trabalho é parte de um conjunto de conquistas profissionais construídas pelo Serviço Social brasileiro a partir dos anos de 1970.

De fato, é no processo de ruptura com as suas bases tradicionais que o Serviço Social construiu e conquistou a sua legitimação como profissão qualificada academicamente para a pesquisa e o debate com outras áreas de conhecimento, o que implicou a superação do empirismo, do pragmatismo, das concepções positivistas e funcionalistas que marcam a trajetória da profissão. Como mostra Netto (1991), em sua análise das determinações do processo de ruptura do Serviço Social brasileiro com o conservadorismo profissional, entre outros aspectos, a inserção acadêmica de assistentes sociais durante a ditadura tornou possível a interação intelectual crítica com investigadores de outras áreas e a dedicação à pesquisa, sem as demandas imediatas do trabalho profissional. É nesse contexto, também, que começaram a ser criados os cursos de pós-graduação e especialização em Serviço Social, desempenhando papel fundamental na qualificação profissional para a pesquisa e para a produção de conhecimentos sobre o trabalho profissional. Para isso, também cumprem importante papel as entidades de representação profissional, especialmente a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), responsável pela reforma curricular de 1982 e pelas revisões posteriores.³

Na década de 1990, no Brasil, com a instituição das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos; a Resolução 196/1996, foi criada a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). Ampliou-se o âmbito das áreas de conhecimento envolvidas na ética em pesquisa, surgindo uma nova demanda para todos os centros de pesquisa do país, incluindo hospitais universitários, universidades, centros de pesquisa e ONGs, no sentido de instituírem Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), para acompanhar todas as pesquisas que envolvam seres humanos.⁴

A experiência investigativa e a vivência em Comitês de Ética apresentam-se como

espaços em que a ética se objetiva por mediações que exigem posicionamentos e respostas profissionais, podendo se constituir em espaços de afirmação ou de negação da ética e dos direitos humanos.

O Serviço Social e a ética na pesquisa

A resolução 196/96 coloca aspectos importantes quanto à defesa dos direitos humanos dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Dentre eles, estão: a elaboração do termo de consentimento livre e esclarecido; no caso de crianças e adolescentes, opta-se pelo termo de assentimento; o cuidado em relação aos riscos da pesquisa; às formas de recrutamento dos sujeitos; o ressarcimento dos gastos pessoais e a indenização por danos decorrentes de participação dos sujeitos; o estabelecimento de critérios éticos para a quebra de sigilo; a avaliação da relevância social da pesquisa e da confiabilidade sobre a origem das informações (Diniz e Guillem, 2005).

Os parâmetros éticos orientadores das decisões do Serviço Social em relação à pesquisa são buscados no Código de Ética Profissional (1993), que indica como valores e princípios fundamentais: *a liberdade, valor ético central, as demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo; a defesa e aprofundamento da democracia; o posicionamento em favor da equidade e da justiça social* (Conselho Federal de Serviço Social, 1993).

Com base em nosso Código de Ética e na concepção ética aqui sumariamente indicada⁵, podemos apontar algumas questões para articular essa reflexão ao Serviço Social.

Entendemos que é pertinente partir da identificação dos sujeitos de nossas pesquisas, o que já remete à sua consideração como sujeitos pertencentes a um universo de vulnerabilidade e/ou exclusão social. Em outros termos, são sujeitos oriundos de uma condição social determinada por sua inserção econômica, política e cultural, que os torna vulneráveis

a determinados riscos. Devem ser levados em conta na pesquisa riscos como, por exemplo, a falta de informação, a falta de acesso a políticas básicas de saúde, educação, trabalho, habitação, a cultura conservadora que legitima a relação de subalternidade e de poder entre o saber popular e o científico, entre outros.

Avaliações sobre pesquisas internacionais com populações de países considerados “pobres e em desenvolvimento”, como a África, mostram o quanto eles são fragilizados em relação à ética mercantil, que determina as pesquisas com medicamentos desencadeadas pelas grandes corporações. Permite-se, assim, que estudos considerados inaceitáveis em países desenvolvidos sejam realizados em países de “terceiro mundo”, o que se denomina “duplo standard em pesquisa” (Diniz e Guillem, 2005). Nessa perspectiva, os autores que defendem tal posição consideram que “a desigualdade de renda é um dado constitutivo de nossas sociedades, portanto, uma estrutura social anterior à pesquisa científica. Sob este argumento, o pesquisador deveria considerar como éticos os parâmetros socialmente disponíveis de tratamento e cuidados em saúde e não necessariamente o que exista de melhor dentre as possibilidades científicas” (Idem).

Trata-se, assim, da reprodução da desigualdade no campo da pesquisa em saúde pública, evidenciando a frágil condição das populações que são alvo de nossa atuação como assistentes sociais. Por tal determinação, um dos valores fundantes da Bioética, a autonomia do sujeito da pesquisa, mercede ser tratada historicamente, em seu significado concreto, na vida social. Segundo nosso Código de Ética, a autonomia está vinculada à liberdade e à alteridade, o que supõe a negação da discriminação, do preconceito, o respeito aos valores dos sujeitos, aos seus costumes e hábitos, com destaque para a questão do sigilo profissional, nas várias etapas da pesquisa. Segundo o Código, o assistente social deve se empenhar na “eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”, sendo vedado, ao assistente

social, “exercer sua autoridade de modo a limitar ou a cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre os seus interesses” (CFESS, 1993: 11).

Traduzidos para o âmbito da atividade investigativa, a objetivação de tais valores exige a garantia do acesso do sujeito às informações necessárias à sua participação na pesquisa, especialmente quanto ao uso de seus resultados, ao sigilo profissional relativo às várias etapas da pesquisa; posicionamento e respeito aos seus valores, hábitos e costumes; estabelecimento de relações democráticas, não discriminatórias, não autoritárias, entre outros. Nesse sentido, o código de ética é claro quando afirma que o assistente social deve:

- a) Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais;
- b) Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento de seus interesses;
- c) Informar a população usuária sobre a utilização de materiais de registro áudio-visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos (CFESS: 1993: 15).

A alteridade ou o respeito ao outro exige especial atenção quanto aos resultados da pesquisa; tratando-se de uma problemática complexa, tendo em vista que raramente a população alvo tem acesso ao produto da investigação, especialmente quando se trata de pesquisas no campo das ciências humanas. Nessa direção, coloca-se uma outra questão relevante para as ciências humanas e sociais: diz respeito às interpretações feitas com os dados das entrevistas, muitas vezes sem a preocupação com as necessidades do informante, com imposições que podem violar valores e costumes, com distorções na interpretação dos dados ou sem assegurar

a proteção da população no sentido do seu anonimato. Muitas vezes, também observamos uma postura incorreta, do ponto de vista ético, de alunos, ou mesmo profissionais, quando se dirigem aos sujeitos da pesquisa, sem o devido respeito à sua privacidade, à sua disponibilidade e às suas necessidades.

A ética na pesquisa demanda cuidados em todo o processo de formação profissional, desde a graduação; com isso, evitaríamos muitos problemas que adensam, cotidianamente, as condições degradantes da educação no Brasil, especialmente fortalecidas com a privatização do ensino público e a fragmentação das políticas sociais em geral, a partir da implementação das políticas neoliberais. Tais problemas se revelam em trabalhos de iniciação científica, de conclusão de curso, em dissertações de mestrado e teses de doutorado. Muitas vezes, trabalhos nesses níveis apresentam problemas de plágio, de utilização não responsável de citações, de citações de modo tendencioso - retirando-as de um contexto e colocando-as em outro, que resulta na adulteração das citações originais -, entre outros. Mas, favorecidos pelo uso da tecnologia e pela multiplicação em meios eletrônicos, esses problemas éticos também incidem sobre a comunicação científica, levando a formas mais sofisticadas de plágio e falta de rigor no tratamento da pesquisa e do conhecimento em geral.

Débora Diniz (2005) trata das violações éticas nesse campo a partir da noção de *interdito*, qualificando sua violação como crime. Para ela, segundo o *ethos* científico, em todas as áreas do conhecimento, existem dois tipos de interdito que não podem ser violados: o reconhecimento da autoria e o registro das fontes; quem não reconhece o primeiro comete o crime de plágio; quem não reconhece o segundo comete o crime de falsidade argumentativa. Assim, para a autora, a postura ética exige do pesquisador a obediência a essas regras mínimas.⁶

Na relação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, nas questões postas pela própria pesquisa, são desvelados dilemas cujo enfrentamento leva a novas relações materiais ou ideais. Sua realização pode ter como resul-

tado a objetivação de um valor, de uma prática, de um direito, enfim, de algo valoroso do ponto de vista ético e político; mas, também pode produzir uma resposta que oculta as contradições reveladas e não objetiva valores éticos considerados positivos, constituindo-se em uma prática viabilizadora de um desvalor ou da negação de um valor ou de um direito.

O contexto do capitalismo "global", com seu desenvolvimento tecnológico e seu nível inusitado de desumanização coloca grandes questões éticas à humanidade. A ciência, com o desenvolvimento da tecnologia, traz novas indagações a partir da genética, da clonagem, do genoma humano, do uso dos transgênicos, só para citar alguns deles. A vinculação entre a ética, a pesquisa e os direitos humanos, concebidos historicamente, coloca a defesa de tais valores como uma bandeira de luta dos diversos movimentos que atuam na defesa da vida, em suas mais diversas expressões. É o que tem ocorrido, por exemplo, com os movimentos sociais que participam do Fórum Social Mundial (FSM), que propõem conduzir a ciência a partir dos valores que motivam o FSM, em oposição a uma ciência dirigida pelos interesses do mercado (Lacey, 2002: 123), e debatem criticamente o poder da tecnociência, no contexto de difusão ideológica do progresso do conhecimento e de exarcebamento do saber instrumental a serviço do mercado capitalista (Testart, 2002).

A ética na pesquisa, envolvendo relações humanas valorizadoras da reciprocidade, do respeito, da autonomia e do acesso à informação por parte dos seus sujeitos, expressa uma ética que se opõe à mercantilização das relações humanas; pertence, pois, a uma concepção de mundo que tem como suporte um projeto societário emancipador. Nesse sentido, seus valores remetem à história social dos direitos humanos, tratados em sua trajetória, na sociedade burguesa, a partir das lutas dos trabalhadores, dos movimentos socialistas, revolucionários e libertários, na defesa da liberdade, da justiça social, na direção da construção de uma nova sociedade, "que propicie a vivência de novos valores, o que, evidentemente supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação" (CFESS: 1993; 10). ■

BIBLIOGRAFIA

- ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *REVISTA TEMPORALIS* 02. BRASÍLIA, ABEPSS, 2000.
- BARROCO, M. LUCIA S. , *ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS*. SÃO PAULO, CORTEZ, 2001.
- _____. *ÉTICA, PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL. REVISTA TEMPORALIS: 09*. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS), BRASÍLIA, ANO V, 2005.
- _____. "A INSCRIÇÃO DA ÉTICA E DOS DIREITOS HUMANOS NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL" IN *REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE 79 ANOS XXV*, SÃO PAULO, CORTEZ, 2004.
- _____. *ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE*, IN *REVISTA PRESENÇA ÉTICA*; 03, GÉPE, RECIFE, UFPE, 2003.
- _____. *ÉTICA E SOCIEDADE*, BRASÍLIA, CFESS, 2000.
- _____. "DIREITOS HUMANOS E DESIGUALDADE" IN *AS NOVAS FACES DA BARBÁRIE CAPITALISTA; DESIGUALDADE SE COMBATE COM DIREITOS. CONFERÊNCIAS E DELIBERAÇÕES DO 31 ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS*, BRASÍLIA, CFESS, 2003.
- _____. "OS FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA ÉTICA" IN *CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL, MÓDULO 02: REPRODUÇÃO SOCIAL, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL*, BRASÍLIA, CFESS/ABEPSS/CEAD, UNB, 1999.
- _____. E BRITES, CRISTINA M. "NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM ÉTICA E DIREITOS HUMANOS" IN *TEMPORALIS*, ANO III, Nº 5, JANEIRO A JUNHO DE 2002. BRASÍLIA: ABEPSS, 2002.
- BONETTI, DILSEA, A ET ALII (ORGS) *SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA: CONVITE A UMA NOVA PRÁXIS*. SÃO PAULO, CORTEZ, CFESS: 1996.
- _____. "PROJETO DE INVESTIGAÇÃO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL. DETERMINANTES HISTÓRICOS E PERSPECTIVAS", IN *REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE*, 14, CORTEZ, SÃO PAULO, 1984.
- BRITES, CRISTINA, M. E SALES, MIONE A, *ÉTICA E PRÁXIS PROFISSIONAL*. BRASÍLIA, CFESS, 2000.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - *CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS*. BRASÍLIA, CFESS, 1992.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS), COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP). *RESOLUÇÃO 196/1996. NORMAS PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS*. CNS, 1996.
- DINIZ, DÉBORA E GUILHEM, DIRCE. *O QUE É BIOÉTICA*, BRASILIENSE, COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS, SÃO PAULO, 2002.
- _____. "A ÉTICA NA PESQUISA NO BRASIL". IN DINIZ, D. E GUILHEM, D E SCHUKLENK, U. (EDS). *ÉTICA NA PESQUISA: EXPERIÊNCIA DE TREINAMENTO EM PAÍSES SUL-AFRICANOS*. BRASÍLIA, LETRAS LIVRES, EDITORA UNB, 2005.
- DINIZ, DÉBORA. "BIOÉTICA: UM NOVO CONCEITO", IN *A ÉTICA NOS GRUPOS: CONTRIBUIÇÃO DO PSICODRAMA*. ÁGORA, SÃO PAULO, 2002.
- _____. "A ÉTICA E O ETHOS DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA". IN DINIZ, D. E GUILHEM, D E SCHUKLENK, U. (EDS). *ÉTICA NA PESQUISA: EXPERIÊNCIA DE TREINAMENTO EM PAÍSES SUL-AFRICANOS*. BRASÍLIA, LETRAS LIVRES, EDITORA UNB, 2005.
- JACQUARD, ALBERT. *PEQUENO MANUAL DE FILOSOFIA PARA NÃO FILOSOFOS*. LISBOA; TERRAMAR: 1997.
- HELLER, AGNES. *O QUOTIDIANO E A HISTÓRIA*. RIO DE JANEIRO, PAZ E TERRA, 1972.
- _____. *SOCIOLOGIA DE LA VIDA COTIDIANA*. BARCELONA, PENÍNSULA, 1977.
- LACEY, HUGH. "A TECNOCÊNCIA E OS VALORES DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL" IN LOUREIRO, I. ET ALII (ORGS.) *O ESPÍRITO DE PORTO ALEGRE*. SÃO PAULO, PAZ E TERRA, 2002.
- LOLAS, FERNANDO. *BIOÉTICA, O QUE É, COMO SE FAZ*. SÃO PAULO, LOYOLA, 2001.
- LUKÁCS, G. "AS BASES ONTOLÓGICAS DA ATIVIDADE HUMANA" IN *TEMAS*; 04. SP, CIÊNCIAS HUMANAS: 1978.
- MARX, K. *MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS (1844)*. LISBOA, AVANTE, 1993.

NETTO, JOSÉ P. "RAZÃO, ONTOLOGIA E PRÁXIS", IN *REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE*; 44. SÃO PAULO, CORTEZ, 1994.

_____. "A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À CRISE CONTEMPORÂNEA" IN *CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: MÓDULO I: CRISE CONTEMPORÂNEA, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL*. BRASÍLIA: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

_____. *DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL PÓS-64*. SÃO PAULO, CORTEZ, 1991.

TESTARD, JACQUES. "GENÉTICA E CONTROLE CIDADÃO". IN LOUREIRO, ISABEL, ET ALII (ORGS.) *O ESPÍRITO DE PORTO ALEGRE*. RIO DE JANEIRO, PAZ E TERRA, 2002.

NOTAS

- 1 Parte deste trabalho foi publicado em Barroco (2005). Este artigo é uma versão modificada.
- 2 Tokyo (1975); Veneza (1983); Hong Kong (1989); Somerst West (1996); Edinburgh (2000); Washington (2002); Helsinque (2004) (Diniz e Guillem, 2005).
- 3 Tendo como marcos históricos o Novo Currículo (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), as Diretrizes Curriculares (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os Códigos de Ética (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social) e a Lei de Regulamentação da Profissão, implementados a partir das décadas de oitenta e noventa, o Serviço Social incorpora a pesquisa como parte das atribuições profissionais, concebidas como totalidade organicamente articulada por dimensões técnicas, teóricas, práticas, éticas e políticas.
- 4 Segundo dados de Diniz e Guillem, de 2005, existem no Brasil cerca de quatrocentos CEPs.
- 5 Consultar Barroco (2001).
- 6 Quanto à prática de citar fontes que não foram lidas, como lembra Diniz, "uma prática recorrente", pode levar a sérios inconvenientes, pois: "Citar uma fonte que não foi lida é considerá-la a partir de outra fonte, ou seja, é confiar que a interpretação de uma fonte sobre outra fonte corresponde aos argumentos originais [...] citar uma fonte que não foi lida é falsear argumentos; é mentir. Assim como plagiar documentos e idéias é roubar. Não se rouba nem se mente no campo da ciência. Ou pelo menos não se faz isso entre a comunidade de cientistas confiáveis" (Diniz: 2005).

A ÉTICA E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HOJE*

Mario Sergio Cortella**

*Professor-Titular do Departamento de Teologia
e Ciências da Religião da PUC-SP*

Ressaltemos desde o início: a ética é uma questão absolutamente humana!

Só se pode falar em ética quando se fala em humano, porque a ética tem um pressuposto: a possibilidade de escolha. A ética pressupõe a possibilidade de decisão, ética pressupõe a possibilidade de opção.

É impossível falar em **ética** sem falar em **liberdade**. Quem não é livre não pode, evidentemente, ser julgado do ponto de vista da ética. Outros animais, ao menos nos parâmetros que utilizamos, agem de forma instintiva, não deliberada, sem uma consciência intencional. Cuidado. Há quem diga: "Eu queria ser livre como um pássaro"; lamento profundamente, pois pássaros não são livres, pássaros não podem não voar, pássaros não podem escolher para onde voam, pássaros são pássaros. Se você quiser ser livre, você tem de ser livre como um humano. Pensemos em algo que pode parecer extremamente horroroso: como disse Jean-Paul Sartre, nós somos condenados a ser livres.

Da liberdade, vêm as três grandes questões éticas que orientam (mas também

atormentam, instigam, provocam e desafiam) as nossas escolhas: *Quero? Devo? Posso?*

Retomemos o cerne: o exercício da ética pressupõe a noção de liberdade. Existe alguém sobre quem eu possa dizer que não tem ética? É possível falar que tal pessoa "não tem ética"? Não, é impossível. Você pode dizer que ele não tem uma ética como a tua, você pode dizer que ele tem uma ética com a qual você não concorda, mas é impossível dizer que alguém não tem ética, porque ética é exatamente o modo como ele compreende aquelas três grandes questões da vida: devo, posso, quero?

Tem coisa que eu devo mas não quero, tem coisa que eu quero mas não posso, tem coisa que eu posso mas não devo. Nessas questões, vivem os chamados dilemas éticos; todas e todos, sem exceção, temos dilemas éticos, sempre, o tempo todo: devo, posso, quero? Tem a ver com fidelidade na sua relação de casamento, tem a ver com a sua postura como motorista no trânsito; quando você pensa duas vezes se atravessa um sinal vermelho ou não, se você ocupa uma vaga quando vê à distância que alguém está dando sinal de que ele vai querer entrar; quando você vai

* Este texto, resultante de exposição oral, guarda proposadamente características coloquiais; teve uma versão publicada no BIS (Boletim Instituto de Saúde/2005) e será completado para compor um capítulo de livro em fase de elaboração pelo autor.

** Filósofo, com Mestrado e Doutorado em Educação pela PUC-SP; professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (Currículo); foi Secretário Municipal de Educação de São Paulo (1991-1992), e é autor, entre outros livros, de *A Escola e o Conhecimento (fundamentos epistemológicos e políticos)*, 10 ed, São Paulo: Cortez, 2006.

fazer a sua declaração de Imposto de Renda; quando você vai corrigir provas de um aluno ou de um orientando seu; quando você vai cochilar depois do almoço, imaginando que tem uma pia de louça que talvez seja lavada por outra pessoa, e como você sabe que ela lava mesmo, e que se você não fizer o outro faz, você tem a grande questão ética que é: devo, posso, quero?

Por exemplo, quando se fala em bio-ética: podemos lidar com clonagem? Podemos, sim. Devemos? Não sei. Queremos? Sim. Clonagem terapêutica, reprodutiva? É uma escolha. Posso eu fazer um transplante intervivos? Posso. Devo, quero? Tem coisa que eu devo, mas não quero; aliás, a área de Saúde, de Ciência e Medicina, é recheada desses dilemas éticos. Tem muita coisa que você quer, mas não pode, muita coisa que você deve, mas não quer.

Na pesquisa, já imaginou? Por que montamos comitês de pesquisa, por que a gente faz um curso sobre ética na pesquisa? Porque isso é complicado, e se fosse uma coisa simples, a gente não precisava fazer curso, não precisava estudar, não precisava se juntar. É complicadíssimo, porque estamos mexendo com coisas que têm a ver com a nossa capacidade de existir. Quando se pensa especialmente no campo da ética, a relação com a liberdade traz sempre o tema da decisão, da escolha.

Por que estou dizendo isso? Porque não dá para admitir uma mera repetição do que disseram muitos dos generais responsáveis pelo holocausto e demais atrocidades emanadas do nazismo dos anos de 1940. Exceto um que assumiu a responsabilidade, todos usaram o mesmo argumento em relação à razão de terem feito o que fizeram. Qual foi? "Eu estava apenas cumprindo ordens".

"Estava apenas cumprindo ordens", isso me exime da responsabilidade? Estava apenas obedecendo... Essa é uma questão séria, sabe por quê? Porque "estava apenas cumprindo ordens" implica a necessidade de pensarmos se a liberdade tem lugar ou não.

Ética tem a ver com liberdade, conhecimento tem a ver com liberdade, porque conhecimento tem a ver com ética.

Por isso, se há algo que também é fundamental quando se fala em ciência, ética na pesquisa e produção do conhecimento, é a noção de integridade. A *integridade* é o cuidado para se manter inteiro, completo, transparente, verdadeiro, sem máscaras cínicas ou fissuras.

Nessa hora, um perigo se avizinha: assumir-se individual ou coletivamente uma certa "esquizofrenia ética". Ela desponta quando as pessoas se colocam não como inteiras, mas repartidas em funções que pareceriam externas a elas. Exemplos? "Eu por mim não faria isso, mas, como eu sou o responsável, tenho de fazê-lo". Ora, eu não sou eu e uma função, eu sou uma inteireza, eu não sou eu e um professor, eu e um pesquisador, eu e um diretor, eu e um Secretário, eu sou um inteiro. "Eu por mim não faria", então eu não faço!

Cautela! Coloca-se um estilhaçamento da integridade: "Eu, por mim, não lhe reprovaria, mas como eu sou seu professor, eu tenho que reprovar"; "Eu, por mim, não lhe mandaria embora, mas como eu sou seu chefe..."; "Eu, por mim, não lhe suspenderia, mas como eu sou seu superior..."; "Eu, por mim, não faria isso, mas como eu sou o contador..."; "Eu, por mim, não faria isso, mas como eu sou o responsável pelo laboratório...": "Eu por mim não faria", então eu não faço; "Eu por mim não lhe reprovaria", então não reprovoo. De novo: eu não sou eu e uma função, eu não sou eu e um pesquisador, eu e um chefe do laboratório, eu e um diretor de instituto, eu e um Secretário...

O esboroamento da integridade pessoal e coletiva é a incapacidade de garantir que a "casa" fique inteira, e para compreender melhor a idéia de "casa íntegra", vale fazer um breve passeio pelas palavras.

Talvez as pessoas que estudaram um pouco de etimologia se lembrem que a palavra *ética* vem pra nós do grego *ethos*, mas *ethos*, em grego, até o século VI a. C., sig-

nificava *morada do humano*, no sentido de caráter ou modo de vida habitual, ou seja, o nosso lugar. *Ethos* é aquilo que nos abriga, aquilo que nos dá identidade, aquilo que nos torna o que somos, porque a sua *casa* é o modo como você é, onde está a sua marca.

Mais tarde, esse termo para designar também o espaço físico foi substituído por *oikos*. Aliás, o conhecimento mais valorizado na sociedade grega era o que cuidava das regras da casa, para a gente poder viver bem e para deixar a casa em ordem. Como o vocábulo *nomos* significa “regra” ou “norma”, passou-se a ter a *oikos nomos* (a economia) como a principal ciência.

No entanto, a noção original de *ethos* não se perdeu, pois os latinos a traduziram pela expressão *more*, ou *mor*, que acabou gerando pra nós também uma dupla concepção; uma delas é “morada”, e a outra, que vai ser usada em latim, é o lugar onde você morava, o seu *habitus*. Olha só, a expressão “o hábito faz o monge” não tem a ver com a roupa dele, *habitus*; *habitus* é exatamente onde nós vivemos, o nosso lugar, a nossa habitação.

Quando se pensa em ética e produção do conhecimento hoje, a grande questão é: como está a nossa possibilidade de sustentar a nossa integridade; essa integridade, como se coloca? A integridade da vida individual e coletiva, a integridade daquilo que é mais importante, porque uma casa, *ethos*, tal como colocamos, é aquela que precisa ficar inteira, é aquela que precisa ser preservada.

Como está a morada do humano? Essa morada do humano desabriga alguém? Alguém está fora da casa, alguém está sem comer dentro dessa casa? Alguém está sem proteção à sua saúde, alguém está sem lazer dentro dessa casa? Essa morada do humano é inclusiva ou é exclusiva? Essa morada do humano lida com a noção de qualidade em ciência, ou lida com a noção de privilégio? Cuidado. Duas coisas que se confundem muito em ciência são qualidade e privilégio; qualidade tem a ver com quantidade total, qualidade é uma noção social, qualidade social só é representada por quantidade total. Qualida-

de sem quantidade não é qualidade, é privilégio. São Paulo é uma cidade em que se come muito bem, é verdade; quem come, quem come o quê? Qualidade sem quantidade total não é qualidade, é privilégio. Todas as vezes em que se discute essa temática, aparece a noção de uma qualidade restrita, e qualidade restrita, reforçemos, é privilégio. Nesse sentido, a grande questão volta: será que, na morada do humano, alguém está desabrigado? Será que essa casa está inteira, ela está em ordem nessa condição?

Nessa nossa casa, quando a gente fala em cuidado, é o mesmo que falar em saúde; aliás, quando digo: “eu te saúdo”, ou, “queria fazer aqui uma saudação”, etimologicamente é a mesma coisa. Saudar é procurar espalhar a possibilidade de cuidado, de atenção, de proteção. Nossa casa, que casa é essa? Há nela saúde? A ética é a morada do humano; como essa casa é protegida? Qual é o lugar da ciência dentro dela? Qual é o papel que ela desempenha? Qual é a nossa tarefa nisso, para pensar exatamente aquelas três questões: posso, devo, quero?

É claro que essas questões e suas respostas não são absolutas, elas não são fechadas, elas são históricas, sociais e culturais. A mesma pergunta não seria feita do mesmo modo há vinte anos; a grande questão no nosso país há cento e cinquenta anos, a grande questão ética há cento e cinquenta anos era se eu podia açoitar um escravo e depois cuidar dele, ou só açoitá-lo e deixá-lo pra ser cuidado pelos outros; se eu poderia extrair o dente de alguém, se é mais recomendável para o dentista que ele faça a extração ou que ele tente o tratamento. Há alguns anos, algumas décadas, uma discussão de natureza ética era algo que nem passaria pela cabeça de um dentista. A pessoa chegava ao seu consultório e dizia: “Eu quero que o senhor arranque todos os meus dentes”. Ele respondia: “Tá bom”; hoje, você tem outra questão. O mesmo vale em relação ao uso de contraceptivos ou à legalização do aborto consentido, ou ainda sobre a separação entre princípios religiosos e conduta científica.

Quando se pensa na manutenção da integridade, do devo, posso e quero, a grande

questão, junto com essa tríade, é se estamos dirigindo, como critério último, a proteção da morada do humano, da morada coletiva do humano. Afinal de contas, não somos humanos e humanas individualmente, pois só o somos coletivamente. Fala-se muito em vivência, quando referimos a vida humana; no entanto, o mais correto seria sempre dizer *convivência*, pois ser humano é ser junto.

Desse modo, a noção de *ethos*, a noção de morada do humano, oferece um critério para responder ao posso, devo e quero, que é: protejo eu a morada ou desprotejo? Incluo ou excluo? Vitimo ou cuido?

Em um livro delicioso e de complexa leitura, *Ética da Libertação*, Enrique Dussel escreve sobre um percurso da história da ética dentro do mundo. Começa exatamente mostrando o lugar que a reflexão ética ocupa na história humana, mas conclui com algo que alguns até achariam curioso, hoje: ele não aceita a noção do termo *exclusão*, ou falar em *excluídos*, porque acha que a noção de excluído é muito pequena e insuficiente. Dussel, ao pensar a Ética e os processos sociais, econômicos e culturais, trabalha com a noção de *vítimas*: as vítimas do sistema, as vítimas da estrutura. Pensa ele que, quando se fala em excluído, dá-se a impressão de que é uma coisa um pouco marginal, lateral, enquanto *vitimação* é uma idéia mais robusta e incisiva.

A principal virtude ética nos nossos tempos, para poder manter a integridade e cuidar da casa, da morada do humano, é a incapacidade de desistir, é evitar o apodrecimento da esperança, é evitar aquilo que padre Antonio Vieira apontou, no começo de um de seus Sermões, da seguinte maneira: “O peixe apodrece pela cabeça”. Já viu um peixe apodrecer? Tal como algumas pessoas, ele apodrece da cabeça para o resto do corpo...

Um olhar sobre a ética em ciência e na pesquisa tem uma finalidade: manter a nossa vitalidade, manter a nossa vitalidade ética, mostrar que nós estamos preocupadas e preocupados, que a gente não se conforma com a objetividade tacanha das coisas, que a

gente não acha que as coisas são como são e não podem ser de outro modo, que a gente não se rende ao que parece ser imbatível.

Ser humano é ser capaz de dizer não, ser humano é ser capaz de recusar o que parece não ter alternativa, ser humano é ser capaz de afastar o que parece sem saída. Ser humano é ser capaz de dizer não, e só quem é capaz de dizer não pode dizer sim; aí está a nossa liberdade. Tem gente que diz assim: “Ah, a minha liberdade acaba quando começa a do outro”; cuidado, a minha liberdade acaba quando acaba a do outro. Liberdade, como saúde, tem de ser um conceito coletivo, a minha liberdade não acaba quando começa a do outro, a minha liberdade acaba quando acaba a do outro. Se algum humano não for livre, ninguém é livre, se algum homem ou mulher não for livre da falta de trabalho, ninguém é livre; se algum homem ou mulher não for livre da falta de socorro, de saúde, ninguém é livre; se alguma criança não for livre da falta de escola, ninguém é livre; a minha liberdade não acaba quando começa a do outro, minha liberdade acaba quando acaba a do outro. Ser humano é ser junto, e é em relação a isso que vale pensarmos nossa capacidade de dizer não a tudo que vitima e sermos capazes de proteger o que eleva a Vida.

O vínculo da Ética com a Produção do Conhecimento está relacionado à capacidade deste de cuidar daquela, isto é, manter a integridade digna da vida coletiva.

Ética é a possibilidade de recusar a falência da liberdade, a ética é a nossa capacidade de recusar a idéia de que alguns cabem na nossa casa, outros não cabem; alguns comem, outros não comem; alguns têm graça, outros têm desgraça.

A ética é o exercício do nosso modo de perceber como é que nós existimos coletivamente, e então pensar com seriedade naquilo que François Rabelais vaticinou: “Conheço muitos que não puderam, quando deviam, porque não quiseram, quando podiam”.

Quero? Devo? Posso? ■

FILOSOFIA, HOJE

DECORRÊNCIAS ÉTICAS¹

Salma Tannus Muchail

*Professora Emérita da PUC-SP e Titular do
Departamento de Filosofia da PUC-SP*

Prólogo

Esta reflexão pergunta pela *atualidade* da filosofia. Qualquer resposta apressada a essa questão pode incorrer em dois perigos. Por um lado, uma resposta ingênua negaria à filosofia qualquer vínculo específico com o presente, em nome da inalterabilidade dos problemas que ela coloca. Dir-se-ia que as questões de natureza filosófica - sobre a verdade, sobre o homem, sobre o mundo - são universais e sempre as mesmas, desvincilhando a filosofia das circunstâncias históricas e das conjunturas do presente. Desse ponto de vista, querer que ela se atrele ao atual seria o mesmo que desfigurá-la em ideologia ou equipará-la ao senso comum. Por outro lado, e ao contrário, poder-se-ia afirmar que a filosofia, ou melhor, as filosofias, sendo historicamente datadas, constituem sempre e necessariamente pensamentos e atuações de seu próprio tempo. Os problemas filosóficos podem ter a mesma natureza em diferentes épocas, mas as formulações e respostas são diferenciadas e provisórias. Desse ponto de vista, querer desobrigar a filosofia do seu vínculo com o presente seria o mesmo que escamotear as responsabilidades com as quais, queira ou não, ela está comprometida.

O primeiro perigo - negar-lhe a atualidade - joga a filosofia no espaço etéreo das generalidades e do diletantismo retórico. O segundo - direcioná-la exclusivamente ao momento presente - acomoda-a na periferia do imediatismo e das respostas mal fundadas.

Tentemos enfrentar a pergunta sem lhe oferecer uma resposta direta. Busquemos, antes, dela nos aproximar de viés, obliquamente. Como estratégia de aproximação, ouçamos o que tem a dizer um pensador atual, Michel Foucault - ele que, assim como tantos, pensou e escreveu sobre a atualidade da filosofia. Para encetar essa aproximação, reproduzimos duas passagens que, embora de diferentes datas, se complementam, ambas inseridas em entrevistas nas quais Foucault fora inquirido sobre o tema.

Não estou certo de que a filosofia exista. O que existe são 'filósofos', isto é, certa categoria de pessoas cujas atividades e cujos discursos são muito variados de uma época para a outra. O que os distingue, como a seus vizinhos, os poetas e os loucos, é a divisão que os isola, não a unidade de um gênero ou de uma doença².

Creio que existe um certo tipo de atividades 'filosóficas' em domínios determinados, que consistem, em geral, em diagnosticar o presente de uma cultura; é esta a verdadeira função que podem ter hoje os indivíduos a quem chamamos de filósofos³.

Reunindo as duas passagens, delas realçamos dois traços: primeiro, a filosofia é uma *prática*; segundo, a filosofia é *móvel*. Com efeito, dizer que as filosofias são *atividades e discursos* significa que não são apenas discursos, mas mais largamente, *atos*, aos quais podemos chamar *atos filosóficos*. Os *atos filosóficos*, por sua vez, são plurais, variáveis, quer dizer, *móveis*. Sua mobilidade provém precisamente do fato de que, configurando-se como *diagnósticos do presente*, variam necessariamente de um presente a outro, de uma época a outra.

Complementemos essas primeiras caracterizações com mais um traço: móvel, a filosofia é também *mobilizadora*. Isto significa que sua relação com o presente não é de mera adesão, o olhar que diagnostica não é o que simplesmente acata. Sua fidelidade, por assim dizer, ao que lhe é familiar é sustentada por uma postura de certo "desconforto" relativamente àquilo que, na superfície do presente, aparece como estabelecido e é aceito como evidente. Trata-se, se quisermos, do que freqüentemente chamamos de postura "crítica", desde que não se reduza a crítica a outra superfície, a outro hábito, o hábito invertido de opor-se, fazendo da oposição nada mais do que uma outra evidência. Duas outras passagens podem ser evocadas para ilustrar o significado, em Foucault, desta característica mobilizadora da filosofia.

Na primeira, afirma:

Trata-se de combater nossas familiaridades, não para mostrar que somos estranhos em nosso próprio país, mas para mostrar o quanto nosso próprio país nos é estranho e o quanto tudo aquilo que nos cerca e que tem a

aparência de uma paisagem aceitável é, de fato, resultado de uma série de lutas, de conflitos, de dominações, de postulados etc.⁴

Na outra passagem, descreve em que consiste.

a tarefa filosófica essencial: jamais consentir em estar inteiramente confortável em nossas próprias evidências. Jamais deixá-las dormir, mas também não crer que um fato novo basta para revertê-las; (...) lembrarmos que, para lhes conferir a indispensável mobilidade, é preciso olhar longe, mas também muito perto e em torno de si.⁵

Recolhamos, finalmente, esses traços num só desenho. Diremos que a filosofia se faz com *práticas*, que estas práticas se *mobilizam* e tendem a *desestabilizar* as evidências do presente. Não é, contudo, "novidadeira" ("não crer que um fato novo basta para reverter" as evidências...); tampouco tem efeito "instantâneo" ("a indispensável mobilidade" requer um olhar que alcance um horizonte mais remoto para discernir o que está mais perto). Assim compreendidas, as atividades filosóficas podem, talvez, escapar aos perigos de que falávamos: nem se confundir com generalidades vazias, nem se prestar a respostas imediatistas. Isso requer certo preparo, muita paciência e algum conhecimento rigoroso das filosofias historicamente constituídas. Primeiro, porque escutar o que dizem os filósofos nos ensina, na mesma medida em que aprendemos com eles, quão pouco sabemos, e nos preserva, saudavelmente, da ingenuidade de querer fazer filosofia hoje como se fôssemos os primeiros. Mais ainda, a leitura atenta das filosofias é indispensável, porque, sendo não só curiosidade, tampouco só erudição, dota-nos, precisamente, de um olhar recuado que propicia uma melhor visão do nosso próprio presente.

Não estranhemos, portanto, que Michel Foucault tenha praticado a filosofia no interior de investigações históricas que o conduziam para lugares passados, de onde podia discernir as peculiaridades de seu próprio

lugar. Não nos admiremos também de que, nos últimos anos de sua vida, estas investigações históricas tenham privilegiado alguns percursos pela filosofia grega antiga como um caminho para pensar a atualidade.

Buscando pistas para uma reflexão acerca do atual significado da filosofia, reconstituamos algumas reflexões que Foucault foi buscar em sua história inicial.

O caso Sócrates

Nossa referência é o curso ministrado por Foucault em 1982, recentemente publicado sob o título *A Hermenêutica do sujeito*⁶. Na primeira aula, convida a reler Platão, mais precisamente o diálogo *Apologia de Sócrates*. O cenário, como sabemos, é o do julgamento de Sócrates diante do tribunal popular de Atenas. Acusado de corromper a juventude, de reconhecer, não os deuses do Estado, mas outras divindades, Sócrates faz sua defesa. Lembremos dois ou três momentos dessa defesa.

Primeiramente, o momento em que Sócrates levanta a hipótese de que os atenienses até poderiam absolvê-lo, “deixá-lo ir”, “dispensá-lo”, sob a condição, entretanto, de que ele abandonasse a filosofia: “se fores apanhado de novo nessa prática, morrerás”. A esta condição, eis o que ele responderia: “Atenienses, eu vos sou reconhecido e vos quero bem, mas obedecerei antes ao deus que a vós; enquanto tiver alento e puder fazê-lo, jamais deixarei de filosofar, de vos dirigir exortações, de ministrar ensinamentos(...)”. O que é filosofar? Ele o diz:

Outra coisa não faço senão andar por aí persuadindo-vos, moços e velhos, a não cuidar tão aferradamente do corpo e das riquezas, como de melhorar o mais possível a alma, dizendo-vos que dos haveres não vem a virtude para os homens, mas da virtude vêm os haveres e todos os outros bens particulares e públicos. Se com esses discursos corrompo a mocidade, seriam nocivos esses preceitos; se alguém afirmar que digo outras coisas e não essas, mente. Por tudo isso, Atenien-

ses (...), quer me dispenseis, quer não, não hei de fazer outra coisa, ainda que tenha de morrer muitas vezes.

A seguir, declara sua tarefa de filósofo:

Ficai certos de uma coisa: se me condenardes por ser eu como digo, causareis a vós próprios maior dano que a mim (...). Se me matardes, não vos será fácil achar outro igual (...); parece-me que o deus me impôs à cidade com essa incumbência (...) de vos despertar, persuadir e repreender um por um. Outro igual não tereis facilmente, senhores (...). Bem pode ser que (...) me condeneis levemente à morte: depois, passareis o resto da vida a dormir, salvo se o deus, cuidadoso de vós, vos enviar algum outro.⁷

O que Foucault quer recuperar neste diálogo (assim como em outros diálogos platônicos) é a presença de um conceito quase desconsiderado, que a posteridade filosófica pouco valorizou: o *cuidado de si*. A atividade de Sócrates, a atividade filosófica, consiste no *cuidado de si* que, nas citadas passagens da *Apologia*, está explícita e indissolivelmente ligado ao *cuidado do outro*. A partir destas passagens, podemos esquematicamente descrever, pela figura de Sócrates, as características da atividade filosófica como *cuidado de si*.

- Em primeiro lugar, o *cuidado de si* é uma função – a de mandatário da missão confiada pelos deuses. Para Sócrates, ocupar-se consigo ou cuidar de si mesmo significa, principalmente, cumprir a ordem de cuidar para que os outros cuidem de si (“...obedecerei antes ao deus que a vós; ... parece-me que o deus me impôs à cidade com essa incumbência...”).

- Em segundo lugar, esta função determina um posto – o de mestre –, cujo encargo é o de ensinar. Sócrates é aquele que cuida de que os outros cuidem deles próprios, ensinando-lhes que cuidar de si não é cuidar das coisas e das riquezas, das honrarias e da fama, mas da alma, da verdade, da virtude e

da justiça (“...jamais deixarei de filosofar, de vos dirigir exortações, de ministrar ensinamentos; ... persuadindo-vos, moços e velhos, a não cuidar tão aferradamente do corpo e das riquezas, como de melhorar o mais possível a alma”).

- Em terceiro lugar, a posição de mestre define um papel – o de despertar para inquietar. Sócrates, o filósofo, é o agulhão que açula e impede que os outros passem a vida sem nada ver (“...para não cessar de vos despertar ... passareis o resto da vida a dormir, salvo se o deus, cuidadoso de vós, vos enviar algum outro...”).

Enquanto o conceito de *cuidado de si*, como mencionamos, foi marginalizado e esquecido ao longo da história da filosofia, outro conceito que lhe era próximo e contemporâneo ganhava importância e divulgação, o de *conhecimento de si*. “Conhece-te a ti mesmo” e “cuida de ti mesmo”, conselhos de conduta, usados inicialmente como *preceitos*, passaram, a partir do momento socrático-platônico, a ser integrados como *conceitos* à reflexão filosófica. Com a leitura de outro diálogo de Platão, o *Alcíbiades*, Foucault mostra, nas aulas subseqüentes, o nascimento filosófico daquelas duas noções. Ainda na primeira aula, faz ver que, no momento deste nascimento filosófico, a relação entre os dois conceitos era de primazia do *cuidado de si* sobre o *conhecimento de si*. Ou, pelo menos, o *cuidado de si* é que constituía “o quadro mais geral”, o “âmbito” dentro do qual o *conhecimento de si* se situava. O *cuidado de si* era, inicialmente, uma espécie de “regra geral”, da qual o *conhecimento de si* constituía uma “forma”, uma “conseqüência”, um caso particular de “aplicação”⁸; o *cuidado de si* era o “solo”, o “suporte” em que se justificava o *conhecimento de si*.⁹

Não cabe, neste texto, reconstituir as hipóteses detidamente analisadas por Foucault para descrever a inversão da tônica entre os dois conceitos, com o privilégio posteriormente atribuído ao *conhecimento de si* e a correlata desqualificação do *cuidado de si* ao longo da tradição historiográfica da filosofia.

Façamos apenas, e de maneira sintética, um paralelo entre as duas noções, realçando as dessemelhanças.

No conceito de *conhecimento de si*, o “si” ou o “eu” designa o sujeito do conhecimento ou, simplesmente, o *sujeito cognoscente*, cuja natureza é sempre idêntica porque já está inteiramente constituída. Quanto ao “conhecimento”, designa uma atividade estritamente *representativa, ou intelectual*. Quanto à *verdade* – supostamente, o alvo do conhecimento –, é possível dizer, por um lado, que é o próprio sujeito, e somente ele, quem a alcança e pode alcançá-la em razão de sua estrutura ontológica, que não é outra senão a de sujeito cognoscente. Por outro lado, os *efeitos* ou *conseqüências* do conhecimento da verdade não transformam o ser do sujeito. Ao contrário, asseguram a permanência de sua estrutura assim como ela é, pois essa estrutura é a condição do próprio conhecimento.

No *cuidado de si*, o “eu” é o sujeito de ações, ou *sujeito ético*, sem substância definitiva nem identidade essencial porque está sempre se constituindo e transformando. Quanto ao “cuidado”, é *prática*, exercício que continuamente constitui e transforma o sujeito, afetando-o em todos os ângulos de sua existência. Quanto à *verdade*, pode-se dizer, por um lado, que não é alcançável exclusivamente no ato de conhecimento, pois, para ter acesso à verdade, o sujeito tem de se alterar, mudar seu próprio modo de ser. Por outro lado, os *efeitos* ou *conseqüências* do alcance da verdade retornam sobre o sujeito, iluminando-o e transfigurando.

Podemos dizer que, em larga medida, as duas noções correspondem a duas modalidades de conceber e praticar a filosofia, a duas vias, por assim dizer, de pensar filosoficamente. Dessas, a modalidade do *cuidado de si* abarca a outra, modificando-a, pois remete não somente ao plano da “intelecção” ou do “conhecimento” – embora o inclua –, mas ao das atitudes; não apenas ao âmbito das noções e teorias – embora as justifique –, mas ao do olhar; não somente à ordem

da “representação” – embora a fundamente –, mas à das práticas. Em poucas palavras, a filosofia como *cuidado de si* é conhecimento e, mais do que conhecimento, é modo de existência, estilo de vida.

É essa modalidade esquecida da filosofia que Foucault quer reconduzir às possibilidades do nosso presente. Ela traz, seguramente, implicações diversas, em particular as de natureza ética.

Decorrências

Dentre as muitas (e polêmicas) hipóteses que a proposta de Foucault é capaz de provocar, levantemos duas ou três à nossa reflexão.

1º) Quando conhecer se alicerçar no cuidado e for nele incluído, o ato de conhecimento será indissolúvel do comprometimento ético, e o sujeito do conhecimento, religado ao sujeito de ações. Nessas condições, seria inconcebível “*ser impuro, imoral, e conhecer a verdade*”, escreve Foucault¹⁰. Desse ponto de vista, poderíamos acrescentar, seria filosoficamente impossível, por exemplo, conhecer a verdade e não ter a coragem de dizê-la, conhecer o bem e não o exercer, conhecer a justiça e não a praticar.

Posto a verdade não ser imóvel, nem o sujeito imutável, os atos de conhecimento comportariam, necessária e legitimamente, mobilidades e mobilizações tais como: reconhecimento de enganos, acolhimento de incertezas, deslocamento de perspectivas etc. Por isto, o princípio de fidelidade à verdade seria menos da ordem da adoção ou da adesão ao mesmo que da disposição às diferenças.

2º) Quando o conhecimento for indissociável do comprometimento ético, e o sujeito cognoscente, religado ao sujeito de ação, então se poderá repensar também, e mais especificamente, o trabalho que modernamente denominamos do intelectual – incluindo aí o universitário. Leiamos, mais uma vez, algumas passagens de Foucault: “Ser ao mesmo tempo um universitário e um intelectual é experimentar um tipo de saber e de análise

que é ensinado e recebido na universidade de modo a modificar não apenas o pensamento dos outros, mas também a si próprio”. Quanto ao que seria esta mudança: “...gostaria que fosse uma elaboração de si para si, uma transformação estudiosa, uma modificação lenta e árdua pelo cuidado constante da verdade”. E completando, a seguir: “O trabalho de um intelectual (...) é, através das análises que ele faz nos domínios que são seus, reinterrogar as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a medida das regras e das instituições”.¹¹

Tal proposição requereria do intelectual – e, por conseguinte, do universitário – um envolvimento pessoal e moral também com as instituições onde exerce seu trabalho de ensino e pesquisa. Não para compactuar indistintamente com seus poderes, mas para fazer parcerias quando as causas são justas e resistir quando há desmandos. Isso significa, por exemplo, uma postura atuante e alerta para que a liberdade de pensamento sobreviva a toda forma de autoritarismo – do mais ostensivo ao mais sinuoso –; para que a opacidade burocrática não substitua a lucidez do espírito, nem a agudeza da sensibilidade; para que o peso das normas não sobrecarregue a criatividade; para que, nos momentos mais difíceis ou ameaçadores, a solidariedade, que é vizinha da coragem, prevaleça sobre a servidão, que é parente do medo, e para que a busca prática da eficácia imediata não encurte a visão, nem dilua horizontes.

3º) Olhar longe para ver de perto – e reencontramos o nosso começo. Como atos que são práticas de vida, a filosofia está certamente despojada das pretensões de ser a portadora universal da verdade. Isso não a dispensa, porém, do trabalho rigoroso do conhecimento, nem autoriza o imediatismo de respostas fáceis. Mas, principalmente, deve torná-la mobilizadora e, por isto, sujeita a riscos como os que aprendemos no modelo extremo que é a figura de Sócrates (“...não hei de fazer outra coisa ainda que tenha de morrer muitas vezes...”). Contudo, o seu retrato con-

tudente que dele nos dá Platão também nos ensina que o filósofo refutou a sentença de morte, declarando-se, ao contrário, merecedor de “algo bom” (“...Que sentença mereço por ser assim? Algo de bom, Atenienses, se há

de ser a sentença verdadeiramente proporcionada ao mérito...”¹²). Se não lhe restou senão aceitar a sentença de morte, não foi porque a reconhecesse, mas sim para confirmar um testemunho de vida. ■

Notas

- 1 Versão modificada de uma palestra realizada no TUCA – Teatro de Universidade Católica de São Paulo –, na série de debates “Café Filosófico”, organizada pela Profa.Dra. Branca Jurema Ponce, em setembro de 2005.
- 2 M. Foucault, “Le piège de Vincennes” (entrevista a *Le Nouvel Observateur*, 9-15 de fevereiro, 1970). Em *Dits et écrits*, vol. II, p. 70 (grifos nossos).
- 3 M. Foucault, “Qui êtes-vous, professeur Foucault?” (entrevista a *La Fiera letteraria*, 28 de setembro, 1967). Em *Dits et écrits*, vol. I, p. 620 (grifos nossos).
- 4 M. Foucault, “L’intellectuel et les pouvoirs” (entrevista de maio de 1981). Em *Dits et écrits*, vol.IV, p.750.
- 5 M. Foucault, “Lectre ouverte à Mehdi Bazargan” (*Le Nouvel Observateur*, 14-20 de abril de 1979). Em *Dits et écrits*, vol. III, p. 787 .
- 6 M. Foucault, *A Hermenêutica do sujeito*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins Fontes, 2004. Cf. Aula de 6 de janeiro de 1982, primeira hora, pp. 3-33.
- 7 Platão, *Apologia de Sócrates*. Tradução de Jaime Bruna. Coleção “Os Pensadores”, vol. Sócrates. São Paulo, Abril, 2.ed., 1980, p. 15-16 (29d – 31b)
- 8 M. Foucault, *op. cit.* p. 7.
- 9 M. Foucault, *op. cit.*, p. 11 e p. 16.
- 10 M. Foucault, “Sobre a genealogia da Ética: uma visão do trabalho em andamento”. Entrevista a L. Dreyfus e P. Rabinow, em Berkeley, E.U.A., abril de 1983. Incluída no volume: M. Foucault, *O Dossier - Últimas entrevistas*. Introdução e organização de Carlos Henrique Escobar. Trad. de Ana Maria de A. Lima, Rio de Janeiro, Taurus Editora, 1994, p. 69. Nessa passagem, Foucault faz um breve apanhado sobre a união e a dissociação histórica das duas noções, e remete ao movimento de Descartes a Kant quando se colocará o problema “da relação entre o sujeito da ética e do conhecimento”. Ver em *Dits et écrits*, vol. IV, esta passagem levemente modificada nas duas versões da entrevista, p. 411 e p. 630.
- 11 M. Foucault, “O Cuidado com a verdade”. Entrevista a F. Ewald, para *Le Magazin Littéraire*, maio de 1984. Incluída no volume: M. Foucault, *O Dossier - Últimas entrevistas, op. cit.*, pp. 81-83. Ver em *Dits et écrits*, vol. IV, p. 675-876.
- 12 Platão, *Apologia de Sócrates, op. cit.*, p. 21 (36b-d)

BIOÉTICA, RISCOS E PROTEÇÃO: OS SUJEITOS DA PESQUISA

William Saad Hossne*

*Coordenador da Comissão Nacional de
Ética em Pesquisa (CONEP)*

A questão dos riscos e da proteção dos sujeitos da pesquisa é abordada por diversos documentos internacionais (Código de Nuremberg, Declaração de Helsinque e Diretrizes Internacionais – CIOMS/OMS, entre outros), bem como por inúmeras publicações sobre ética na pesquisa em seres humanos.

Embora esse traço seja comum, julgo que há algumas gradações importantes para a devida avaliação da questão, entre tais documentos. Refiro-me ao *leitmotiv*, ou motivo condutor, que levou à sua elaboração documentos e que influencia a respectiva abordagem da questão.

O Código de Nuremberg foi elaborado para servir de subsídio aos juízes do Tribunal de Nuremberg. A Declaração de Helsinque (1964), por sua vez, surgiu em virtude de pressões e da não “aceitação”, em alguns países importantes, do Código de Nuremberg. As Diretrizes Internacionais foram propostas para preencher, em parte, as lacunas operacionais da Declaração de Helsinque.

Em consequência, as questões de riscos, de proteção e até de conceituação de sujeito de pesquisa assumem “feições” (ou “almas”) diversas, não só nos documentos, como também nas publicações sobre o tema.

O Grupo Executivo de Trabalho, que teve a honra de presidir - indicado pelo Conselho Nacional de Saúde e nomeado pelo Ministro da Saúde, em novembro de 1995 -, para elaborar uma proposta de normas éticas para a pesquisa em seres humanos, estabeleceu, *a priori*, de maneira clara, alguns balizamentos: *leitmotiv*.

- 1º desencadear a discussão ética nos diferentes segmentos da sociedade e colher subsídios para seu trabalho;
- 2º estabelecer que toda pesquisa que envolve seres humanos oferece riscos, de diferentes dimensões. Por isso, as normas deveriam não se restringir às pesquisas médicas, mas abranger toda e qualquer pesquisa que possa acarretar risco de danos a qualquer dimensão, não só física e psíquica, do ser humano;
- 3º as normas não deveriam ter caráter de código de ética (melhor dizendo, de deontologia), tampouco se limitar ao caráter de declaração de princípios;
- 4º o motivo condutor deveria ser a proteção e a defesa da dignidade do ser humano;
- 5º as normas não deveriam apresentar nenhum viés de tipo corporativo;

- 6º o documento deveria se constituir em peça de natureza bioética, desde sua gênese e conteúdo (principalmente pluralista) até a operacionalização;
- 7º as normas deveriam, de fato, contemplar a operacionalização, não deixando espaços vazios entre “filosofia de conteúdo” e efetiva implantação;
- 8º a operacionalização deveria estar desvinculada de qualquer esfera de injunção, e ter o caráter precípua de controle social;
- 9º não sendo lei, deveria o documento ter força legal, com todas as implicações daí decorrentes, tanto na esfera da justiça comum (Ministério Público) como dos conselhos de ordem;
- 10º o efetivo controle social deveria assegurar, não só a multi, inter e transdisciplinaridade, como também a participação concreta dos representantes dos sujeitos da pesquisa.

Em suma, a Resolução 196/96 não se limita ao caráter de declaração ou código. Tem gênese e conteúdo essencialmente de natureza Bioética (sem adjetivação), está centrada na proteção do sujeito de pesquisa, cria e oferece condições operacionais para a reflexão ética, e o faz sob a égide do controle social.

O tema proposto, dividido em sujeito da pesquisa, riscos e proteção, será analisado à luz da concepção da norma brasileira. Creio ser pertinente analisar, ainda que sumariamente, cada componente por um prisma conceitual, para depois tecer os respectivos comentários sobre a Resolução 196/96.

Sujeito da Pesquisa

Nos documentos internacionais escritos em língua inglesa, é de uso recorrente o vocábulo *subject*. Como substantivo, o termo pode significar tanto “sujeito”, no sentido gramatical, como também “tema, assunto, súdito”; na literatura médica, ainda pode ser traduzido como “cobaia”, paciente. Como adjetivo, pode significar “exposto”, “submetido”, “subjugado”.

Nas versões iniciais de tais documentos, o sujeito da pesquisa costuma ser referido pela forma *human subject* ou, menos freqüentemente, *human beings*. Nas versões mais recentes, emprega-se a expressão *prospective subject*.

De acordo com Hobbes, o *prospective subject* deve conferir todos os seus poderes e forças a um homem que pode reduzir suas vontades a uma: “eu autorizo ou renuncio a mim mesmo por este homem”. Gauthier, ao discutir a lógica do Leviatã (Hobbes), conclui que o “*prospective subject* é um ser que concorda em dar o uso de seus vários direitos a um único homem”.

Embora reconhecendo a autonomia do ser humano que é incluído no projeto de pesquisa, a expressão não deixa de ter um caráter mais legalista e contratual do que ético, inclusive com a conotação de abrir mão da liberdade (seja como renúncia, seja como transferência de direitos).

Na língua portuguesa, de acordo com o dicionário de Aurélio B. H. Ferreira, o vocábulo *sujeito* pode ter os seguintes significados:

Adjetivo: escravizado, cativo, constrangido, que se sujeita à vontade dos outros; obediente, dócil. Substantivo: súdito, vassalo, assunto-tema. Filosofia: o ser individual, real, que se considera como tendo qualidades ou praticado ações. Justiça: titular de um direito.

Na Resolução 196/96, procurou-se caracterizar que o ser humano nunca poderá ser considerado como “objeto” de pesquisa, mas sim que ele é titular de direitos, sobretudo o da autonomia, dono de suas ações e decisões. É sempre proprietário de valor inestimável – a dignidade do ser humano. A expressão dignidade humana é ora utilizada, sem definição, tal como é empregada, por exemplo, por filósofos como Paulo Arantes (in Hegel - Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultural, 1996, p. 6).

É nesse sentido que a Resolução 196/96 se centrou, ao propor como eixo básico a de-

fesa da dignidade humana, seja do sujeito da pesquisa, seja do sujeito-pesquisador.

Riscos

Os documentos internacionais não especificam nem se detêm especificamente sobre a questão de riscos. Limitam-se, em geral, a assinalar que deve ser feita uma cuidadosa avaliação dos riscos em relação aos benefícios previstos, sobre os quais o sujeito da pesquisa deve ser informado, como se vê na Declaração de Helsinque, por exemplo.

Pesquisadores e eticistas em publicações sobre o tema, não raramente procuram quantificar os riscos quando discutem aspectos éticos, referindo-se às possibilidades de riscos mínimos e de riscos maiores.

A Resolução 01/88 do CNS, que mesclou aspectos éticos com questões de biosegurança e de Vigilância Sanitária, classificava as pesquisas em: pesquisa sem risco, pesquisa com risco mínimo e pesquisa com risco maior que o mínimo.

A Resolução 196/96 dedica um tópico (II.8) à definição de risco, considerando "risco da pesquisa" como a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano. Como se vê, essa concepção não se restringe à área "física ou mental", contrariando uma tendência freqüente na literatura concernente aos documentos internacionais.

A Resolução também conceitua *dano* (II.9): "agravo imediato ou tardio, ao indivíduo ou à coletividade com nexo causal comprovado, direto ou indireto, decorrente do estudo científico" (grifos nossos).

Eis um ponto igualmente importante: a Resolução 196/96 considera que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. Deste modo, a Resolução é mais específica, abrangente e melhor estruturada em relação aos documentos internacionais no que se refere à questão de riscos.

Essa tomada de posição conceitual confere à Resolução 196/96 uma feição própria,

pois se aplica a toda e qualquer pesquisa em qualquer área do saber, desde que exista a possibilidade de danos a qualquer dimensão do ser humano, ao contrário dos documentos internacionais que são restritos, de início, à área médica e, mais recentemente, à área "biomédica".

Associam-se à problemática dos riscos a questão da vulnerabilidade e da incapacidade, que merecem, de maneira pioneira, atenção especial na Resolução (II.15 e II.16).

O documento brasileiro, além do mais, dedica um capítulo inteiro (V) à questão dos riscos e benefícios. Os diversos itens abordam mecanismos de proteção em relação aos riscos, como será mais adiante especificado.

Proteção

A Resolução 196/96, em seus diversos capítulos, cria todo um "sistema de proteção" ao sujeito da pesquisa. Em quase todos os capítulos, existem disposições neste sentido. Embora seja exaustivo, é relevante apontar alguns dos elementos desse "sistema de proteção".

No capítulo II (Termos e definições), destaca-se o item II.11, referente ao *termo de consentimento livre e esclarecido* – T.C.L.E. –, denominação pela qual se realça a necessidade de o sujeito se ver *livre e esclarecido*, e não apenas informado. Isso exige a apresentação dos devidos esclarecimentos e a ausência de qualquer limitação à autonomia do sujeito da pesquisa. O T.C.L.E. tem, desde o início, a conotação de documento de proteção à dignidade do ser humano, e não de instrumento de isenção de responsabilidade, como ocorre em alguns documentos internacionais que assumem um caráter mais "legalista" do que ético.

Ainda neste capítulo inicial, em referência aos Comitês de Ética em Pesquisa (II.14), a Resolução estipula que eles são "criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade (...)".

Do capítulo seguinte (III), dedicado aos "aspectos éticos da pesquisa envolvendo

seres humanos”, merecem destaque, quanto ao ângulo de “proteção”, os itens III.1 - b, c, d, III.3 - f, i, p, q, r, s, u, v, z.

Esses itens abrangem a proteção no caso de uso de placebo e de *wash-out*. Consistem em: garantia da privacidade, confidencialidade e não estigmatização; garantia de retorno de benefícios resultantes da pesquisa; obrigação e segurança quanto ao acompanhamento, tratamento e orientações (conforme o caso); garantia quanto à ausência de conflitos de interesse entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa; os compromissos e o retorno, no caso de pesquisa com cooperação estrangeira; os cuidados e obrigações com gestantes e mulheres em idade fértil, e os mecanismos para descontinuidade da pesquisa (e suas conseqüências para o sujeito).

O capítulo IV é inteiramente dedicado ao tópico do já referido consentimento livre e esclarecido. Há de se destacarem os itens IV.1 - b, d, e, f, g, h, i, bem como IV.2 - a, b, d, e ainda IV.3 - a, b, c, d, e, f.

Tais itens basicamente criam os mecanismos para a proteção do sujeito da pesquisa. Tornam acessíveis as informações quanto aos riscos e benefícios; resguardam e asseguram direitos como assistência, eventos adversos, ressarcimento e indenização; protegem o sujeito em situações de vulnerabilidade e, ainda, caracterizam responsabilidades e garantem autonomia (autodeterminação).

Não há como deixar também de destacar um aspecto peculiar à Resolução 196/96, qual seja, a exigência da elaboração do termo de consentimento em linguagem acessível ao sujeito da pesquisa, feito pelo próprio pesquisador.

Vale repetir, o T.C.L.E. é uma peça ou instrumento de proteção da dignidade do ser humano, seja ele sujeito de pesquisa, seja ele pesquisador. Desse modo, fica bem distante a idéia (não raramente difundida em documentos estrangeiros) de que o termo de consentimento é como uma bula de remédio – documento de isenção legal de responsabilidades.

O capítulo V, como já referido, é totalmente destinado à questão de riscos e benefícios; sob a ética da proteção, destacam-se os itens V.2, V.3, V.4, V.5, V.6 e V.7.

Tais itens visam a assegurar ao sujeito da pesquisa as condições para seu atendimento, com assistência integral e a obrigação do pesquisador de suspender a pesquisa quando houver risco ou dano não previsto. Também garantem a possibilidade de indenização sem que se abdique, *a priori*, de qualquer direito.

A preocupação com a proteção do sujeito da pesquisa também está presente na elaboração do protocolo, tanto no que se refere à descrição da pesquisa (itens VI.2-d, f, g, i, l, m), quanto na parte concernente às informações relativas ao sujeito da pesquisa (itens VI.3-a, b, d, e, f, g, h).

Tais disposições (descrevendo riscos e benefícios, assegurando cuidados, preservando direitos), embora contidas em outros itens da Resolução 196/96, merecem destaque, pois são consideradas partes integrantes e fundamentais do próprio protocolo a ser avaliado pelo CEP. As disposições de proteção, portanto, estão fortemente vinculadas ao próprio projeto.

No capítulo VII (Comitê de Ética em Pesquisa), são enfatizados cuidados na proteção, que vão desde a necessidade de membro *ad hoc* quando da realização da pesquisa em grupos vulneráveis, comunidades e coletividades (VII.6), até a instauração de processos de sindicância (VII.13 - g).

Ao enfatizar a liberdade de trabalho do CEP (VII.12), a resolução cria também condições para que sejam evitadas situações que poderiam pôr em risco os mecanismos de proteção ao sujeito da pesquisa.

Das atribuições do CEP, no que se refere à proteção, vale também destacar os itens VII.13 - a, d, e, f: garantir e resguardar os direitos dos voluntários, acompanhar o desenvolvimento dos projetos, receber denúncias e apurar responsabilidades.

À CONEP (capítulo VIII), cabe a coordenação do sistema de CEP, com a responsabilidade de coordenar, supervisionar, acompanhar e fiscalizar aspectos éticos. A CONEP, como última instância de recurso, tem autoridade e responsabilidade no sentido de rever responsabilidades, proibir ou interromper pesquisas, definitiva ou temporariamente, podendo requisitar protocolos para revisão ética, inclusive os já aprovados pelo CEP (VIII.4 - f).

Vale assinalar que a Resolução 196/96 cria um sistema de obrigatoriedade de comunicação de eventos adversos, que são encaminhados para a devida avaliação à ANVISA.

Mesmo no capítulo referente à operacionalização, existem disposições voltadas para a proteção do sujeito da pesquisa: o pesquisador tem responsabilidade indelegável e indeclinável (IX.1), aliada à co-responsabilidade do CEP (IX.4).

Cabe lembrar, ainda, que as agências de fomento à pesquisa e o corpo editorial das revistas científicas devem exigir documentação comprobatória de aprovação do projeto pelo CEP e/ou da CONEP (IX.7). São outros elementos que visam também à proteção do sujeito da pesquisa.

Finalmente, há de se destacar o fato de que a Resolução 196/96 não é lei, mas detém uma força do ponto de vista legal. Na sua elaboração, o Grupo Executivo de Trabalho responsável pela proposta contou com a colaboração de renomados juristas, com a assessoria da OAB-DF e da Procuradoria da República, preocupados em assegurar a devida "força" à Resolução, que tem, em caráter pioneiro, as características de um sistema de controle social na ética em pesquisa. É por isso que o seu Preâmbulo invoca várias disposições legais.

A infringência das disposições da Resolução 196/96 é passível de julgamento, tanto na esfera dos Conselhos de ordem ou de profissão, quanto na justiça comum. Nesse sentido, o Ministério Público vem dedicando especial atenção à observância da

Resolução 196/96, tendo já encaminhado algumas denúncias à CONEP e à Justiça.

A CONEP teve o cuidado de enfatizar as disposições voltadas para a proteção do sujeito da pesquisa também nas resoluções referentes às áreas temáticas (Resoluções 251/97, 292/99, 303/00 e 304/00). Como exemplo, são invocados os itens (I.4; II d, g, i, j; IV.1-b, f, g, h; V.4) da Resolução 251/97.

Na realidade, as Resoluções do C.N.S. criam um "sistema de proteção", constituído por: CONEP - CEP, Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde (em particular, Secretaria da Ciência e Tecnologia e seu Departamento de Ciência - DECIT), Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Conselhos Profissionais, Ministério Público, Justiça - com base no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -, agências de apoio à pesquisa e publicações científicas

Outros instrumentos do sistema: Cadernos de Ética em Pesquisa, Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa, Manual Operacional para os sujeitos da pesquisa, auditoria e sindicância.

Apresentam-se, a seguir, alguns dados numéricos referentes ao sistema de proteção.

1. Em junho de 2003, foram registrados 384 CEPs, em todos os Estados do país; a maior parte está localizada na região sudeste (50%).
2. Participam 4.611 pessoas, pertencentes às diversas áreas do conhecimento.
3. Em 2002, contaram-se 1.563 projetos de área temática (portanto, analisados pela CONEP).
4. Esse número representa cerca de 10% dos projetos realizados no país, o que significa que 90% dos projetos tem sua avaliação efetuada apenas pelos CEPs.
5. O número de sujeitos envolvidos nos projetos (10% do total) analisados pela CONEP foi de cerca de 15.000 pessoas; no conjunto (CONEP + CEP), pode-se estimar em 600.000 sujeitos por ano o número de envolvidos em pesquisas.

6. No ano de 2002, 11.058 sujeitos foram protegidos, isto é, deixaram de ser incluídos em pesquisas em decorrência da não aprovação dos respectivos projetos pela CONEP.
7. Dos projetos avaliados pela CONEP em 2002, 64% foram aprovados, 32% ficaram em pendência e 4% não foram aprovados.
8. Até o momento, foram publicados onze números dos "Cadernos de Ética em Pesquisa", contendo, além do editorial, artigos (curtos) e uma série de respostas a consultas de pesquisadores e dos CEPs.
9. Foram instaurados mecanismos para apuração de denúncias recebidas a partir de CEPs.
10. Foram recebidas denúncias encaminhadas pelo Ministério Público, em resposta às quais foram tomadas as devidas providências.

Todo o sistema de ética nas pesquisas que envolvem seres humanos, no Brasil, está voltado para a criação de um efetivo mecanismo de controle social, o que constitui uma característica do sistema brasileiro.

Vale enfatizar, mais uma vez, que as Resoluções do CNS e a atuação do conjunto CONEP-CEP estão alicerçadas em enfoques da Bioética (sem adjetivação).

As Resoluções não são peças cartoriais ou meramente deontológicas ("é verdade" – "é permitido"), mas são documentos que permitem o verdadeiro exercício da ética, como reflexão e formulação de juízos críticos sobre valores.

Resolução N.º 196, de 10 de outubro de 1996

II.8 - Risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente.

II.9 - Dano associado ou decorrente da pesquisa - agravo imediato ou tardio, ao

indivíduo ou à coletividade, com nexo causal comprovado, direto ou indireto, decorrente do estudo científico.

II.11 - Consentimento livre e esclarecido - anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa.

II.14 - Comitês de Ética em Pesquisa - CEP - colegiados interdisciplinares e independentes, com "múnus público", de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

II.15 - Vulnerabilidade - refere-se ao estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido.

II.16 - Incapacidade - Refere-se ao possível sujeito da pesquisa que não tenha capacidade civil para dar o seu consentimento livre e esclarecido, devendo ser assistido ou representado, de acordo com a legislação brasileira vigente.

III.1 - A eticidade da pesquisa implica:

- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (*beneficência*), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (*não maleficência*);
- d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garan-

te a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (*justiça e equidade*).

III.3 - A pesquisa em qualquer área do conhecimento, envolvendo seres humanos deverá observar as seguintes exigências:

- f) ter plenamente justificada, quando for o caso, a utilização de placebo, em termos de não maleficência e de necessidade metodológica;
- i) prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico - financeiro;
- j) ser desenvolvida preferencialmente em indivíduos com autonomia plena. Indivíduos ou grupos vulneráveis não devem ser sujeitos de pesquisa quando a informação desejada possa ser obtida através de sujeitos com plena autonomia, a menos que a investigação possa trazer benefícios diretos aos vulneráveis. Nestes casos, o direito dos indivíduos ou grupos que queiram participar da pesquisa deve ser assegurado, desde que seja garantida a proteção à sua vulnerabilidade e incapacidade legalmente definida;
- p) assegurar aos sujeitos da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- q) assegurar aos sujeitos da pesquisa as condições de acompanhamento, tratamento ou de orientação, conforme o caso, nas pesquisas de rastreamento; demonstrar a preponderância de benefícios sobre riscos e custos;
- r) assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa ou patrocinador do projeto;
- s) comprovar, nas pesquisas conduzidas do exterior ou com cooperação estrangeira, os compromissos e as vantagens, para os sujeitos das pesquisas e para o Brasil, decorrentes de sua realização. Nestes casos deve ser identificado o pesquisador e a instituição nacionais co-responsáveis pela pesquisa. O protocolo deverá observar as exigências da Declaração de Helsinque e incluir documento de aprovação, no país de origem, entre os apresentados para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição brasileira, que exigirá o cumprimento de seus próprios referenciais éticos. Os estudos patrocinados do exterior também devem responder às necessidades de treinamento de pessoal no Brasil, para que o país possa desenvolver projetos similares de forma independente;
- u) levar em conta, nas pesquisas realizadas em mulheres em idade fértil ou em mulheres grávidas, a avaliação de riscos e benefícios e as eventuais interferências sobre a fertilidade, a gravidez, o embrião ou o feto, o trabalho de parto, o puerpério, a lactação e o recém-nascido;
- v) considerar que as pesquisas em mulheres grávidas devem, ser precedidas de pesquisas em mulheres fora do período gestacional, exceto quando a gravidez for o objetivo fundamental da pesquisa;
- z) descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que a aprovou.

IV.1 - Exige-se que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível e que inclua necessariamente os seguintes aspectos:

- b) os desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados;
- d) a forma de acompanhamento e assistência, assim como seus responsáveis;
- e) a garantia de esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a

metodologia, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo;

- f) a liberdade do sujeito se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado;
- g) a garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;
- h) as formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa;
- i) as formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

IV.2 - O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
- b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
- d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.

IV.3 - Nos casos em que haja qualquer restrição à liberdade ou ao esclarecimento necessários para o adequado consentimento, deve-se ainda observar:

- a) em pesquisas envolvendo crianças e adolescentes, portadores de perturbação ou doença mental e sujeitos em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, deverá haver justificação clara da escolha dos sujeitos da pesquisa, especificada no protocolo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, e cumprir as exigências do consentimento livre e esclarecido, através dos representantes legais dos referidos sujeitos, sem suspensão do direito de informação do indivíduo, no limite de sua capacidade;
- b) a liberdade do consentimento deverá ser particularmente garantida para aqueles sujeitos que, embora adultos e

capazes, estejam expostos a condicionamentos específicos ou à influência de autoridade, especialmente estudantes, militares, empregados, presidiários, internos em centros de readaptação, casas-abrigo, asilos, associações religiosas e semelhantes, assegurando-lhes a inteira liberdade de participar ou não da pesquisa, sem quaisquer represálias;

- c) nos casos em que seja impossível registrar o consentimento livre e esclarecido, tal fato deve ser devidamente documentado, com explicação das causas da impossibilidade, e parecer do Comitê de Ética em Pesquisa;
- d) as pesquisas em pessoas com o diagnóstico de morte encefálica só podem ser realizadas desde que estejam preenchidas as seguintes condições:
 - documento comprobatório da morte encefálica (atestado de óbito);
 - consentimento explícito dos familiares e/ou do responsável legal, ou manifestação prévia da vontade da pessoa;
 - respeito total à dignidade do ser humano sem mutilação ou violação do corpo;
 - sem ônus econômico financeiro adicional à família;
 - sem prejuízo para outros pacientes aguardando internação ou tratamento;
 - possibilidade de obter conhecimento científico relevante, novo e que não possa ser obtido de outra maneira;
- e) em comunidades culturalmente diferenciadas, inclusive indígenas, deve-se contar com a anuência antecipada da comunidade através dos seus próprios líderes, não se dispensando, porém, esforços no sentido de obtenção do consentimento individual;
- f) quando o mérito da pesquisa depender de alguma restrição de informações aos sujeitos, tal fato deve ser devidamente explicitado e justificado pelo pesquisador e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados obtidos a partir dos sujeitos da pesquisa não poderão ser usados para outros

fins que os não previstos no protocolo e/ou no consentimento.

V.2 - As pesquisas sem benefício direto ao indivíduo, devem prever condições de serem bem suportadas pelos sujeitos da pesquisa, considerando sua situação física, psicológica, social e educacional.

V.3 - O pesquisador responsável é obrigado a suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano à saúde do sujeito participante da pesquisa, conseqüente à mesma, não previsto no termo de consentimento. Do mesmo modo, tão logo constatada a superioridade de um método em estudo sobre outro, o projeto deverá ser suspenso, oferecendo-se a todos os sujeitos os benefícios do melhor regime.

V.4 - O Comitê de Ética em Pesquisa da instituição deverá ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

V.5 - O pesquisador, o patrocinador e a instituição devem assumir a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos.

V.6 - Os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização.

V.7 - Jamais poderá ser exigido do sujeito da pesquisa, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. O formulário do consentimento livre e esclarecido não deve conter nenhuma ressalva que afaste essa responsabilidade ou que implique ao sujeito da pesquisa abrir mão de seus direitos legais, incluindo o direito de procurar obter indenização por danos eventuais.

VI.2 - Descrição da pesquisa, compreendendo os seguintes itens:

- d) análise crítica de riscos e benefícios;
- f) explicitação das responsabilidades do

pesquisador, da instituição, do promotor e do patrocinador;

- g) explicitação de critérios para suspender ou encerrar a pesquisa;
- i) demonstrativo da existência de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela resultantes, com a concordância documentada da instituição;
- l) explicitação de acordo preexistente quanto à propriedade das informações geradas, demonstrando a inexistência de qualquer cláusula restritiva quanto à divulgação pública dos resultados, a menos que se trate de caso de obtenção de patenteamento; neste caso, os resultados devem se tornar públicos, tão logo se encerre a etapa de patenteamento;
- m) declaração de que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

VI.3 - Informações relativas ao sujeito da pesquisa:

- a) descrever as características da população a estudar: tamanho, faixa etária, sexo, cor (classificação do IBGE), estado geral de saúde, classes e grupos sociais etc. Expor as razões para a utilização de grupos vulneráveis;
- b) descrever os métodos que afetem diretamente os sujeitos da pesquisa;
- d) descrever os planos para o recrutamento de indivíduos e os procedimentos a serem seguidos. Fornecer critérios de inclusão e exclusão;
- e) apresentar o formulário ou termo de consentimento, específico para a pesquisa, para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, incluindo informações sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo e a natureza da informação a ser fornecida aos sujeitos da pesquisa;
- f) descrever qualquer risco, avaliando sua possibilidade e gravidade;
- g) descrever as medidas para proteção ou minimização de qualquer risco even-

tual. Quando apropriado, descrever as medidas para assegurar os necessários cuidados à saúde, no caso de danos aos indivíduos. Descrever também os procedimentos para monitoramento da coleta de dados para prover a segurança dos indivíduos, incluindo as medidas de proteção à confidencialidade; e

- h) apresentar previsão de ressarcimento de gastos aos sujeitos da pesquisa. A importância referente não poderá ser de tal monta que possa interferir na autonomia da decisão do indivíduo ou responsável de participar ou não da pesquisa.

VII.6 - No caso de pesquisas em grupos vulneráveis, comunidades e coletividades, deverá ser convidado um representante, como membro "ad hoc" do CEP, para participar da análise do projeto específico.

VII.12 - Liberdade de trabalho - Os membros dos CEPs deverão ter total independência na tomada das decisões no exercício das suas funções, mantendo sob caráter confidencial as informações recebidas. Deste modo, não podem sofrer qualquer tipo de pressão por parte de superiores hierárquicos ou pelos interessados em determinada pesquisa, devem isentar-se de envolvimento financeiro e não devem estar submetidos a conflito de interesse.

VII.13 - Atribuições do CEP

- a) revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas;
- d) acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores;
- e) desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência;
- f) receber dos sujeitos da pesquisa ou de qualquer outra parte denúncias de

abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, adequar o termo de consentimento. Considera-se como anti-ética a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou;

- g) requerer instauração de sindicância à direção da instituição em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética nas pesquisas e, em havendo comprovação, comunicar à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP/MS e, no que couber, a outras instâncias; e

VIII.4 - Atribuições da CONEP

- Compete à CONEP o exame dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, bem como a adequação e atualização das normas atinentes. A CONEP consultará a sociedade sempre que julgar necessário, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- f) rever responsabilidades, proibir ou interromper pesquisas, definitiva ou temporariamente, podendo requisitar protocolos para revisão ética inclusive, os já aprovados pelo CEP;

IX.1 - Todo e qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos deverá obedecer às recomendações desta Resolução e dos documentos endossados em seu preâmbulo. A responsabilidade do pesquisador é indelegável, indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

IX.4 - Uma vez aprovado o projeto, o CEP passa a ser co-responsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa.

IX.7 - As agências de fomento à pesquisa e o corpo editorial das revistas científicas deverão exigir documentação comprobatória de aprovação do projeto pelo CEP e/ou CONEP, quando for o caso.

Resolução Nº 251, de 07 de Agosto de 1997

I.4 - Em qualquer ensaio clínico e particularmente nos conflitos de interesses envolvidos na pesquisa com novos produtos, a dignidade e o bem estar do sujeito incluído na pesquisa devem prevalecer sobre outros interesses, sejam econômicos, da ciência ou da comunidade.

II.2 - Ficam incorporados, passando a fazer parte da presente Resolução os termos a seguir referidos que constam da Resolução do Grupo Mercado Comum (GMC nº 129/96):

d - Fase IV

São pesquisas realizadas depois de comercializado o produto e/ou especialidade medicinal.

Estas pesquisas são executadas com base nas características com que foi autorizado o medicamento e/ou especialidade medicinal. Geralmente são estudos de vigilância pós-comercialização, para estabelecer o valor terapêutico, o surgimento de novas reações adversas e/ou confirmação da frequência de surgimento das já conhecidas, e as estratégias de tratamento.

Nas pesquisas de fase IV devem-se seguir as mesmas normas éticas e científicas aplicadas às pesquisas de fases anteriores.

Depois que um medicamento e/ou especialidade medicinal tenha sido comercializado, as pesquisas clínicas desenvolvidas para explorar novas indicações, novos métodos de administração ou novas combinações (associações) etc. são consideradas como pesquisa de novo medicamento e/ou especialidade medicinal.

g - Margem de Segurança

Indicador farmacodinâmico que expressa a diferença entre a dose tóxica

(por exemplo DL 50) e a dose efetiva (por exemplo DE 50).

IV - PROTOCOLO DE PESQUISA

IV.1 - O protocolo deve conter todos os itens referidos no Cap. VI da Resolução 196/96 e ainda as informações farmacológicas básicas adequadas à fase do projeto, em cumprimento da Res. GMC 129/96 - Mercosul - incluindo:

- b.** Descrição da substância farmacológica ou produto em investigação, incluindo a fórmula química e ou estrutural e um breve sumário das propriedades físicas, químicas e farmacêuticas relevantes. Quaisquer semelhanças estruturais com outros compostos conhecidos devem ser também mencionadas.
- f.** No estudo da toxicidade aguda deverão ser utilizadas duas vias de administração, sendo que uma delas deverá estar relacionada com a recomendada para o uso terapêutico proposto e a outra deverá ser uma via que assegure a absorção do fármaco.
- g.** No estudo da toxicidade sub aguda e a doses repetidas e da toxicidade crônica, a via de administração deverá estar relacionada com a proposta de emprego terapêutico; a duração do experimento deverá ser de no mínimo 24 semanas.
- h.** Na fase pré-clínica, os estudos da toxicidade deverão abranger também a análise dos efeitos sobre a fertilidade, embriotoxicidade, atividade mutagênica, potencial oncogênico (carcinogênico) e ainda outros estudos, de acordo com a natureza do fármaco e da proposta terapêutica.

V.4 - Avaliar se estão sendo asseguradas todas as medidas adequadas, nos casos de pesquisas em seres humanos cuja capacidade de autodeterminação seja ou esteja reduzida ou limitada. **B**

A PRO PUC

Associação dos Professores da PUC-SP